DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

v. 1

Diagnóstico

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Diretor
Secretário de Estado do Planejamento Geral

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Fundação João Pinheiro, em 20 de junho de 1984.

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

v.1 Diagnóstico

v.2 Indicações de Projetos

v.3 Anexos

Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.
Diretoria de Projetos III.
Diagnóstico de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1984.
3v.

CDU 338:308 (815.12 São João del-Rei)

MT
D536
v.1

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Diretoria de Projetos III

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-RE

v.1

Diagnóstico

Belo Horizonte
1984

CR
Reg. 1047 - v.1
08/04/85

F.J.P. - BIBLIOTECA

60001047

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Av. João Pinheiro, 146
Caixa Postal, 2210 - Telex: (031)1302
30.000 Belo Horizonte-MG

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISÃO GERAL

Ricardo Pinheiro Penna (FJP - DP III)

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Lúcia Peixoto Calil (FJP - DP III)

ELABORAÇÃO

ASPECTOS ECONÔMICOS MICRORREGIONAIS E URBANOS

Alcione de Castro Dias Bicalho (SEPLAN/MG-SUPLAN)

Mário de Lima Belfort (SEPLAN/MG-SUPAM)

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Achilles Pitanga Maia Buscácio (FJP - DP III)

Alzira Lydia Nunes Coelho (FJP - DP III)

Lúcia Peixoto Calil (FJP - DP III)

Luiz Carlos Gonçalves Lucas (FJP - DP III)

Mariza Rezende Afonso (FJP - DP III)

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Heraldo Santos Dutra (FJP - CDA)

COLABORAÇÃO

Márcio Augusto Gonçalves

SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA..... v

1 INTRODUÇÃO..... 1

2 A MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI..... 9
2.1 Aspectos demográficos..... 9
2.1.1 Distribuição da população economicamente ativa..... 23
2.1.2 Distribuição de renda..... 28
2.2 Caracterização do setor produtivo da microrregião..... 31
2.2.1 Setor primário..... 36
2.2.2 Setor secundário..... 42
2.2.2.1 Emprego..... 42
2.2.2.2 Níveis salariais..... 44
2.2.2.3 Geração de renda..... 46
2.2.3 O setor informal da microrregião..... 46
2.3 Potencial econômico da microrregião..... 52
2.3.1 Turismo..... 54
2.3.2 Recursos minerais..... 58
2.4 Oferta de serviços de saúde e educação..... 62

3 A CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI..... 71
3.1 Evolução econômica e urbana..... 71
3.1.1 O sítio urbano natural..... 77
3.2 A economia urbana..... 79
3.2.1 O setor secundário..... 79
3.2.2 O setor terciário..... 82
3.2.2.1 Geração de renda..... 84
3.2.2.2 Emprego..... 84
3.3 Níveis de distribuição dos serviços básicos... 86

3.3.1 Abastecimento de água 86
3.3.2 Esgotos sanitários 94
3.3.3 Drenagem urbana e outros aspectos ambientais 97
3.3.4 Limpeza urbana 101
3.3.5 Educação 104
3.3.5.1 Ensino pré-primário 104
3.3.5.2 Ensino de 1º grau 106
3.3.5.3 Ensino de 2º grau 111
3.3.5.4 Ensino superior 114
3.3.5.5 Cursos especiais 116
3.3.5.6 Cursos profissionalizantes 118
3.3.5.7 O ensino supletivo 121
3.3.6 Saúde 122
3.4 A administração municipal 127
3.4.1 Introdução 127
3.4.2 Considerações de ordem metodológica 129
3.4.3 Diagnóstico administrativo da Prefeitura ... 138
3.4.3.1 Instrumentos normativos de gestão do solo urbano: a legislação urbanística básica .. 139
3.4.3.2 Diferenciação organizacional com especialização funcional 141
3.4.3.3 Recursos humanos e qualificação profissional 147
3.4.3.4 Integração e complementaridade: relações intergovernamentais 150
3.4.4 Análise de situação financeira da Prefeitura 153
3.4.4.1 A filosofia da tributação 153
3.4.4.2 Receita orçamentária e administração tributária 155
3.4.4.3 Algumas considerações sobre a dependência financeira do município 160
3.4.4.4 Algumas considerações sobre a capacidade de investimento 163
3.4.5 Conclusões 165

4 A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA 167
4.1 Caracterização dos bairros de população de baixa renda 167
4.1.1 Definição da área de pesquisa 167
4.1.2 Características físico-espaciais 171
4.1.3 Características sócio-econômicas 179
4.2 Perfil sócio-econômico da população de baixa renda 185
4.2.1 Os chefes de família 185
4.2.2 Os outros membros da família 195
4.3 Qualidade de vida da população de baixa renda 204
4.3.1 Aspectos gerais 204
4.3.2 Condições de saneamento 212
4.4 Organização da população e participação 232
4.5 Conclusões 235

5 BIBLIOGRAFIA 239

1 INTRODUÇÃO

Este documento organiza, sob a forma de diagnóstico, as informações necessárias para a inclusão da cidade de São João del-Rei no Programa de Cidades Intermediárias do Estado de Minas Gerais.

Como este Programa conta com financiamento do BID, o estudo que aqui se registra pauta-se pelo formato exigido por esse organismo.

Além disso, e considerando que a FJP já contava, à época da iniciação deste trabalho, como alguma experiência sobre a cidade de São João del-Rei e sua região, este estudo tem caráter complementar aos disponíveis até então.[1]

Convém caracterizá-los brevemente.

O primeiro e mais antigo deles - "Micro-região dos Campos das Vertentes" - foi elaborado em 1977 e contém informações gerais sobre a microrregião liderada por São João del-Rei. Os dados-base utilizados datam do princípio da década de 70, referindo-se aos aspectos da dinâmica demográfica e econômica em seus diversos setores componentes. Com base nesses dados foram projetadas situações para o ano de 1980. Dada a defasagem tem

---

[1] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, BELO HORIZONTE. Centro de Desenvolvimento Urbano. Micro-Região dos Campos das Vertentes (Belo Horizonte, 1977) 2 vols. e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. (Belo Horizonte, 1982), 2 vols.*

poral entre eles e a época em que se iniciou este estudo, julgou-se conveniente atualizar a base quantitativa.

Quanto ao Circuito do Ouro - Campos das Vertentes, merece destaque o fato de destinar-se à formulação de diretrizes para a preservação do acervo histórico-cultural da cidade. Embora para realizá-lo tenha sido adotada uma abordagem semelhante à utilizada para o PROECT, inserindo a cidade no contexto regional e, por sua vez, o núcleo histórico no contexto urbano, a análise previlegiou a área de concentração de edificações, traçado urbanístico e paisagem de valor histórico e cultural. Por essa razão, nesse estudo existem poucas informações sobre alguns aspectos específicos relativos ao Programa de Cidades Intermediárias.

O presente documento - além da necessária atualização da base quantitativa - partiu do prévio conhecimento das exigências do BID quanto ao diagnóstico das cidades, em especial no que se refere à caracterização da população de baixa renda, suas condições de vida e de trabalho, bem como o papel que a Prefeitura Municipal vem desempenhando na promoção do desenvolvimento da cidade e na prestação de serviços públicos.

As informações disponíveis, no estudos já citados, foram complementadas por levantamento direto de dados, entrevistas com informantes qualificados e pesquisa de campo junto a uma amostra da população de baixa renda.

A equipe foi composta por técnicos da SEPLAN MG - que se encarregaram da atualização/complementação de dados e formulação das análises econômicas (no nível microrregional e urbano) - e por técnicos da Diretoria de Projetos III da Fundação João Pinheiro (FJP) - responsá

veis pelos aspectos demográficos, sociais e relativos aos serviços públicos urbanos e microrregionais e, ainda, pela caracterização sócio-econômica da população de baixa renda. As análises referentes à administração municipal ficaram a cargo de técnico do Centro de Desenvolvimento em Administração, da FJP.

Formalmente, o trabalho encontra-se organizado em quatro seções: a primeira, onde se descreve brevemente a microrregião de São João del-Rei; a segunda, que trata de análise da cidade, sua economia, seus serviços e da Administração Municipal, sob o prisma de sua capacitação para o exercício de suas atribuições; na terceira seção, apresenta-se a caracterização sócio-econômica da população-alvo, feita a partir de pesquisa direta com uma amostra dos moradores dos bairros periféricos; finalmente, a última parte busca resgatar os aspectos mais importantes das análises desenvolvidas nas seções anteriores, dando-lhes a forma de proposições de projetos e ações, algumas delas voltadas para o desenvolvimento econômico e social a médio e longo prazos.

Entre as principais conclusões do estudo ressaltam-se aqui as referentes ao desempenho da administração municipal e às condições de vida da população pobre residente nos bairros periféricos da cidade. Estas são marcadamente adversas. A topografia desfavorável ao assentamento humano, a escassez de investimentos públicos em infra-estrutura urbana básica e o mau funcionamento dos serviços sociais existentes caracterizam essa adversidade. Acrescentando-se a esse quadro a carência das oportunidades de emprego no mercado de trabalho local e a baixa remuneração dos que nele conseguem entrar, configura-se uma sobrevivência só garantida - muitas vezes - pela ação de entidades assistenciais.

Nas entrevistas realizadas com os moradores desses bairros, eles mostraram grande apatia quanto à explicitação das prioridades e problemas básicos que enfrentam e uma reduzida expectativa quanto à possibilidade de uma ação mais efetiva do poder público na sua solução.

No entanto, a preocupação dos pesquisadores em armazenar informações sobre o cotidiano desses moradores foi de fundamental importância para conhecer o funcionamento dos principais serviços públicos oferecidos.

Ao lado de uma razoável infra-estrutura de equipamento de saúde e educação constatou-se um funcionamento de baixa qualidade que pode ser creditado à insuficiência de recursos humanos, de insumos básicos e, no caso dos equipamentos escolares, também às más condições físicas da maioria deles, principalmente aqueles localizados em bairros mais carentes e na zona rural e distritos.

Constatou-se, ainda, na pesquisa de campo, que quase a metade dos rendimentos dos chefes de família provém dos cofres públicos através sobretudo da Previdência Social e em menor escala de empregos públicos de baixa qualificação e remuneração. Informações complementares fornecidas pela Agência Regional do INPS confirmam a existência do fenômeno: há em sua jurisdição cerca de 12 a 13 mil aposentados, pensionistas e "encostados".[2]

A presença do Estado como uma importante fonte de renda dessas famílias pode ser mais bem entendida

[2] *O termo "encostado" é amplamente utilizado para caracterizar as pessoas que recebem auxílio-doença do INPS.*

quando cortejado com o desempenho da economia de São João del-Rei. O setor têxtil, outrora um dos mais relevantes da economia urbana, passa hoje por um processo de modernização que foi precedido do desativamento e fusão de fábricas, melhoria de maquinário etc., que geraram aumento de produtividade, mas diminuição do número absoluto de empregados. Ainda hoje é o ramo do setor industrial que mais emprega, embora enfrente as mesmas dificuldades da indústria têxtil nacional. Há poucas perspectivas, a curto e médio prazos, de expansão desse setor e conseqüente maior oferta de empregos. A indústria metalúrgica é responsável também por grande parcela da população empregada no setor industrial. Mas a oferta de empregos nesses dois ramos ainda é pouco significativa quando comparada ao contingente de mão-de-obra disponível.

Os setores tradicionais da Indústria sofrem um processo de atrofia. O exemplo mais característico é o da indústria de móveis, que hoje só trabalha sob encomenda e pagamento antecipado, por falta de capital de giro, canais mais eficientes de comercialização, etc. O artesanato local e regional, com poucas exceções, sofre de um processo de perda de qualidade, decorrente da falta de criatividade e originalidade, deturpação de tradições e desenhos, etc., limitando o seu consumo aos turistas menos exigentes. No entanto, existem setores desse artesanato, tais como o de tecelagem e tapetes, o de couro, estanho e prata, que, se apoiados técnica e financeiramente, poderiam expandir-se e assegurar um significativo aumento da renda das famílias neles envolvidas.

As condições adversas aqui descritas poderiam elevar as taxas de emigração. No entanto, isso não acontece. Parte da capacidade de retenção dessa população pode ser creditada ao baixo custo de moradia na cidade de São João del-Rei dadas as facilidades com que a Prefeitu

ra vem concedendo o direito de uso de terrenos públicos através do aforamento, aliadas à disponibilidade de equipamentos de saúde e educação, mesmo com um funcionamento deficiente, e à ação das entidades locais de assistência social.

O processo de aforamento, no entanto, não tem sido, até hoje utilizado pelo governo local como um instrumento de planejamento social e urbanístico. Ao contrário, tem-se constituído numa resposta a situações de fato, legitimando ocupações especiais predatórias, nos moldes das invasões e assentamentos precários da maioria das periferias das grandes cidades: carece de arruamento, drenagem, esgotamento sanitário, pavimentação, etc.

Nesse sentido, é importante investir na melhoria das condições físicas desses bairros, corrigir as deficiências de circulação interna e articulação com o sistema viário principal, definindo melhores condições de acesso aos locais de emprego e serviços públicos.

Além disso, alguns dos instrumentos rotineiros da política pública de âmbito local - entre eles cita-se o Código Tributário em vigor - têm contribuído para agravar esse quadro de carências, através da fixação de alíquotas e taxas de serviço pouco diferenciadas.

Quanto aos seus aspectos organizacionais a Prefeitura apresenta disfunções sérias e carência de recursos humanos mais qualificados, não se diferenciando da maioria das administrações municipais do Estado. Cumpre ressaltar, ainda, a ausência da função planejamento em sua estrutura administrativa, bem como a fragilidade das secretarias da área social o que pode, talvez, explicar a pouca atenção dada a esses setores na programação de obras e investimentos prioritários da Prefeitura.

Essas situações aqui sintetizadas necessitam , para sua reversão, do efetivo apoio de instâncias superiores de governo. Nesse sentido, soluções estruturais que envolvam modificações profundas na base produtiva devem ser objeto de negociação do gverno local com o Estado e a União. Dentre estas, o diagnóstico aponta o setor turístico como passível ser ativado, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento municipal, com prováveis reflexos positivos no nível de renda e na qualidade de vida da população pobre. Mas, ressalta, também, a necessidade de reforçar técnica e organizacionalmente a Prefeitura, como meio de capacitã-la para a gestão e equacionamento dos problemas urbanos.

2 A MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

2.1 Aspectos demográficos

No trabalho "Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais"[1], São João del-Rei foi caracterizada como pólo microrregional da região de Belo Horizonte, abrangendo uma área de influência de 5 476 km^2 à qual pertencem os seguintes municípios: Cassiterita, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritápolis, São João del-Rei, São Tiago e Tiradentes. Ainda nesse estudo, demonstra-se que São João del-Rei cumpre razoavelmente suas funções de lugar central, apresentando certo equilíbrio no seu equipamento de serviços e comércio, o que lhe permite prestar serviços diversificados à sua microrregião. Assim, São João del-Rei foi classificada como um centro de quarto nível na hierarquia urbana do Estado, exercendo 79 funções (mapa 2.1).

Todos os municípios da área de influência de São João del-Rei têm população inferior a 10 mil habitantes, desde 1950. A maior cidade, depois de São João del-Rei, é Dores de Campos, com uma população de 5 114 habitantes em 1980. Assim, justificam-se as proporções de 56,6%, 59,4%, 57,4% e 53,7% em 1950, 1960, 1970 e 1980, respectivamente, da população da cidade de São João del-Rei em relação à população urbana da região.

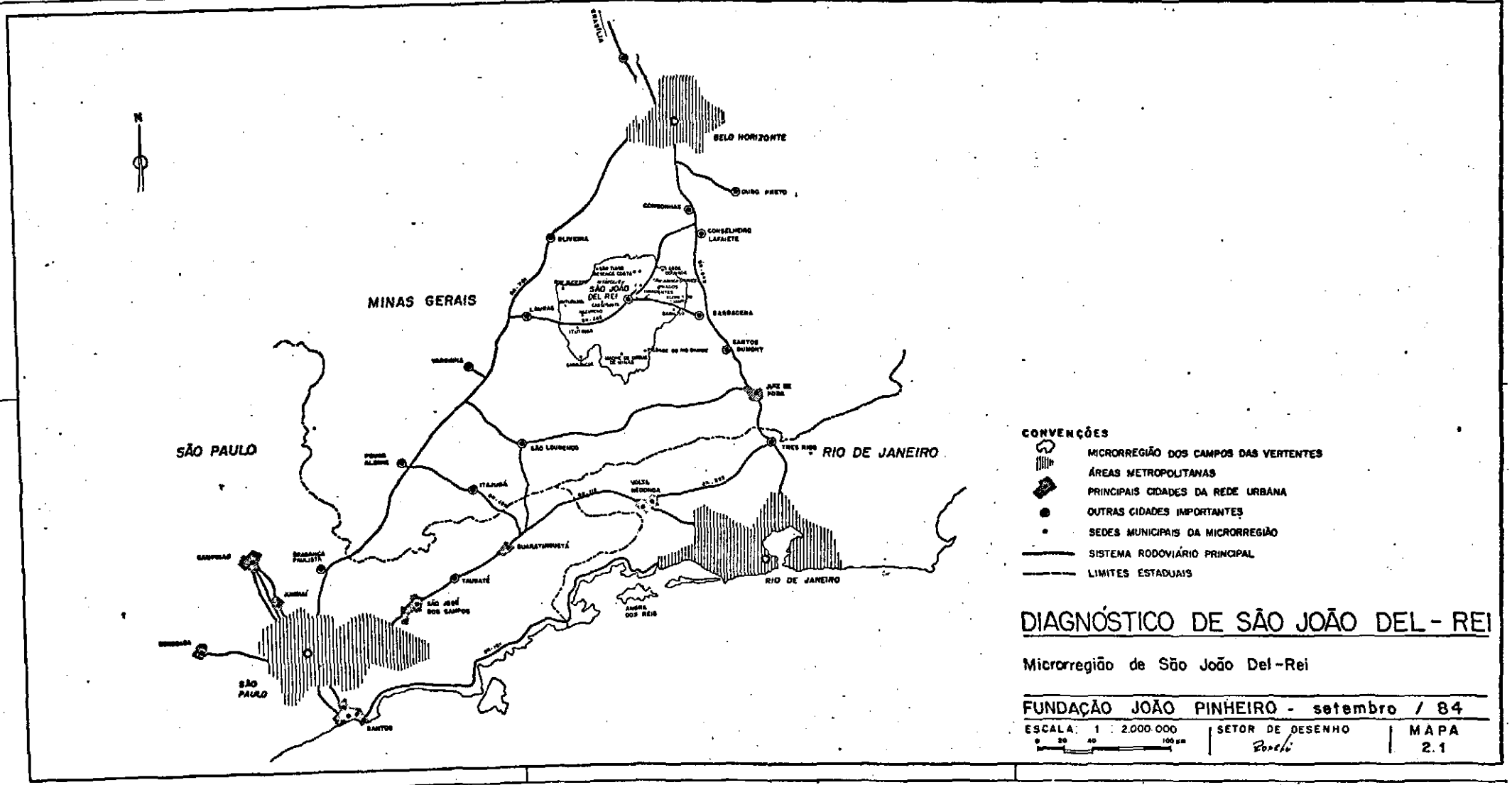
---

[1] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Planejamento. Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais/Belo Horizonte/1977. 260 p.*

Os quadros 2.1, 2.2 e 2.3 mostram a população urbana, rural e total dos municípios da região, os graus de urbanização entre 1950 e 1980 e as taxas anuais de crescimento no período. No quadro 2.2 observa-se que, nos quatro censos considerados, o grau de urbanização da região é sempre superior ao do Estado. Contudo, tal fato se deve basicamente à população da cidade-pólo, uma vez que, em 1950, apenas três municípios se encontravam acima da média estadual, dois em 1960, quatro em 1970 e três em 1980. Além de São João del-Rei, pode-se afirmar que apenas Dores de Campos e Tiradentes têm uma população predominantemente urbana, voltada para as atividades industriais, comércio e serviços, enquanto nos outros municípios da região as atividades econômicas se concentram na área rural.

As taxas de crescimento da população (quadro 2.3) mostram o baixo dinamismo da região em termos demográficos. Nenhum município apresenta crescimento significativo de população nas três cidades consideradas. As maiores taxas de crescimento são esporádicas em alguns municípios como Piedade do Rio Grande e Nazareno, no período 1950/60, e Madre de Deus de Minas, entre 1970 e 1980. Nesta última década, as altas taxas verificadas em alguns municípios se devem, provavelmente, ao crescimento derivado da construção da Ferrovia do Aço, que por um curto período constituiu fator de atração de migrantes para a região.

As baixas taxas de crescimento da população são resultado de um processo de emigração sofrido pela região em todo o período. Entre 1960 e 1980 essa perda populacional pode ser avaliada através da utilização das taxas de crescimento vegetativo estimadas para as regiões de planejamento nas quais os municípios da região estão localizados. Através da aplicação das taxas de crescimento vegetativo na população do ano-base, calcula-se a população esperada dez anos depois. A diferença entre


N
MINAS GERAIS
SÃO PAULO
RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE
OURO PRETO
CONSELHEIRO LAFAIETE
OLIVEIRA
SÃO JOÃO DEL REI
BARBACENA
SANTOS DUMONT
JUIZ DE FORA
VARGINHA
SÃO LOURENÇO
TRÊS RIOS
ITAJUBÁ
VOLTA REDONDA
CAMPINAS
BRAGANÇA PAULISTA
TAUBATÉ
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ANGRA DOS REIS
SÃO PAULO
SANTOS
RIO DE JANEIRO
CONVENÇÕES
MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES
ÁREAS METROPOLITANAS
PRINCIPAIS CIDADES DA REDE URBANA
OUTRAS CIDADES IMPORTANTES
SEDES MUNICIPAIS DA MICRORREGIÃO
SISTEMA RODOVIÁRIO PRINCIPAL
LIMITES ESTADUAIS
DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-REI
Microrregião de São João Del-Rei
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - setembro / 84
ESCALA 1 : 2.000.000
0 20 40 100 km
SETOR DE DESENHO
MAPA
2.1

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 2.1

POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1950-1980

MUNICÍPIO		1950			1960			1970			1980		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Cassiterita		863	2 937	3 800	997	3 306	4 303	1 433	2 504	3 937	1 840	1 506	3 346
Coronel Xavier Chaves		786	1 880	2 666	803	2 036	2 839	833	1 996	2 879	1 386	1 890	3 276
Dores de Campos		2 689	1 717	4 406	3 470	1 544	5 014	4 049	1 545	5 594	5 114	1 260	6 374
Lagoa Dourada		1 407	5 227	6 634	1 898	5 348	7 246	2 458	5 038	7 541	3 685	5 031	8 716
Madre de Deus de Minas		1 110	2 724	3 834	1 224	2 538	3 762	1 698	2 248	3 946	2 844	3 633	6 477
Nazareno		1 082	2 891	3 973	1 827	2 844	4 671	2 434	2 157	4 591	3 990	2 063	6 053
Piedade do Rio Grande	Sede	694	3 935	4 629	1 201	5 862	7 063	1 581	3 959	5 540	1 902	2 901	5 197
	Distrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	394	-	-
Prados		1 772	4 391	6 163	2 182	4 211	6 393	3 037	3 477	6 514	3 420	3 659	7 079
Resende Costa	Sede	1 909	5 818	7 871	2 385	6 184	8 733	2 847	5 600	8 686	3 938	4 326	8 534
	Distrito	144	-	-	164	-	-	239	-	-	270	-	-
Ritápolis		1 250	3 817	5 067	1 828	4 471	6 299	2 632	2 974	5 656	3 047	2 762	5 809
São João del-Rei	Sede	24 560	11 370	37 781	34 654	11 284	47 688	44 991	8 092	55 230	53 341	8 328	64 693
	Distrito	1 851	-	-	1 750	-	-	2 147	-	-	3 024	-	-
São Tiago	Sede	2 150	5 786	7 936	2 505	6 520	9 025	2 882	5 627	9 400	3 850	3 970	8 963
	Distrito	-	-	-	-	-	-	891	-	-	1 143	-	-
Tiradentes	Sede	1 142	2 585	3 727	1 467	3 196	4 663	1 832	1 437	5 518	2 463	1 512	7 637
	Distrito	-		-	-	-	-	2 249	-	-	3 662	-	-
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI		43 409	55 078	98 487	58 355	59 344	117 699	78 333	46 699	125 032	99 313	42 841	142 154

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1950, 1960, 1970; Censo demográfico: dados distritais, Minas Gerais, 1980.

QUADRO 2.2

GRAU DE URBANIZAÇÃO

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1950-1980

MUNICÍPIO	1950	1960	1970	1980
Cassiterita	22,71	23,17	36,40	54,99
Coronel Xavier Chaves	29,48	28,28	30,67	42,31
Dores de Campos	61,03	69,21	72,38	80,23
Lagoa Dourada	21,21	26,19	32,60	42,28
Madre de Deus de Minas	28.95	32,54	43,03	43,91
Nazareno	27,23	39,11	53,02	65,92
Piedade do Rio Grande	14,99	17,00	28,54	44,18
Prados	28,75	34,12	46,62	48,31
Resende Costa	26,08	29,19	35,53	49,31
Ritápolis	24,67	29,02	47,42	52,45
São João del-Rei (Sede)	65,01	72,67	81,46	82,45
Total	69,91	76,34	85,35	87,13
São Tiago	27,09	27,76	40,14	55,71
Tiradentes	30,64	31,46	73,96	80,20
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	44,08	49,58	62,65	69,86
MINAS GERAIS	30,06	40,21	52,76	67,14

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1950,1960, 1970.
Censo demográfico - dados distritais, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro(FJP),Diretoria de Projetos III (DPIII).

QUADRO 2.3

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

POPULACÃO TOTAL, URBANA E RURAL

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1950-1980

MUNICÍPIO	1950/60			1960/70			1970/80		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Cassiterita	1,45	1,19	1,25	3,69	-2,74	-0,88	2,53	-4,96	-1,61
Coronel Xavier Chaves	0,21	0,80	0,63	0,95	-0,20	0,14	4,61	-0,54	1,30
Dores de Campos	2,58	1,06	1,30	1,56	0,01	1,10	2,36	-2,03	1,31
Lagoa Dorada	3,04	0,23	0,89	2,62	-0,51	0,40	4,13	-0,10	1,46
Madre de Deus de Minas	0,98	-0,70	-0,19	3,33	-1,21	0,98	5,29	4,92	5,08
Nazareno	5,38	-0,16	1,63	2,91	-2,73	-0,17	5,07	-0,44	2,80
Piedade do Rio Grande	5,64	4,07	4,32	2,79	-3,85	-2,40	1,87	-1,82	-0,64
Prados	2,10	-0,42	0,37	3,36	-1,90	0,19	1,19	0,51	0,84
Resende Costa	2,19	0,61	1,04	1,93	-0,99	-0,05	3,15	-2,55	-0,18
Ritápolis	3,87	1,59	2,20	3,91	-4,00	-1,07	1,28	-0,74	0,27
São João del-Rei	3,50	0,08	2,36	2,64	-3,27	1,48	1,72	0,29	1,59
Urbana Distritos	-0,56			2,07			3,48		
São Tiago	1,54	1,20	1,29	1,41	0,00	0,41	1,03	-3,43	0,47
Tiradentes	2,54	2,14	2,27	2,25	1,44	1,70	4,14	0,51	3,30
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	3,00	0,75	1,80	2,99	-2,37	0,61	2,40	-0,86	1,29

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1950, 1960, 1970; Censo demográfico - dados distritais, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DPIII).

a população recenseada e a esperada é o saldo líquido migratório, mostrado no quadro 2.4 para os municípios da microrregião de influência de São João del-Rei. No quadro encontram-se também as taxas líquidas de migração, que são os resultados da divisão dos saldos líquidos migratórios pela população residente estimada para a metade da década.

Entre 1960 e 1970, todos os municípios apresentam perda líquida de população, inclusive São João del-Rei, apesar dos pequenos saldos urbanos positivos apresentados por alguns deles. A maior taxa líquida de migração urbana é a de Madre de Deus de Minas (13,2%). Para a área rural, o êxodo é extremamente alto: Piedade do Rio Grande e Ritápolis chegaram a expulsar quase 90% da população estimada para 1965 durante a década de 1960. Comparando-se as taxas líquidas de migração da microrregião e do Estado, vê-se que o êxodo rural foi maior na microrregião. O baixo potencial de fixação da população migrante nas áreas urbanas (saldo negativo, enquanto no Estado a taxa líquida de migração atingiu 20,0%) torna a perda total ainda mais alta que a do Estado: 27,5%, enquanto no Estado esta taxa atingiu 16,6%.

Entre 1970 e 1980, o êxodo rural diminui de intensidade, enquanto a capacidade de retenção urbana aumenta ligeiramente. A taxa líquida de migração urbana passa a ser positiva (1,8%), apesar de estar ainda muito abaixo da média estadual (21,1%). A taxa líquida de migração rural cai para -36,2%, enquanto no Estado ela sobe para -55,6%. Apesar deste resultado positivo, para a população total, as perdas regionais ainda são ligeiramente superiores às do Estado (em termos relativos). Os municípios responsáveis por essa mudança nos resultados são Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno e o distrito de Santa Cruz

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 2.4

SALDOS LÍQUIDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1970-1980

MUNICÍPIO	1960/70						1970/80					
	SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO			SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO			TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Cassiterita	135	-2 088	-1 953	11,2	-71,9	-47,4	57	-1 684	-1 627	3,5	-84,0	-44,7
Coronel Xavier Chaves	-162	- 832	- 994	-19,2	-41,3	-34,8	287	- 653	- 366	25,3	-33,6	-11,9
Dores de Campos	-467	- 600	-1 067	-12,4	-38,8	-20,1	75	- 708	- 633	1,6	-50,5	-10,6
Lagoa Dourada	- 12	-2 345	-2 357	- 0,6	-45,0	-31,9	626	-1 444	- 818	20,4	-28,6	-10,1
Madre de Deus de Minas	193	-1 353	-1 160	13,2	-56,5	-30,1	816	785	1 601	35,9	26,7	30,7
Nazareno	56	-1 793	-1 737	2,6	-71,7	-37,5	961	- 685	276	29,9	-32,5	5,2
Piedade do Rio Grande	104	-4 358	-4 254	7,5	-88,8	-67,5	14	-1 721	-1 707	0,8	-47,5	-31,8
Prados	197	-2 372	-2 175	7,6	-61,7	-33,7	- 360	- 770	-1 130	-11,1	-21,6	-16,6
Resende Costa	-231	-2 989	-3 220	- 8,2	-50,7	-37,0	367	-2 808	-2 441	10,1	-56,6	-28,4
Ritápolis	303	-3 236	-2 933	-13,4	-86,9	-49,1	- 291	-1 026	-1 317	-10,2	-35,8	-23,0
São João del-Rei	-110	-7 581	-7 822	- 0,3	-78,3	-15,2	-2 653	-1 980	-4 281	- 5,4	-24,1	- 7,1
Distritos	-131			- 6,7			352			13,6		
São Tiago	-378	-2 538	-2 916	-14,0	-38,9	-31,7	297	-3 198	-2 901	6,8	-66,7	-31,6
Tiradentes	- 77	- 753	- 830	- 4,7	-21,9	-16,3	183	- 319	727	8,5	-21,6	-11,1
Santa Cruz de Minas	....						863			29,2		
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	-580	-32 838	-33418	- 0,9	-61,9	-27,5	1 594	-16 211	-14 617	1,8	-36,2	-10,9
MINAS GERAIS	999 374	-2770604	-1771230	20,0	-49,1	-16,6	1588144	-2733269	-1145125	21,1	-55,6	- 9,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III).

de Minas[2], no município de Tiradentes, que apresentavam as maiores taxas líquidas de migração urbana. Em termos gerais, as taxas são decrescentes para a área rural,com exceção de Cassiterita, Dores de Campos, Resende Costa e São Tiago, onde o processo de expulsão rural aumenta de intensidade.

Apesar da alta evasão populacional verificada, em termos líquidos os municípios da microrregião recebem população de outros municípios. No quadro 2.5 encontram-se as informações sobre as pessoas não-naturais do município onde residem, por tempo de residência no município. Na microrregião verifica-se que, em 1960, as proporções de migrantes, por tempo de residência, eram similares às do Estado. Em 1970, a microrregião apresenta maior proporção de migrantes mais antigos, enquanto em 1980 a participação dos migrantes recentes na microrregião é quase o dobro da verificada no Estado. Tal proporção corrobora a hipótese de um aumento do poder de atração daqueles municípios que estavam sob o impacto da construção da Ferrovia do Aço: Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada e Madre de Deus de Minas apresentam uma proporção de migração com menos de um ano de residência superior a 25% do total.

O quadro 2.6 mostra uma tentativa de cálculo da capacidade de retenção de migrantes de cada município. O método adotado foi o de aplicar ao número de migrantes, recenseados no início da década, a taxa de mortalidade estimada para a Região de Planejamento a fim de se estimar o número de sobreviventes no final da década. Comparou-se tal número com os migrantes recenseados com mais de 11 anos de residência (em 1970) e 10 anos em 1980, calculando-se as percentagens do total que teriam permanecido no município. Os resultados encontrados dão uma

---

[2] *Embora distrito de Tiradentes, Santa Cruz de Minas constitui bairro conurbado de São João del-Rei.*

QUADRO 2.5

PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO EM QUE RESIDEM, POR TEMPO DE RESIDÊNCIA
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI
1960-1980

MUNICÍPIO	1960					1970					1980				
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 anos e mais	TOTAL	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 anos e mais	TOTAL	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos e mais	TOTAL
Cassiterita	...	...	...	...	...	22	174	70	177	443	56	164	36	250	506
(%)						(5,0)	(39,3)	(15,8)	(40,0)	(100,0)	(11,1)	(32,4)	(7,1)	(49,4)	(100,0)
Coronel Xavier Chaves	...	...	...	...	...	8	113	141	256	518	332	187	66	308	893
(%)						(1,5)	(21,8)	(27,2)	(49,4)	(100,0)	(37,2)	(20,9)	(7,4)	(34,5)	(100,0)
Dores de Campos	54	136	175	298	663	71	203	88	390	752	129	329	169	557	1 188
(%)	(8,1)	(20,5)	(26,4)	(45,0)	(100,0)	(9,4)	(27,0)	(11,7)	(51,9)	(100,0)	(10,9)	(27,7)	(14,2)	(46,9)	(100,0)
Lagoa Dourada	112	256	128	227	725	57	147	143	283	630	221	222	27	390	875
(%)	(15,5)	(35,3)	(17,7)	(31,3)	(100,0)	(9,1)	(23,3)	(22,7)	(44,9)	(100,0)	(25,3)	(25,4)	(3,1)	(44,6)	(100,0)
Madre de Deus de Minas	13	86	60	102	261	30	61	58	253	402	2 120	674	73	277	3 144
(%)	(5,0)	(33,0)	(23,0)	(39,1)	(100,0)	(7,5)	(15,2)	(14,4)	(62,9)	(100,0)	(67,4)	(21,4)	(2,3)	(8,8)	(100,0)
Nazareno	65	153	66	121	405	144	220	55	219	638	224	509	232	481	1 450
(%)	(16,1)	(37,8)	(16,3)	(29,9)	(100,0)	(22,6)	(34,5)	(8,6)	(34,3)	(100,0)	(15,5)	(35,1)	(16,0)	(33,2)	(100,0)
Piedade do Rio Grande	11	36	20	33	100	8	18	36	94	156	103	237	56	297	693
(%)	(11,0)	(36,0)	(20,0)	(33,0)	(100,0)	(5,1)	(11,5)	(23,1)	(60,3)	(100,0)	(14,9)	(34,2)	(8,1)	(42,9)	(100,0)
Prados	95	112	107	341	657	90	211	153	415	869	113	252	86	473	924
(%)	(14,5)	(17,1)	(16,3)	(51,9)	(100,0)	(10,4)	(24,3)	(17,6)	(47,8)	(100,0)	(12,2)	(27,3)	(9,3)	(51,2)	(100,0)
Resende Costa	185	252	112	368	917	73	188	199	306	766	139	316	178	471	1 104
(%)	(20,2)	(27,5)	(12,2)	(40,1)	(100,0)	(9,5)	(24,5)	(26,0)	(40,0)	(100,0)	(12,6)	(28,6)	(16,1)	(42,7)	(100,0)
Ritápolis	...	...	...	...	...	5	154	106	205	470	94	192	97	469	852
(%)						(1,1)	(32,8)	(22,6)	(43,6)	(100,0)	(11,0)	(22,5)	(11,4)	(55,1)	(100,0)
São João del-Rei	1 366	2 793	2 055	3 255	9 485	1 191	2 430	1 766	5 262	10 649	2 277	4 548	1 458	9 469	17 756
(%)	(14,4)	(29,5)	(21,7)	(34,3)	(100,0)	(11,2)	(22,8)	(16,6)	(49,4)	(100,0)	(12,8)	(25,6)	(8,2)	(53,3)	(100,0)
São Tiago	234	240	81	428	983	31	82	44	240	397	99	283	127	510	1 022
(%)	(23,8)	(24,4)	(8,2)	(43,5)	(100,0)	(7,8)	(20,7)	(11,1)	(60,5)	(100,0)	(9,7)	(27,7)	(12,4)	(49,9)	(100,0)
Tiradentes	133	254	167	426	980	308	441	253	463	1 465	398	953	221	1 119	2 691
(%)	(13,6)	(25,9)	(17,0)	(43,5)	(100,0)	(21,0)	(30,1)	(17,3)	(31,6)	(100,0)	(14,8)	(35,4)	(8,2)	(41,6)	(100,0)
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	2 268	4 318	2 971	5 599	15 176	2 038	4 442	3 112	8 563	18 155	6 305	8 866	2 826	15 071	33 098
(%)	(14,9)	(28,5)	(19,6)	(36,9)	(100,0)	(11,2)	(24,5)	(17,1)	(47,2)	(100,0)	(19,0)	(26,8)	(8,5)	(45,5)	(100,0)
Minas Gerais	280 188	656 114	383 738	773 117	2 101 921	303 473	792 753	513 062	1 122 911	2 732 303	476 586	1 279 950	561 103	2 118 920	4 447 633
(%)	(13,3)	(37,2)	(18,3)	(36,8)	(100,0)	(11,1)	(29,0)	(18,8)	(41,1)	(100,0)	(10,7)	(28,8)	(12,6)	(47,6)	(100,0)

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970; Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade, Minas Gerais, 1980.
Obs.: Não foram relacionados no quadro os migrantes sem declaração de tempo de residência.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 2.6

CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE MIGRANTES

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1960-1980

(Em porcentagem)

MUNICÍPIO	MIGRANTES 1960	MIGRANTES SOBREVIVENTES EM 1970	MIGRANTES COM 11 ANOS E MAIS DE RESIDÊNCIA EM 1970	CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE MIGRANTES EM 1960/1970	MIGRANTES 1970	MIGRANTES SOBREVIVENTES EM 1980	MIGRANTES COM 10 ANOS E MAIS DE RESIDÊNCIA EM 1980	CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE MIGRANTES EM 1970/1980
Cassiterita	...	...	177	...	443	406	250	61,6
Coronel Xavier Chaves	...	...	256	...	518	475	308	64,8
Dores de Campos	663	589	390	66,2	752	689	557	80,8
Lagoa Dourada	725	644	283	43,9	630	577	390	67,6
Madre de Deus de Minas	261	236	253	107,2	402	370	277	74,9
Nazareno	405	360	219	60,8	638	585	481	82,2
Piedade do Rio Grande	100	90	94	104,4	156	143	297	207,7
Prados	657	583	415	115,1	869	769	473	59,4
Resende Costa	917	814	671 306	37,6	766	702	471	67,1
Ritápolis	...		205	...	470	431	469	108,8
São João del-Rei	9 485	8 421	5 262 5 644	67,0	10 649	9 761	9 469	97,0
São Tiago	983	873	240	27,5	397	364	510	104,1
Tiradentes	980	870	463	53,2	1 465	1 343	1 119	
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	15 176	13 480	8 563	63,5	18 155	16 642	15 071	90,6
MINAS GERAIS	2 101 921	1 873 849	1 122 911	59,93	2 732 303	2 505 960	2 118 920	84,6

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III).

QUADRO 2.7

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1960-1980

MUNICÍPIO	1960				1970				1980			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Cassiterita (1)	...	...	...	...	800	89	130	1 019	499	179	168	846
Coronel Xavier Chaves (2)	...	...	...	...	524	97	160	781	460	517	261	1 238
Dores de Campos	560	426	442	1 428	544	686	474	1 704	331	1 064	941	2 336
Lagoa Dourada	2 232	120	566	2 918	1 792	107	348	2 247	1 714	434	640	2 788
Madre de Deus de Minas	725	44	243	1 012	748	83	162	993	601	2 353	369	3 323
Nazareno	1 057	139	349	1 545	652	203	409	1 264	667	724	589	1 980
Piedade do Rio Grande	1 584	23	188	1 795	1 220	83	184	1 487	930	197	330	1 457
Prados (2)	1 867	312	571	2 750	1 055	307	394	1 756	884	673	936	2 493
Resende Costa	1 918	157	615	2 690	1 528	377	420	2 325	1 448	659	986	3 093
Ritápolis (1)	...	...	...	...	617	455	222	1 294	492	777	524	1 793
São João del-Rei (1)	6 517	3 507	7 163	17 187	2 705	4 009	8 590	15 304	2 065	8 246	11 649	21 960
São Tiago	2 057	153	498	2 708	1 992	290	627	2 909	1 552	625	770	2 947
Tiradentes	659	240	423	1 322	539	493	467	1 499	272	1 113	912	2 297
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	19 176	5 121	11 058	35 355	14 716	7 279	12 587	34 582	11 915	17 561	19 075	48 551
MINAS GERAIS	1 827 334	285 415	877 049	2 989 798	1 717 333	512 060	1 341 333	3 460 615	1 518 442	1 115 624	2 102 124	4736 190

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970; Censo demográfico - mão-de-obra, Tabela 1.25. Minas Gerais, 1980.

(1) Foram desmembrados do município de São João del-Rei.

(2) Foi desmembrado do município de Prados.

idéia da precariedade da informação: o intervalo de variação, que deveria estar entre zero (todos os migrantes recenseados em 1960 teriam deixado o município entre 1960 e 1970, ou seja, o número de migrantes com mais de 11 anos de residência seria zero) e cem (todos os migrantes recenseados em 1960 e sobreviventes em 1970 seriam recenseados em 1970 entre aqueles com mais de 11 anos de residência), tem como limite superior a proporção de de 207,7% verificada para Piedade do Rio Grande entre 1970 e 1980. Contudo, a não ser os casos extremos de Madre de Deus de Minas, Prados e Piedade do Rio Grande entre 1960 e 1970 e São Tiago, Ritápolis e, novamente, Piedade do Rio Grande entre 1970/80, é interessante observar que, para todos os outros municípios da microrregião, parece ter havido um aumento da capacidade de retenção de migrantes entre as duas décadas.

Em resumo, a microrregião de São João del-Rei pode ser considerada de baixo dinamismo demográfico: cidades, em geral, pequenas, com pouca capacidade de absorção e retenção de migrantes, elevado êxodo rural com tendência a diminuição futura. Apesar do tamanho significativamente maior da população de São João del-Rei em relação aos outros municípios da área, não existe nenhuma informação que indique diferenças marcantes no comportamento demográfico desse município (a não ser seu elevado grau de urbanização).

2.1.1 Distribuição da população economicamente ativa

O movimento migratório de uma região está estreitamente ligado à distribuição e ao crescimento da sua População Economicamente Ativa (PEA). Para a microrregião de influência de São João del-Rei a distribuição setorial da PEA, em termos absolutos, é mostrada no quadro 2.7 e em termos relativos no quadro 2.8. As taxas anuais de crescimento são mostradas no quadro 2.9.

QUADRO 2.8

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1960-1980

MUNICÍPIO	1960				1970				1980			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Cassiteria	....	....	....	....	78,5	8,7	12,8	100,0	59,0	21,2	19,9	100,0
Coronel Xavier Chaves	....	....	....	....	67,1	12,4	20,5	100,0	37,2	41,8	21,1	100,0
Dores de Campos	39,2	29,8	31,0	100,0	31,9	40,3	27,8	100,0	14,2	45,5	40,3	100,0
Lagoa Dourada	76,5	4,1	19,4	100,0	79,8	4,8	15,5	100,0	61,5	15,6	23,0	100,0
Madre de Deus de Minas	71,6	4,3	24,0	100,0	75,3	8,4	16,3	100,0	18,1	70,8	11,1	100,0
Nazareno	68,4	9,0	22,6	100,0	51,6	16,1	32,4	100,0	33,7	36,6	29,7	100,0
Piedade do Rio Grande	88,2	1,3	10,5	100,0	82,0	5,6	12,4	100,0	63,8	13,5	22,6	100,0
Prados	67,9	11,3	20,8	100,0	60,1	17,5	22,4	100,0	35,5	27,0	37,5	100,0
Resende Costa	71,3	5,8	22,9	100,0	65,7	16,2	18,1	100,0	46,8	21,3	31,9	100,0
Ritápolis	....	....	....	....	47,7	35,2	17,2	100,0	27,4	43,3	29,2	100,0
São João del-Rei	37,9	20,4	41,7	100,0	17,7	26,2	56,1	100,0	9,4	37,6	53,0	100,0
São Tiago	76,0	5,6	18,4	100,0	68,5	10,0	21,6	100,0	52,7	21,2	26,1	100,0
Tiradentes	49,8	18,2	32,0	100,0	36,0	32,9	31,2	100,0	11,8	48,5	39,7	100,0
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	54,2	14,5	31,3	100,0	42,6	21,0	36,4	100,0	24,5	36,2	39,3	100,0
MINAS GERAIS	61,1	9,5	29,3	100,0	49,6	14,8	35,6	100,0	32,1	23,6	44,4	100,0

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970; Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 2.9

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1970-1980

MUNICÍPIO	1960/70				1970/80			
	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total
Cassiterita	....	....	....	....	-4,61	7,24	2,60	-1,84
Coronel Xavier Chaves	....	....	....	....	-1,29	18,21	5,02	4,71
Dores de Campos	-0,29	4,88	0,70	1,78	-4,85	4,49	7,10	3,20
Lagoa Dourada	-2,17	-1,14	-4,75	-2,58	-0,44	15,03	6,28	2,18
Madre de Deus de Minas	0,31	6,55	-3,97	-0,19	-2,16	39,72	8,58	12,84
Nazareno	-4,72	3,86	1,60	-1,99	0,23	13,56	3,71	4,59
Piedade do Rio Grande	-2,58	13,69	-0,21	-1,86	-2,68	9,03	6,02	-0,20
Prados	-1,66	2,62	-0,30	-0,80	-1,75	8,17	9,04	3,57
Resende Costa	-2,25	9,16	-3,74	-1,45	-0,54	5,74	8,91	2,90
Ritápolis	....	....	....	....	-2,24	5,50	8,97	3,32
São João del-Rei	-4,48	2,64	2,24	0,25	-2,66	7,48	3,09	3,68
São Tiago	-0,32	6,60	2,33	0,72	-2,47	7,98	2,08	0,13
Tiradentes	-1,99	7,46	0,99	1,26	-6,61	8,48	6,92	4,36
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	-2,61	3,58	1,30	-0,22	-2,09	9,21	4,24	3,45
MINAS GERAIS	-0,62	6,02	3,45	1,47	-1,22	8,10	5,50	3,19

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970; Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III).

Em 1960, a População Economicamente Ativa da microrregião concentrava-se nas atividades agropecuárias em uma proporção, contudo inferior à do Estado, pela maior importância relativa da pecuária regional, tradicionalmente menos intensiva no uso de mão-de-obra que a atividade agrícola. O setor secundário já apresentava certo dinamismo principalmente em Dores de Campos, São João del-Rei e Tiradentes. Em 1970, a distribuição setorial da PEA apresenta ligeiras mudanças, seguindo, entretanto, o mesmo sentido daquelas verificadas no Estado. O setor industrial aumenta sua participação em Dores de Campos e Tiradentes. Em 1980, as mudanças são muito mais significativas: verifica-se uma queda geral e acentuada da PEA alocada no setor primário, enquanto no setor secundário ocorre um aumento elevado de participação, principalmente nos municípios de Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Madre de Deus de Minas e Nazareno.

Essas variações na distribuição setorial da PEA são conseqüências de taxas de crescimento diferenciadas em cada setor. No quadro 2.9 pode-se verificar a tendência geral de queda na população dedicada à agropecuária nas duas décadas, bem como as altas taxas de crescimento do setor secundário em alguns municípios da região. Com exceção de Cassiterita, Dores de Campos, Resende Costa, Ritápolis, São João del-Rei e São Tiago, todos os municípios apresentam um crescimento da PEA no setor secundário acima daquele verificado no Estado.

A suposição feita anteriormente a respeito da influência da Ferrovia do Aço pode ser testada com o auxílio dos quadros 2.9 e 2.10. Infelizmente não se dispõe de informações, para 1970, sobre a distribuição da PEA de secundário entre os subsetores que o compõem, impossibilitando, portanto, o cálculo das taxas de crescimento na década. Em 1980, contudo, vê-se, pelo quadro 2.10, que a indústria de construção é responsável por uma parcela significativamente alta da PEA alocada no

QUADRO 2.10

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO SETOR SECUNDÁRIO

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1980

	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO		OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS		TOTAL	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Cassiterita	23	12,9	118	65,9	38	21,2	179	100,0
Coronel xavier Chaves	20	3,9	431	83,4	66	12,8	517	100,0
Dores de Campos	926	87,0	114	10,7	24	2,3	1 064	100,0
Lagoa Dourada	45	10,4	385	88,7	4	0,9	434	100,0
Madre de Deus de Minas	45	1,9	2 308	98,1	-	0,0	2 353	100,0
Nazareno	122	16,9	495	68,4	107	14,8	724	100,0
Piedade do Rio Grande	19	9,6	178	90,4	-	100,0	197	100,0
Prados	387	57,5	212	31,5	74	11,0	673	100,0
Resende Costa	140	21,2	420	63,7	99	15,0	659	100,0
Ritápolis	68	8,8	380	48,9	329	42,3	777	100,0
São João del-Rei	3 718	45,1	4 140	50,2	388	4,7	8 246	100,0
São Tiago	139	22,2	238	38,1	248	39,7	625	100,0
Tiradentes	617	55,4	422	37,9	74	6,6	1 113	100,0
MICRORREGIÃO DE S.JOÃO DEL-REI	6 269	35,7	9 841	56,0	1 451	8,3	17 561	100,0
MINAS GERAIS	562 858	50,5	457 310	41,0	95 456	8,6	1 115 624	100,0

Fonte: IBGE: Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.

secundário nos municípios de Cassiterita, Coronel Xavier Chaves, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno e Piedade do Rio Grande. Com exceção de Cassiterita e Nazareno, todos esses municípios apresentaram saldo líquido migratório urbano positivo, muito provavelmente em razão da construção da ferrovia. Tal impacto sobre a migração só não foi maior graças às características do emprego gerado pela construção de grandes obras de engenharia: uma vez que o emprego é temporário, a maior parte dos trabalhadores migra sem a família. Este fato pode ser comprovado pelo aumento verificado na taxa de participação na PEA em 1980, principalmente em Madre de Deus de Minas, onde 51,3% da população estão na força de trabalho (quadro 2.11).

Novamente não se observa nenhum comportamento extraordinário no município de São João del-Rei. Desde 1960, a cidade se constitui num centro de comércio e serviços importante, fato comprovado pela alta proporção da PEA alocada no terciário. As taxas de crescimento da população ativa alocada no secundário e terciário, na última década, foram superiores às verificadas nos anos 60, porém inferiores à média estadual. No município, a distribuição da População Economicamente Ativa por setor de atividade é mostrada no quadro 2.12. A PEA masculina é maior em todos os setores, com exceção da prestação de serviços e atividades sociais onde a predominância da mão-de-obra feminina é tradicional. As maiores taxas de crescimento entre 1970/80 ocorrem no setor industrial, comércio de mercadorias e prestação de serviços. Em 1980, a proporção de pessoas procurando trabalho atingia 2,3% do total da PEA.

2.1.2 Distribuição de renda

Finalmente, um fator importante para a análise do comportamento demográfico de uma região é a distribuição e variação dos rendimentos da população. A única in

QUADRO 2.11

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI
1960-1980

MUNICÍPIO	1960	1970	1980
Cassiterita	....	25,9	25,3
Coronel Xavier Chaves	....	27,1	37,8
Dores de Campos	28,5	30,5	36,6
Lagoa Dourada	40,3	29,8	32,0
Madre de Deus de Minas	26,9	25,2	51,3
Nazareno	33,1	27,5	32,7
Piedade do Rio Grande	25,4	26,8	28,0
Prados	29,8	27,0	35,2
Resende Costa	30,8	26,8	36,2
Ritápolis	....	22,9	30,9
São João del-Rei	29,5	27,7	33,9
São Tiago	30,0	30,9	32,9
Tiradentes	28,4	27,2	30,1
MICRORREGIÃO DE S. JOÃO DEL-REI	30,0	27,7	34,2

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1960, 1970; Censo demográfico - dados distritais , Minas Gerais, 1980; Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.
Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos (DP III).

QUADRO 2.12

SETOR DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR SEXO

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO

SÃO JOÃO DEL-REI

1970-1980

RAMO DE ATIVIDADE	PEA 1970			PEA 1980			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca	2 691	14	2 705	2 007	58	2 065	-2,89	15,27	-2,66
(%)	(99,5)	(0,5)	(100,0)	(97,2)	(2,8)	(100,0)			
Indústria de Transformação				3 008	710	3 718			
(%)				(80,9)	(19,1)	(100,0)			
Indústria da Construção	3 177	832	4 009	4 108	32	4 140	8,94	- 0,78	7,48
(%)	(79,2)	(20,8)	(100,0)	(99,2)	(0,8)	(100,0)			
Outras Atividades Industriais				361	27	388			
(%)				(93,0)	(7,0)	(100,0)			
Comércio de Mercadorias	935	246	1 181	1 474	564	2 038	4,66	8,65	5,61
(%)	(79,2)	(20,8)	(100,0)	(72,3)	(27,7)	(100,0)			
Transportes e Comunicações	662	60	722	966	83	1 049	3,85	3,30	3,81
(%)	(91,7)	(8,3)	(100,0)	(92,1)	(7,9)	(100,0)			
Prestação de Serviços	997	2 027	3 024	1 561	3 047	4 608	4,59	4,16	4,30
(%)	(33,0)	(67,0)	(100,0)	(33,9)	(66,1)	(100,0)			
Atividades Sociais	332	999	1 331	412	1 430	1 842	2,18	3,65	3,30
(%)	(24,9)	(75,1)	(100,0)	(22,4)	(77,6)	(100,0)			
Administração Pública	1 100	60	1 160	960	129	1 089	-1,35	7,96	-0,63
(%)	(94,8)	(5,2)	(100,0)	(88,2)	(11,8)	(100,0)			
Outras Atividades	978	194	1 172	425	94	519	-8,00	-6,99	-7,82
(%)	(83,4)	(16,6)	(100,0)	(81,9)	(18,1)	(100,0)			
Procurando Trabalho	...	...	...	...	...	504	...	...	...
(%)						(100,0)			
TOTAL	10 872	4 432	15 304	15 282	6 174	21 960	3,46	3,37	3,44
(%)	(71,0)	(29,0)	(100,0)	(69,6)	(28,1)	(100,0)			

Fontes: IBGE: Censo demográfico, Minas Gerais, 1970; Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.

formação disponível sobre a renda pessoal nos censos demográficos se refere a 1980, impossibilitando, portanto, o cálculo da variação sofrida. A distribuição dos rendimentos médios mensais das pessoas com idade superior a dez anos é mostrada no quadro 2.13. Na microrregião de influência verifica-se uma distribuição de rendimentos semelhante à média estadual: 71,0% da população acima de dez anos tinha rendimentos iguais ou inferiores a um salário mínimo, enquanto no Estado essa proporção era de 70,3%. A maior diferença se encontra nos rendimentos acima de três salários mínimos, sendo a proporção de pessoas nessa classe, na microrregião de São João del-Rei, inferior à do Estado (7,6% e 9,1%).

Os municípios com maior proporção de pessoas com rendimentos acima de três salários mínimos são Coronel Xavier Chaves, Madre de Deus de Minas e São João del-Rei, este último muito próximo da média estadual, enquanto entre aqueles com maior proporção de pessoas com rendimentos inferiores a um salário mínimo destacam-se Cassiterita (81,9%), Piedade do Rio Grande (83,3%), Prados (82,7%) e São Tiago (82,1%). Como era de se esperar, estes municípios estão entre os que apresentaram as maiores taxas negativas de migração.

2.2 Caracterização do setor produtivo da microrregião

A ocupação econômica da microrregião, ligada inicialmente à exploração do ouro, determinou as condições para o surgimento da atividade agropecuária na região. Os principais produtos no início do século XIX eram os de origem animal. Na agricultura, destacava-se a cana-de-açúcar, que no decorrer do século seria o produto mais importante, bem como alguns cereais. No século XX, o milho, o arroz e o feijão já eram os principais produtos agrícolas da microrregião, aparecendo também a fruticultura, a mandioca e o café, em posições secundárias. Entretanto, a pecuária leiteira continuou sendo a base econômica para quase todos os municípios da microrregião.

QUADRO 2.13

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1980

MUNICÍPIO	ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO		MAIS DE 1/2 A 1 SAL. MÍNIMO		MAIS DE 1 A 2 SAL. MÍNIMO		MAIS DE 2 A 3 SAL. MÍN.		MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍN.		SEM RENDIMENTOS		TOTAL (1)	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Cassiterita	223	9,2	390	16,0	230	9,5	94	3,9	116	4,8	1 378	56,7	2 431	100,0
Coronel Xavier Chaves	218	8,9	287	11,7	392	16,0	199	8,1	229	9,4	1 122	45,9	2 447	100,0
Dores de Campos	722	14,4	923	18,4	662	13,2	169	3,4	229	4,6	2 305	45,9	5 019	100,0
Lagoa Dourada	418	6,5	1 064	16,6	874	13,6	265	4,1	490	7,7	3 286	51,3	6 404	100,0
Madre de Deus de Minas	331	6,3	534	10,1	1 273	24,1	540	10,2	838	15,9	1 760	33,4	5 276	100,0
Nazareno	418	9,3	541	12,1	750	16,8	235	5,3	291	6,5	2 209	49,4	4 473	100,0
Piedade do Rio Grande	407	10,4	712	18,2	352	9,0	102	2,6	200	5,1	2 141	54,7	3 914	100,0
Prados	878	16,2	942	17,4	577	10,7	159	2,9	188	3,5	2 654	49,1	5 409	100,0
Resende Costa	904	13,6	1 066	16,1	862	13,0	282	4,3	487	7,3	3 019	45,6	6 626	100,0
Ritápolis	366	8,3	635	14,4	877	19,8	234	5,3	114	2,6	2 191	49,6	4 420	100,0
São João del-Rei	4 402	8,7	7 144	14,1	8 517	16,8	3 237	6,4	4 696	9,3	22 450	44,3	50 664	100,0
São Tiago	1 150	17,4	905	13,7	747	11,3	171	2,6	256	3,9	3 370	51,0	6 612	100,0
Tiradentes	546	9,8	1 133	20,2	944	16,9	245	4,4	193	3,4	2 530	45,2	5 600	100,0
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	10 983	10,0	16 276	14,9	17 057	15,6	5 932	5,4	8 327	7,6	50 415	46,1	109 295	100,0
MINAS GERAIS	915 828	9,2	1359 759	13,7	1 490 015	15,0	534160	5,4	902 097	9,1	4711 986	47,4	9939 284	100,0

Fonte: IBGE: Censo demográfico - mão-de-obra, Minas Gerais, 1980.

(1) Inclusive os sem declaração de rendimentos.

O setor primário, ainda hoje, é responsável pela absorção de 24,9% da população ocupada na microrregião de acordo com as informações do Censo Demográfico de 1980 (IBGE) e por 30,2% do valor da produção do setor produtivo, segundo o Censo Industrial de 1980 (IBGE).

O setor secundário apresenta uma posição relativa superior à do setor primário: absorve 36,8% da mão-de-obra ocupada e é responsável por 69,8% do valor da produção dos setores primário e secundário. As indústrias mais importantes segundo o valor da produção, no setor secundário, são: a indústria metalúrgica, que participa com 27,6% do Valor da Produção Industrial (VPI); a indústria têxtil, que é responsável por 22,5% do VPI; e a extração de minerais, que corresponde a 18,8% do VPI.

À exceção da atividade extrativa, que está concentrada no município de Nazareno, as principais indústrias em termos de geração de renda e emprego estão localizadas em São João del-Rei.

Entre as atividades tradicionais, pode-se destacar a indústria de madeira e a de mobiliário em São João del-Rei, assim como a indústria de calçados e a de couros, peles e selaria em Dores de Campos. Embora o valor da produção gerado por essas indústrias seja insignificante se comparado com os ramos industriais mais expressivos da região, elas são importantes por constituírem atividades prevenientes da tradição artesanal da região, e, se conjugadas com uma estratégia de desenvolvimento do turismo regional, podem expandir o nível de ocupação, pois possibilitariam desse modo a divulgação e, conseqüentemente, a comercialização dos produtos.

A indústria de laticínios é representada pelas usinas de beneficiamento do leite, disseminadas por toda a região, e sua importância econômica deve-se ao grau

QUADRO 2.14

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS QUE TRABALHARAM NO ANO DE REFERÊNCIA, POR SE SETOR DE ATIVIDADE

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1980

MICRORREGIÃO E MICRORREGIÃO	TOTAL	ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	COMÉRCIO DE MERCADORIAS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ATIVIDADES SOCIAIS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS ATIVIDADES
Cassiterita	840	499	23	118	38	11	23	48	49	31	-
Coronel Xavier Chaves	1 238	460	20	431	66	21	17	159	23	39	2
Dores de Campos	2 313	331	926	114	24	209	34	485	88	37	65
Lagoa Dourada	2 767	1 714	45	385	4	85	94	204	147	50	39
Madre de Deus de Minas	3 301	601	45	2 308	-	28	37	173	82	17	10
Nazareno	1 927	667	122	495	107	64	79	212	85	81	15
Piedade do Rio Grande	1 453	930	19	178	-	51	25	92	108	50	-
Prados	2 468	884	387	212	74	113	82	474	133	79	30
Resende Costa	3 070	1 448	140	420	99	142	65	520	168	54	14
Ritápolis	1 754	492	68	380	329	42	46	303	52	30	12
São João del-Rei	21 456	2 065	3 718	4 140	388	2 038	1 049	4 608	1 842	1 089	519
São Tiago	2 913	1 552	139	238	248	70	67	370	120	70	39
Tiradentes	2 279	272	617	422	77	115	75	445	126	91	39
MICRORREGIÃO DE S.JOÃO DEL-REI	47 779	11 915	6 269	9 841	1 454	2 989	1 693	8 093	3 023	1 718	784

Fonte: IBGE: Censo demográfico - mão-de-obra, tabela 1.27, Minas Gerais, 1980.

QUADRO 2.15

RECEITA E DESPESA A NÍVEL MUNICIPAL, ARRECADAÇÃO DO ICM POR MUNICÍPIOS

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1977-1982

(Em Cr$1 000,00 de 1982)

MUNICÍPIO	1977	1980	1982
Cassiterita	6 699	8 175	5 889
Coronel Xavier Chaves	5 033	6 346	3 887
Dores de Campos	51 576	81 626	80 001
Lagoa Dourada	8 681	8 684	7 848
Madre de Deus de Minas	18 747	42 128	36 956
Nazareno	33 864	43 896	17 010
Piedade do Rio Grande	3 525	14 718	3 220
Prados	17 186	16 609	9 737
Resende Costa	7 050	10 591	8 079
Ritápolis	3 033	3 360	3 357
São João del-Rei	709 933	895 524	808 580
São Tiago	15 889	36 011	25 307
Tiradentes	19 133	24 259	16 332
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	900 350	1 191 926	1 026 202
Minas Gerais	188 767 080	230 569 210	225 392 720

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, SEPLAN/SEI, v.4, 1982.

de complementaridade com a principal atividade econômica da microrregião, que é a pecuária leiteira.

A arrecadação do ICM demonstra a importância de São João del-Rei na microrregião, já que 78,8% do imposto arrecadado são provenientes desse município, conforme dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1982(4) (quadro 2.15).

A taxa média anual de crescimento da arrecadação do ICM no período 1977/80, na microrregião, foi de 9,8%. Considerando que a mesma taxa para o Estado foi de 6,9%, a situação da microrregião parece razoável. Entretanto, no período 1980/82, a taxa média anual de crescimento do ICM regional foi de -7,21%. No Estado, a queda foi de -1,13%.

Presume-se que a estrutura industrial da região, baseada nos ramos tradicionais, pode ter impulsionado essa queda, pela vulnerabilidade desses setores num período recessivo.

Apesar disso, a participação da microrregião na arrecadação estadual permaneceu quase inalterada - em torno de 4,7% - durante o período considerado.

2.2.1 Setor primário

A atividade agropecuária, atualmente, ainda é responsável pela absorção de grande número de pessoas na microrregião. Ocorreu, no período de 1970 a 1980, uma queda bastante acentuada no grau de ocupação desse setor. Em 1970, havia 14 716 pessoas ocupadas no setor primário, caindo para 11 915 em 1980, de acordo com os Censos Demográficos de 1970 e 1980 (IBGE). O êxodo rural decorre da falta de condições materiais e de perspectivas para uma melhoria do padrão de vida do homem do campo. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de

1980 (IBGE), dos 5 668 estabelecimentos agropecuários da microrregião, 3 911 (ou seja, 69%) têm área inferior a 50 ha[3], ocupando 69 721 ha ou 22,9% da área total dos estabelecimentos. Dos 5 668 estabelecimentos existentes, 3 722 não trabalham com pessoal contratado, contando apenas com a mão-de-obra familiar que ali trabalha praticamente sem remuneração. A categoria "responsável e membros não-remunerados da família" representa 68,6% do total da força de trabalho rural.

A maioria dos estabelecimentos agropecuários (4 926) é de propriedade do próprio produtor. Os arrendatários representam apenas 8,5% do total de produtores e a categoria "parceiros e ocupantes" não é representativa.

As propriedades de 50 a 100 ha representam 16% do total dos estabelecimentos e as de 100 até 500 ha correspondem a 14% dos estabelecimentos da microrregião. Essas propriedades ocupam 70,2% da área total, o que incentivou a manutenção do método extensivo de utilização das terras, característico da pecuária regional.

Apesar dessa concentração de terras, quase não existem propriedades muito vastas, com área superior a 500 ha, peculiares a regiões mais atrasadas, onde o domínio das elites proprietárias não permite ocupação e utilização adequadas dos recursos produtivos.

---

[3] *O tamanho mínimo da propriedade, necessário para a manutenção de uma família de cinco membros, seria de 50 ha, considerando o nível tecnológico atual, que é rudimentar, de acordo com informação extraída do documento:* FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. *Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982, v.1.*

Existe, entretanto, estreita relação entre a escassa produção de gêneros de subsistência e a estrutura fundiária da microrregião: se as maiores propriedades estão voltadas, basicamente, para a exploração pecuária, a agricultura é praticada, predominantemente, nos minifúndios. É por isso que apenas 11,6% da área total dos estabelecimentos são utilizados para lavouras. Já as pastagens ocupam 75,8% da área total.

A produção animal é responsável pela formação de 62% da renda do setor primário, sendo que a produção de leite representa 58,8% da produção animal, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 1980.

No período 1970/80 houve um aumento de 23,4% no efetivo de bovinos da microrregião, que passou de 141 484 cabeças em 1970 para 174 577 em 1980. Verifica-se que esse aumento ocorreu principalmente na pecuária de corte. Em 1970, o gado de corte representava apenas 2,6% do total de bovinos na região, passando em 1980 a constituir 18,5% do rebanho.

O rebanho leiteiro, apesar de ter sofrido uma pequena redução de 5,4%, ainda é predominante na região, representando 72,8% da população bovina. O volume da produção de leite duplicou durante o período, não só pelo aumento do número de vacas ordenhadas, que foi de 35,4%, como também aos ganhos de produtividade do setor: o litro/vaca/dia passa de 2,4 em 1970 para 3,5 em 1980.

O volume de leite produzido em 1980 foi de 57,6 milhões de litros, o que vem demonstrar a capacidade de produção do setor. Entretanto, não existem na microrregião condições para o beneficiamento e a comercialização adequados: as estradas municipais não oferecem condições para o escoamento do leite "in natura", o que favorece a proliferação de laticínios, geralmente de porte muito pequeno, que funcionam apenas com o intermediários na exportação do leite para as cidades vizinhas.

A quantidade de leite beneficiada em 1980 foi de apenas 35 milhões de litros e corresponde a 6,12% do volume total produzido na microrregião.

O principal produto derivado do leite é o queijo. Em 1980, de acordo com os dados do Censo Agropecuário, a produção de queijo foi de 453 toneladas, o que representa 5,7% do valor da produção de leite na região.

Embora não se disponha de informações estatísticas, sabe-se que é significativa a parcela do leite utilizada na fabricação de queijos nas próprias fazendas. Essa produção artesanal nem sempre é realizada em condições de higiene adequadas, o que influi na qualidade do produto. Além disso, as pequenas propriedades estão dispersas na zona rural, e o produtor, não tendo condições de comercializar seu produto, fica dependente do intermediário. Este em geral dispõe de um veículo e compra do produtor semanalmente para vender esse produto em outras localidades, talvez fora da região. Existem também alguns produtores, embora não sejam representativos, que comercializam o leite "in natura", apesar das restrições legais quanto a essa prática.

Pode-se concluir que existe um desequilíbrio entre os setores primário e secundário: a indústria de laticínios regional não tem capacidade de absorver internamente a produção de leite.

Além da pecuária leiteira, a produção de aves e pequenos animais tem-se expandido na microrregião. A participação do valor da produção desse ramo no valor da produção animal passou de 5,9% em 1970 para 8,2% em 1980. Já a produção de animais de médio porte apresentou uma queda bastante acentuada em termos de participação no valor da produção animal - de 12,5% em 1970 passou para 7,9% em 1980.

Percebe-se que a microrregião apresenta um grau de especialização muito grande na pecuária leiteira, o que coloca os demais ramos da pecuária em posição bastante marginalizada.

A agricultura é responsável pela formação de apenas 37,1% da renda do setor primário, conforme dados do Censo Agropecuário de 1980.

Os principais produtos da agricultura regional são o milho, o feijão e o arroz, que geraram 53% do valor da produção agrícola da região em 1980.

A horticultura e floricultura são economicamente insignificantes para a microrregião, representando apenas 4,2% do valor da produção agrícola.

O único produto que apresentou crescimento no período 1970/80 foi o milho. A produção aumentou 32,5% no período analisado, graças ao aumento de 26,1% da área plantada. Já no caso do feijão, embora a área plantada tenha-se expandido bastante (104,6%), o volume da produção permaneceu quase inalterado. A cultura do arroz não evoluiu durante o período considerado.

Como já foi visto, a agricultura é praticada, predominantemente, nos minifúndios, o que acarreta o baixo volume da produção. Além disso, os pequenos produtores enfrentam dificuldades de comercialização, não só pela precariedade da estrutura viária como também pela presença do intermediário.

Em São João del-Rei, ocorre uma situação bastante peculiar; o atravessador vai, geralmente, ao CEASA de Barbacena buscar os produtos para abastecer os comerciantes locais. Para aproveitar o frete, o caminhão leva a produção de vários produtores municipais e realiza uma transação muito desfavorável aos consumidores e produto

res de São João del-Rei: a produção municipal é vendida em Barbacena e o produto lá adquirido, provavelmente de qualidade inferior, é distribuído aos comerciantes locais e vendido aos consumidores a um preço mais alto devido ao custo de transporte.

Essa situação é agravada porque as exportações das indústrias locais para São Paulo ou Belo Horizonte dão margem a um frete de baixo custo no retorno, e é quando os caminhoneiros aproveitam para abastecer os comerciantes de São João del-Rei, dando-lhes não só a garantia da regularidade do abastecimento, como também a possibilidade de vender produtos que têm grande aceitação do público graças à sua origem.

Uma tentativa para a solução desses problemas foi a criação da feira do produtor em São João del-Rei. A iniciativa foi frustrada não só pela dificuldade de os produtores transportarem seus produtos, mas, principalmente, pela pressão exercida pelos intermediários. Estes, ao perceberem que poderiam ser prejudicados, pressionaram os comerciantes locais para que não adquirissem a mercadoria do produtor que participasse da feira. O produtor, por sua vez, sem ter a garantia de poder comercializar o excedente da feira, ficou sem opção.

O trabalho, a nível de pequeno produtor, só apresenta resultado quando as soluções são geradas no próprio meio. Assim, para se obter algum resultado, é necessário o desenvolvimento de um trabalho de base, isto é, inicialmente, com pequenos grupos comunitários na busca de soluções para os próprios problemas.

2.2.2 Setor secundário

2.2.2.1 Emprego

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE), o setor secundário absorve 36,8% da mão-de-obra ocupada na microrregião. A indústria da construção civil era responsável por 56,0% do emprego do setor secundário, seguida da indústria de transformação, que ocupava 35,7% da mão-de-obra setorial. Essa situação específica decorreu da construção da Ferrovia do Aço que, por algum tempo, constituiu um fator de atração de migrantes para a região.

A maior concentração de indústrias e emprego ocorre em São João del-Rei, que conta com 148 estabelecimentos industriais e absorve 65,5% do emprego industrial no setor de transformação da microrregião. Só a indústria têxtil e a metalúrgica de São João del-Rei absorvem 42,9% da população regional empregada nesse setor.[4]

Todavia, o emprego no setor têxtil de São João del-Rei apresentou uma queda, no período 1970/75, de 28,7% (de 1 674 pessoas ocupadas em 1970 cai para 1 194 em 1975), conforme dados dos Censos Industriais de 1970, 1975 e 1980 (IBGE), recuperando no período seguinte, 1975/80 (de 1 194 passa para 1 449 pessoas ocupadas), sem contudo alcançar o nível de 1970. Isso pode ser explicado pela queda da importância relativa do setor no valor da produção regional. Tal fato não ocorreu com o ramo metalúrgico, que expandiu sua capacidade de emprego em 12,28%, passando de 419 empregos em 1975 para 726 em 1980, conforme dados dos Censos Industriais de 1975 e 1980.

---

[4] *Essas proporções não correspondem exatamente aos dados reais, em razão da quantidade de informações omitidas no Censo Industrial.*

Ainda em São João del-Rei, a indústria de móveis e a de madeira absorvem, respectivamente, 5,6% e 4,0% do emprego industrial da região (quadro 2.17).

A indústria de móveis em estilo colonial é predominante em São João del-Rei, mas existem alguns empreendimentos em Tiradentes e Resende Costa. Essa indústria é composta, basicamente, por microempresas, que por sua vez podem ser subdivididas em dois grupos: existem as unidades "familiares", que trabalham com um ou dois operários (muitas vezes familiares não-remunerados), especializadas na produção de pequenos componentes para as empresas maiores, e as que produzem peças completas (móveis), trabalhando, atualmente, com uma média de cinco empregados, em conseqüência da crise que atingiu o setor. Essas firmas já funcionaram com 10 e até 15 empregados. A maioria dessas empresas é registrada, paga o salário mínimo e obrigações sociais. A produção é toda em madeira de lei maciça, o que encarece o produto. Atualmente, tais empresas trabalham quase que exclusivamente por encomenda e seu produto é comercializado no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Barbacena e mesmo em São João del-Rei.

Os demais municípios apresentam níveis bem inferiores de ocupação no setor industrial. Pode-se destacar apenas o município de Dores de Campos, responsável pela geração de 8,8% do emprego na indústria de transformação, especificamente, e nos ramos de vestuário, calçados e artefatos de tecidos bem como no de couros, peles, selaria e produtos similares (quadro 2.17).

Quanto à evolução do grau de ocupação no período 1970/80, pode-se dizer que, à exceção de São João del-Rei, os únicos municípios que obtiveram algum crescimento, apesar de bem reduzido, no nível de emprego, foram Dores de Campos e Tiradentes (quadro 2.17).

2.2.2.2 Níveis salariais

Quanto aos níveis salariais, existe uma despropor ção muito grande se se comparar as médias dos salários do pessoal ocupado nos diversos ramos industriais. Enquanto na indústria extrativa de Nazareno o salário médio atinge Cr$165 702,00 em 1980, na indústria metalúrgica o salário médio é de Cr$117 156,00. Já a indústria têxtil apresenta um nível mais reduzido - Cr$75 370,00, talvez devido à utilização da mão-de-obra feminina, cuja remuneração é sempre inferior.

A remuneração da atividade de extração de minerais é bastante diferenciada conforme o município. Se em Nazareno o nível é alto para a microrregião[5], em Ritápolis o salário médio nesse ramo é de Cr$52 226,00, o que corresponde a 31,5% do salário médio da indústria de Nazareno, o mesmo ocorrendo em Resende Costa e Prados. Esse fato é explicado pelo nível de capitalização do empreendimento de Nazareno, que é o único jazimento cuja lavra é totalmente mecanizada. Ainda nesse ramo, a indústria de Tiradentes apresenta um nível de salário elevado para a microrregião: Cr$93 040,00.

Pode-se destacar ainda a indústria de mobiliário em São João del-Rei, que apresenta um nível de salário médio comparável ao da indústria têxtil. A seguir tem-se a indústria de calçados em Dores de Campos e a de alimentos em São João del-Rei, com nível salarial em torno de Cr$60 000,00. Os demais municípios e ramos industriais apresentam níveis salariais mais reduzidos (quadro 2.16).

---

[5] *A média da microrregião é de Cr$77 412,00; o salário mínimo médio de 1980 geraria um volume de Cr$53 995,20, por pessoa:*
INDICADORES DE CONJUNTURA - MINAS GERAIS. Belo Horizonte, SEPLAN/SEI, v.6,n.2, abr.1984.

QUADRO 2.16

SALÁRIO MÉDIO DOS PRINCIPAIS RAMOS INDUSTRIAIS DA MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1980

GÊNEROS DE INDÚSTRIA E MUNICÍPIOS	TOTAL DE SALÁRIOS (A) (Em Cr$1 000,00)	MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO (B)	(A)/(B) (Em Cr$1,00)
Indústria Extrativa			
Nazareno	41 757	252	165 702
Ritápolis	5 536	106	52 226
Resende Costa	2 247	39	57 615
Prados	2 660	54	49 259
Tiradentes	6 978	75	93 040
Indústria Metalúrgica			
São João del-Rei	83 415	712	117 156
Indústria Têxtil			
São João del-Rei	104 915	1 392	75 370
Indústria de Móveis			
São João del-Rei	19 680	266	73 985
Indústria de Calçados			
Dores de Campos	16 237	281	57 783
Indústria Alimentícia			
São João del-Rei	14 810	244	60 697

Fonte: IBGE: Censo industrial, Minas Gerais, 1980.

2.2.2.3 Geração de renda

O setor industrial de São João del-Rei é responsável pela geração de 62,8% do Valor da Transformação Industrial (VTI) da microrregião. O município de Nazareno apresenta uma participação relativa de 19,5%, que é considerada representativa, sabendo-se que o VTI deste município é proveniente, exclusivamente, da extração de minerais. Os demais municípios não apresentam participação significante no valor da produção industrial da microrregião. Entretanto, a omissão de muitas informações prejudica a possibilidade de se verificar a evolução da participação dos municípios no que se refere ao VTI (quadro 2.17).

Os setores que tiveram maior participação no VTI da microrregião são o metalúrgico com 25,4%, a extração de minerais com 25,1% e o setor têxtil com 22,9% de participação (quadro 2.17).

Pode-se constatar que está ocorrendo uma inversão na participação dos setores no VTI, ao se comparar a participação de 1975 com a de 1980. Em 1975, o setor têxtil participava com 30,9%, o metalúrgico com 10,8% e a extração de minerais com 10,5%. Enquanto o ramo metalúrgico e o de extração de minerais aumentam sua participação relativa, o setor têxtil diminui, o que está indicando certa estagnação deste setor.

2.2.3 O setor informal da microrregião

O setor informal da microrregião caracteriza-se pelo predomínio de atividades tradicionais, executadas desde os tempos coloniais.

A garimpagem ainda é muito praticada na região, embora não se disponha de informações estatísticas para avaliar a importância dessa atividade para a população de baixa renda.

QUADRO 2.17

DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS,

SEGUNDO A MICRORREGIÃO, MUNICÍPIOS E GÊNERO DE INDÚSTRIA

1980

MUNICÍPIOS/ GÊNEROS DA INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1980		MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO	SALÁRIOS (Cr$ 1 000,00)		VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000,00)	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (Cr$ 1 000,00)
		Total	Ligado à Produção		Total	Pessoal Ligado à Produção		
CASSITERITA	2	x	x	x	x	x	x	x
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	1	x	x	x	x	x	x	x
- Produtos Alimentares	1	x	x	x	x	x	x	x
CORONEL XAVIER CHAVES	8	25	13	26	882	882	14 872	5 077
- Extração de Minerais	1	x	x	x	x	x	x	x
- Transf. Prod. Minerais Não-Metálicos	1	x	-	x	-	-	x	x
- Produtos Alimentares	3	9	x	9	x	x	11 987	2 701
- Bebidas	3	x	-	x	-	-	x	x
DORES DE CAMPOS	51	511	428	459	24 809	22 865	285 333	124 429
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	7	-	-	17	25	25	665	522
- Metalurgia	1	x	-	x	x	x	x	x
- Mobiliário	1	x	x	x	x	x	x	x
- Borracha	1	x	x	x	x	x	x	x
- Couro, Peles, Salaria e Prod. Similares	24	116	84	102	4 798	4 562	77 004	32 001
- Têxtil	1	x	x	x	x	x	x	x
- Vest., Calçados e Artefatos de Tecido	17	328	283	281	16 237	14 578	173 722	81 759
- Produtos Alimentares	1	x	x	x	x	x	x	x
IAÇOA DOURADA	13	25	9	28	476	476	3 874	2 734
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	7	x	3	x	135	135	x	x
- Madeira	5	14	7	13	341	341	2 090	1 532
- Mobiliário	1	x	-	x	-	-	x	x
MADRE DE DEUS DE MINAS	4	23	20	21	1 579	1 579	56 555	7 500
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	1	x	-	x	-	-	x	x
- Produtos Alimentares	3	x	20	x	1 579	1 579	x	x
MAIAREND	11	234	209	271	42 248	39 238	685 609	416 171
- Extração de Minerais	1	208	199	252	41 757	38 747	666 190	411 822
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	4	11	-	7	-	-	1 116	781
- Produtos Alimentares	4	15	10	12	491	491	18 303	3 568
PIEDADE DO RIO GRANDE	8	19	13	24	1 005	992	25 566	3 012
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	5	4	-	10	151	140	1 125	297
- Produtos Alimentares	3	15	13	14	852	852	24 441	2 715
PRADOS	28	222	160	210	8 747	8 693	87 718	46 720
- Extração de Minerais	6	57	46	54	2 660	2 660	25 979	25 042
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	2	x	-	x	x	x	x	x
- Madeira	1	x	x	x	x	x	x	x
- Couro, Pele, Salaria e Produtos Similares	9	77	59	69	2 821	2 767	20 509	6 966
- Têxtil	2	x	-	x	-	-	x	x
- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	6	66	46	65	2 495	2 495	23 887	7 853
- Produtos Alimentares	2	x	x	x	x	x	x	x
RESENDE COSTA	39	137	78	112	3 873	3 873	36 819	20 376
- Extração de Minerais	7	43	36	39	2 247	2 247	9 392	8 424
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	18	52	26	36	968	968	7 613	3 235
- Metalurgia	2	x	x	x	x	x	x	x
- Material de Transporte	2	x	x	x	x	x	x	x
- Madeira	3	7	2	7	108	108	2 921	2 187
- Mobiliário	3	7	2	6	78	78	1 151	692
- Têxtil	1	x	-	x	-	-	x	x
- Produtos Alimentares	3	9	3	8	169	169	6 852	1 835
RITÁPOLIS	18	124	111	119	5 729	5 630	29 935	22 906
- Extração de Minerais	4	110	107	106	5 536	5 437	27 389	21 852
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	4	x	4	x	193	193	x	x
- Produtos Alimentares	1	x	-	x	-	-	x	x
- Bebidas	1	x	-	x	-	-	x	x
SÃO JOÃO DEL-REI	148	3 321	2 870	3 208	269 077	238 217	2 780 707	1 338 610
- Extração de Minerais	2	x	x	x	x	x	x	x
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	18	170	134	173	9 048	9 000	50 298	35 979
- Metalurgia	23	726	581	712	83 415	63 389	1 178 234	541 823
- Mecânica	4	40	35	36	2 521	2 272	9 988	5 004
- Mat. Eletr. e de Comunicações	2	x	x	x	x	x	x	x
- Material de Transporte	2	x	x	x	x	x	x	x
- Madeira	4	204	177	187	10 813	9 865	82 690	35 457
- Mobiliário	39	284	204	266	19 680	16 287	84 456	56 583
- Borracha	1	x	x	x	x	x	x	x
- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1	x	x	x	x	x	x	x
- Perfumaria, Sabões e Velas	1	x	x	x	x	x	x	x
- Têxtil	6	1 449	1 399	1 392	104 915	100 231	959 765	488 357
- Produtos Alimentares	29	252	184	244	14 810	13 488	137 535	111 972
- Editorial e Gráfica	9	53	38	53	2 465	2 465	15 433	12 257
- Diversas	5	22	11	22	639	639	9 446	5 695
- Unidades Auxiliares de Apoio	2	x	x	x	x	x	x	x
- Unidades Auxiliares Administrativas	2	x	-	x	x	-	x	x
SÃO TIAGO	40	116	30	115	3 449	3 186	91 899	29 229
- Extração de Minerais	1	x	x	x	x	x	x	x
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	24	49	x	51	x	x	2 889	2 104
- Metalurgia	1	x	-	x	-	-	x	x
- Mobiliário	3	7	-	7	-	-	630	287
- Produtos Alimentares	10	40	13	38	1 441	1 248	72 158	11 676
- Bebidas	1	x	x	x	x	x	x	x
TIRADENTES	32	316	232	305	17 915	15 185	165 464	116 355
- Extração de Minerais	3	73	60	75	6 978	5 217	74 851	68 408
- Transf. de Prod. de Minerais Não-Metálicos	9	96	77	94	5 096	4 441	43 132	20 379
- Madeira	3	x	-	x	-	-	x	x
- Mobiliário	15	39	x	36	x	x	7 990	4 579
- Produtos Alimentares	1	x	x	x	x	x	x	x
- Bebidas	1	x	-	x	-	-	x	x
- Diversas	9	98	84	90	5 166	4 852	37 757	22 010
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI	396	5 073	4 172	4 898	379 787	340 816	4 264 351	2 133 119

Fonte: IBGE: Censo Industrial, Minas Gerais, 1980.

Obs.: As convenções usadas no quadro, de acordo com o Censo de 1980, são: - o dado de acordo com a declaração do informante, não existe; x resultado omitido a fim de evitar identificação do informante.

A produção doméstica de queijos é exercida pelos pequenos produtores da zona rural, aproveitando o excedente do leite que não tem condições de ser comercializado. Tem características tradicionais, apresenta níveis diferentes de qualidade e é comercializada através de intermediários, em grande parte pela dificuldade de transporte do produto "in natura".

O artesanato de couro e de madeira e a tecelagem são mais tradicionais na microrregião. Os núcleos populacionais que se foram formando no período colonial favoreceram o desenvolvimento dessas atividades, que a princípio eram executadas exclusivamente em nível de artesanato ou indústria caseira, determinando, posteriormente, a conformação da estrutura industrial da região.

A fiação e a tecelagem estão entre as mais tradicionais destas atividades. O Censo de 1831 indicava a existência de 200 fiandeiras e tecedeiras e 44 costureiras na atual cidade de Tiradentes, que chegou a possuir, em 1864, 70 teares com produção de 30 000 varas de panos.

Atualmente, o artesanato em lã ou algodão executado em teares antigos pode ser encontrado, principalmente, em Resende Costa, Ritápolis e Coronel Xavier Chaves. Nessas localidades existem associações de artesãs, cujo objetivo principal é a aquisição de matéria-prima, o fio de algodão, proveniente de Juiz de Fora. É importante salientar que essa é uma atividade predominantemente feminina, representando uma das poucas alternativas ocupacionais para a mulher. As colchas, tapetes e mantas produzidos são rústicos e de boa qualidade. Este artesanato existe também em Tiradentes, onde a Associação dos Artesãos locais mantém, inclusive, um curso de tecelagem.

---

[6] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op. cit. nota 3.

Já em Prados predomina a produção de tapetes de grade, tecidos também com fios de algodão. Esses tapetes apresentam padronagem simples mas são muito procurados. Os artesãos têm trabalhado quase que exclusivamente por encomenda, em razão do encarecimento da linha e das dificuldades na comercialização do produto.

Os tapetes de sisal são também produzidos por alguns artesãos em Prados e Tiradentes, mas não têm a mesma divulgação dos tapetes de algodão.

A fabricação de artigos de couro em Prados e Dores de Campos é bastante diversificada e adquiriu ao longo do tempo conotações industriais. Esses empreendimentos artesanais algumas vezes utilizam o trabalho assalariado e constituem pequenas empresas. Sua produtividade, contudo, é baixa. Observa-se, entretanto, que a manutenção dessa atividade tem-se tornado cada vez mais difícil, por causa do preço e da dificuldade de obtenção da matéria-prima, que é totalmente importada. Alguns artesãos têm procurado contornar a situação, utilizando outros tipos de material, como o "courvin" ou a borracha. Essa é, também, uma tentativa de acompanhar a moda instituída pelos grandes centros. Tudo isso tem contribuído para a descaracterização do artesanato regional.

As esculturas entalhadas na madeira são típicas da região. Em Tiradentes, Prados, São João del-Rei e Ritápolis vários artesãos trabalham exclusivamente sob encomenda, por causa do alto custo da matéria-prima.

O artesanato de prata, original de São João del-Rei, chegou a tornar-se a principal atividade econômica de Tiradentes. Durante longo tempo, esse trabalho era desenvolvido pelos próprios artesãos. No final da década de 1960, o incremento do turismo em Tiradentes possibilitou o crescimento dessa atividade, que adquiriu

características empresariais, com concentração da propriedade e modernização de alguns produtos tradicionais. Nessa época, grande parte da população da cidade produzia, sob encomenda, anéis, pulseiras e colares para os donos das lojas, que se encarregavam da aquisição da matéria-prima e sua distribuição entre os artesãos. Posteriormente, o aumento do preço da prata e a queda do movimento turístico diminuíram as chances de sobrevivência desse artesanato. As duas únicas empresas que decidiram modernizar suas estruturas produtivas e modificar sua pauta produtiva, dando maior relevância a objetos mais pesados para decoração, como bandejas, vasos, "cache-post", etc., conseguiram superar os problemas que afetaram o setor. A venda desses objetos não foi penalizada como a produção de "jóias", porque ela é realizada na base de contratos, ainda que verbais, com lojas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Quanto às "jóias", uma das estratégias seguidas para a manutenção do nível de lucro foi a substituição da prata por metais inferiores, o que, aliado à deficiência do "design", acarretou a rápida decadência do setor.

As esculturas em pedra-sabão eram produzidas na microrregião mas, atualmente, em conseqüência da dificuldade de obtenção da matéria-prima e da influência exercida pelo processo industrial, podem ser encontrados apenas pequenos objetos utilitários como cinzeiros, potes, etc., que não apresentam semelhanças com a produção original. Todavia, existem alguns artesãos em Tiradentes que fabricam relógios de sol, lavabos e outras peças decorativas em estilo colonial, somente por encomenda.

Outra atividade tradicional na microrregião é o trabalho em crochê, muito executado em Prados, Ritápolis e Lagoa Dourada. Esse artesanato é pouco valorizado na região, porque os ganhos das artesãs são muito reduzidos, pela falta de meios de comercialização do produto.

A cerâmica é também um artesanato original, embora existam muito poucos artesãos nesse ramo, quase todos sediados em Tiradentes.

Já a cestaria é um artesanato típico da zona rural, executado em vários municípios da microrregião.

Outros tipos foram-se introduzindo e se desenvolvendo na região, como, por exemplo, o artesanato em bambu, contas, palha, vidro e latão, os bordados em ponto de cruz e abrólios e as bonecas. Esse fato decorre das próprias características da população regional, que procura manter sua tradição artesanal.

Existem duas associações de artesãos na região: a de Tiradentes e a de São João del-Rei. A primeira é menos recente e, além de manter uma loja em Tiradentes, está agora montando uma oficina para formação de artesãos, com recursos da Fundação Interamericana através do Ministério do Trabalho. A corporação de São João del-Rei mantém uma loja na cidade e tem promovido alguns cursos de bordado e tecelagem, mas vem encontrando dificuldades, sobretudo com relação às encomendas, porque não possui meios de transportá-las.

O artesanato regional necessita de melhor organização da comercialização do produto, e isso só pode ser realizado através de um trabalho cooperativo. Dadas as diferentes modalidades do artesanato regional, torna-se necessária uma análise mais aprofundada sobre as possibilidades de colocação dos diversos tipos de produto no mercado.

2.3 Potencial econômico da microrregião

A posição de São João del-Rei como pólo microrregional é fortalecida pela sua condição de eixo rodoviário dos sistemas intra e inter-regional: está ligada a

todas as cidades de sua área de influência, a pólos microrregionais e regionais importantes como Barbacena, Lavras, Juiz de Fora, Varginha, e situa-se no centro das ligações entre as três maiores regiões metropolitanas do Brasil.

A localização privilegiada, aliada à existência de imenso potencial turístico, que se traduz na riqueza e abundância do patrimônio cultura e natural da microrregião, pode constituir um dos fatores de dinamização de sua economia. A atração turística desempenhada pelo conjunto arquitetônico de valor histórico e pela paisagem envolvente, conjugada à tradição artesanal da população, leva a crer que uma estratégia de desenvolvimento baseada nesses setores seria uma das prioridades regionais.

Por outro lado, a microrregião, pela sua formação geológica, é rica em minerais ferrosos e não-ferrosos, destacando-se o calcário, a columbita/tantalita, a cassiterita e a areia quartzítica. A indústria extrativa mineral ainda tem uma participação relativa reduzida no setor industrial da microrregião. A mineração pode vir a ser uma alternativa para o crescimento econômico desde que orientada de forma a se constituir numa base para a industrialização. Nesse caso, as vantagens locacionais deverão ser compatibilizadas de modo a se garantir a preservação do patrimônio histórico e natural.

A indústria de laticínios tem importância econômica para a microrregião, por seu grau de complementaridade com a principal atividade do setor primário: a pecuária leiteira. Esse ramo industrial caracteriza-se pela baixa rentabilidade e pequena absorção de mão-de-obra. Isso porque a maioria das empresas são de porte reduzido e funcionam apenas como intermediárias na exportação do excedente do leite para fora da microrregião.

Pode-se concluir que a produção desse setor deveria ser incrementada, o que vem favorecer sua capitalização.

Pelo que se pode apreender, a microrregião de São João del-Rei tem possibilidade de desenvolver uma produção bastante diversificada, o que pode ser fator determinante para uma expansão sustentada.

Há que se considerar que os recursos naturais são a base econômica para o desenvolvimento. E, sob esse aspecto, a região apresenta potencialidades nos ramos de Turismo e Mineração que serão mencionadas nas seções seguintes.

No entanto, para se identificarem as possibilidades do desenvolvimento de cada setor, é necessário proceder-se a um estudo de oportunidade econômica, ou seja, das vantagens comparativas da região para a produção nos diversos ramos industriais.

2.3.1 Turismo

Com atrativos turísticos potenciais, diversificados e adequados aos diversos mercados emissores e a seus mais variados tipos de demandas de serviços e facilidades turísticas, São João del-Rei tem todas as condições para firmar-se como pôlo de uma importante região para turismo.

Vários fatores levam a essa constatação:

- sua situação geográfica é privilegiada, em relação aos maiores mercados emissores do País (Rio, São Paulo e Belo Horizonte);

- é polo natural de uma região rica em patrimônio cultural e natural, facilmente utilizáveis e transformáveis em produtos turísticos através da sua conservação, valorização e uso rentável;

- a distância dos sítios onde estão esses recursos culturais e naturais, no entorno da cidade, é adequada para percursos de curta duração;

- essas atrações culturais e naturais, potenciais produtos turísticos, propiciarão atendimento a uma variada gama de aspirações de participação dos turistas em atividades de lazer.

Os municípios no entorno de São João del-Rei - nos quais se localiza parte substancial dos atrativos culturais e naturais mencionados, que têm condições de, se bem trabalhados, motivarem fluxos turísticos expressivos para a região, propiciando seu desenvolvimento sócio-econômico - devem ser tratados integradamente.

a) Patrimônio turístico cultural

Destacam-se aí as cidades de São João del-Rei, Tiradentes e Prados, que já foram objeto de estudo específico dentro do Projeto da Microrregião dos Campos das Vertentes (SUPAM - SEPLAN/MG), em três trabalhos elaborados pela Fundação João Pinheiro, enfocando separadamente cada uma dessas cidades (2, 9, 10).

Há, ainda, um patrimônio cultural importante nas cidades de Resende Costa, Ritápolis, Cassiterita, Carrancas, Nazareno, Lagoa Dourada, São Braś do Suaçuí, Coronel Xavier Chaves, Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande e Andrelândia, conforme se pode constatar no anexo 2 (v.3).

b) Eventos folclóricos

Ainda quanto ao Patrimônio Turístico Cultural, há na região as manifestações da cultura e tradição popular, representadas pelo artesanato e pelos eventos folclóricos, religiosos e profanos.

Os eventos que, no momento, constituem atração turística mesmo sem promoção pelos órgãos oficiais de turismo são as celebrações da Semana Santa e o Carnaval. As primeiras revestem-se de características bastante tradicionais, envolvendo procissões, vias-sacras e cerimônias religiosas que evocam passagens bíblicas. Em São João del-Rei e em Prados, essas festividades atraem um fluxo de visitantes e turistas que ocupa todos os meios de hospedagem locais (hoteleiros e extra-hoteleiros).

Em São João realiza-se ainda, às segundas, quartas e sextas-feiras da Quaresma, um ritual folclórico-religioso tradicional e peculiar - a Encomendação das Almas. Grupos de pessoas saem da Igreja Matriz às 23 h 30 m e percorrem os cemitérios do centro, às segundas-feiras, tocando música. Nos outros dois dias, visitam os cemitérios da periferia.

Em Tiradentes realiza-se em maio e junho o Jubileu da Santíssima Trindade, evento religioso que atrai muitos romeiros e visitantes, modificando toda a fisionomia da cidade.

Em julho, da cidade de Prados parte o "Passeio à Serra", evento de caráter regional e bastante peculiar e tradicional. Caminha-se ao longo da encosta da Serra de São José até a sua cumeada, passando por regatos, pequenas cascatas e tanques naturais. Segundo informações locais, a tradição iniciou-se há cem anos, quando, para comemorar um casamento entre famílias importantes da cidade, convidou-se a população para uma festa no alto da serra.

Outro evento de caráter popular, que atrai mais visitantes a São João e, em menor volume, a Tiradentes e Prados, é o Carnaval. O de São João é considerado um dos mais animados do interior de Minas. Tem repercussão nacional, atraindo visitantes de outros estados.

Prados é o maior centro de estudos da música barroca no Brasil. A orquestra centenária "Lira Ceciliana" e o Festival de Música em julho são a prova de sua tradição musical. Compõe com Tiradentes e São João o chamado Ciclo da Música Barroca, estudada e tocada no País.

Além desses, vários outros eventos desenvolvem-se ao longo dos 12 meses do ano, em todos os municípios da região polarizada por São João[7], constituindo alternativa de animação cultural nas várias cidades. Merece, por essa razão, o apoio das prefeituras e dos organismos oficiais de turismo, em atuação integrada com a iniciativa privada do setor.

c) Artesanato

O artesanato é outra manifestação da cultura popular que atrai a curiosidade do visitante e do turista na região. Como todo o artesanato de Minas, é primoroso, seja utilitário ou figurativo, trabalhado com material bastante diversificado, segundo os recursos naturais de cada local.

A população da região, procurando manter sua tradição artesanal, desenvolve na maioria das cidades, vilas e povoados, além do artesanato tradicional, trabalhos em bambu, contas, vidro e latão, bordados em ponto

---

[7] Ver:
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op. cit. nota 3.

de cruz e abrólios, bonecas de palha e outros. A cestaria é típica da zona rural. O anexo 2 (v.3) lista os principais tipos de artesanato por cidade.

d) Patrimônio turístico natural

Além de toda a sua riqueza cultural, a região possui grande diversidade e qualidade de um patrimônio natural a ser conservado e valorizado, através de seu agenciamento em conjunto, em produtos turísticos variados e destinados a diferentes aspirações de participação em atividades de lazer - desde a contemplação da paisagem até os esportes e conhecimento da vida natural (montanhismo, natação, pesca, esportes náuticos, conhecimento da flora e fauna, etc.). Nesse sentido, devem ser objeto de agenciamento conjunto pelo poder público e pela iniciativa privada do setor. Essas atrações naturais estão descritas nos anexos 1, 2 e 3 do v.3.

2.3.2 Recursos minerais[8]

"A economia regional tem na mineração uma atividade que, se de um lado não apresenta um valor maior no quadro econômico regional, de outro é uma base para a industrialização. A diversidade de minerais aí encontrados configura uma província metalogenética bastante promissora e que merece um detalhamento maior de suas potencialidades." As ocorrências minerais por município estão registradas no quadro 2.18.

Dos minerais relacionados, podem-se destacar cinco, pelo que representam para a Microrregião em termos econômicos.

---

[8] *Não foi feito levantamento específico sobre este item, motivo pelo qual transcreve-se aqui a análise elaborada no plano:*
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano. Estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento. In: . Micro-Região dos Campos das Vertentes. /Belo Horizonte, 1977/ v.1, p.81-8.

- Calcário

O calcário é encontrado na área superpondo-se a terrenos do pré-cambriano. Sua ocorrência coincide com a do Grupo São João del-Rei, que abrange os municípios de Barbacena, Barroso, São João del-Rei e Ijaci.

As reservas medidas nesses municípios em 1976, segundo o DNPM - Departamento Nacional de Pesquisas Minerais -, são da ordem de 120 milhões de toneladas. São bastante significativas e já motivaram a implantação de fábrica de cimento no município de Barroso. Considera-se que a situação do aproveitamento calcário é satisfatória.

- Columbita/Tantalita

As principais fontes dos minerais tantalíferos são as formações granito-pegmatíticas constituídas de intrusões em forma de diques que afloram à superfície após atravessar terrenos do pré-cambriano (Grupo Minas e Itacolomi).

Esses pegmatitos conservam os minerais na sua mineralização primária. Outras formas de ocorrência são os aluviões e eluviões.

A mineração se faz com o desmonte dos pegmatitos com moto - "scrapers" no Município de Nazareno. Os eluviões são desmontados com jato de água e os aluviões são tirados com caçambas de arraste, tanto em Nazareno quanto em outros municípios.

O único jazimento cuja lavra é totalmente mecanizada no Brasil é o de Volta Grande, no município de Nazareno, junto ao Rio das Mortes, sendo sua região a de maior produção. O beneficiamento do minério após a extração consiste na sua concentração, sendo totalmente exportado para os Estados Unidos, Japão e Reino Unido.

QUADRO 2.18

OCORRÊNCIA DE RECURSOS MINERAIS NA MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

MUNICÍPIO \ RECURSOS MINERAIS	MANGANÊS	FERRO	OURO	PRATA	DIAMANTE	CALCÁRIO	CASSITERITA	TANTALITA	COLOMBITA	DJALMAÍTA	AREIA	QUARTZITO	ARGILA	DOLOMITA	GNAISSE	ÁGUA MINERAL	MICA	TERRAS CLARAS	MOLIBIDÊNIO	QUARTZO	ANDALUZITA	GRANADA	RUTILO	SILIMONITA
Andrelândia																					X	X	X	X
Barroso						X						X												
Carrancas						X																		
Cassiterita	X						X	X	X		X		X											
Coronel Xavier Chaves					X		X																	
Dores de Campos																								
Itutinga	X								X		X	X	X	X										
Lagoa Dourada																								
Madre de Deus de Minas																								
Nazareno	X		X				X	X	X	X	X		X											
Piedade do Rio Grande																								
Prados			X	X		X	X				X	X			X									
Resende Costa		X																						
Ritápolis	X	X	X				X				X													
São João del-Rei	X		X	X		X	X	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X				
São Tiago	X	X	X				X	X	X	X														
São Vicente de Minas																								
Tiradentes			X	X		X	X					X	X		X	X								

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano. Estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento. In:___. Micro-Região dos Campos das Vertentes /Belo Horizonte, 1977/ v.1,p.83.

A região tem as maiores reservas mundiais de tantalita magnética-djalmaíta, contendo de 60 a 75% de Ta_2O_5 e de 2% a 5% de Nb_2O_5.

- Cassiterita

Em relação à produção de cassiterita, a participação da microrregião na produção nacional é pequena, porém o seu jazimento simultâneo com os minerais tantalíferos possibilita um barateamento na extração de ambos. O seu jazimento também se dá em filões pegmatíticos, eluviões e aluviões. Sua metalurgia é simples e o seu sucesso depende mais do tratamento do minério do que de sua fundição. Ela é feita na região pela Companhia Industrial Fluminense e pela Companhia de Estanho de São João del-Rei.

- Areia quartzítica

As grandes ocorrências de quartzito na região propiciaram uma exploração que tende a se tornar expressiva na economia regional, aproveitando o grande número de aplicações da areia.

Outras minerações que se desenvolvem na região não possuem um caráter regional, ou ainda não representam atividades de porte maior, porém, desde algum tempo, vêm-se destacando, crescentemente, a exploração e a comercialização de alguns minerais, como o manganês e o tântalo.

O valor da produção do manganês na microrregião, em 1981, correspondeu a 21,9% do valor da produção total do Estado. No caso do tântalo, apenas em Nazareno o valor da produção, em 1981, correspondeu a 82% do valor da produção do Estado.[9]

---

[9] *ANUÁRIO MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, IGA, v.2, 1982. Informação: p.24,26.*

A região polarizada por São João del-Rei, excluindo a produção do minério de ferro, figura entre as principais de Minas quanto à produção de bens minerais e por isso merece do Estado uma ação integrada no setor mineral, através do órgão estadual fomentador da indústria nesse setor, a METAMIG.

Além disso, para se ter um maior conhecimento da potencialidade mineral da região, torna-se necessário dotar o Instituto de Geo-Ciências Aplicadas (IGA)/SECT de recursos técnicos e financeiros que o capacitem para tal.

2.4 Oferta de serviços de saúde e educação

Na microrregião, o serviço estadual de atendimento à saúde encontra-se subordinado, a partir de 1984, ao Centro Regional sediado em São João del-Rei.

Todas as cidades dessa microrregião dispõem de centros de saúde - e, em algumas, há também postos de saúde - que prestam assistência em clínica médica, pneumologia, imunizações e pré-natal, predominantemente. Embora a pneumologia conste como área de atendimento em quase todos os centros, apenas um deles possui equipamento para abreugrafias e outro, aparelho de Raios X (quadros 2.19 e 2.20). Quanto aos recursos humanos, os centros contam apenas com médico e auxiliar de saúde.

A assistência dentária é prestada através de consultórios que não contam com dentista.

A microrregião é desprovida de hospitais públicos (há apenas um, em Madre de Deus de Minas), sendo todos os demais da rede privada. Alguns destes, no entanto, mantêm convênio com INAMPS e o FUNRURAL, como é o caso dos dois hospitais sediados em São João del-Rei.

QUADRO 2.19

RECURSOS DE SAÚDE: NÍVEL DOS SERVIÇOS EXISTENTES

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1984

CIDADE	UNIDADE DE SAÚDE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE	POSTO DE ATENDIMENTO INAMPS	HOSPITAL		NÚMERO DE LEITOS
					Público	Privado	
Cassiterita	-	-	1	-	-	-	-
Coronel Xavier Chaves	-	-	1	-	-	-	-
Dores do Campo	-	-	1	-	-	-	-
Lagoa Dourada	-	-	1	-	-	-	-
Madre de Deus de Minas	-	1	1	-	1	1	13
Nazareno	-	-	1	-	-	1	9
Piedade do Rio Grande	-	1	1	-	-	1	14
Prados	-	-	1	-	-	1	40
Rezende Costa	-	-	1	-	-	1	(1) -
Ritápolis	-	-	1	-	-	1	(1) -
São Tiago	-	1	1	-	-	1	32
Tiradentes	-	1	1	-	-	-	-
São João del-Rei	1	-	1	1	-	2	-
MICRORREGIÃO DE S.JOÃO DEL-REI	1	4	13	1	1	9	-

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

(1) O dado não está disponível.

QUADRO 2.20

RECURSOS DE SAÚDE: CORPO CLÍNICO E SERVIÇOS EXISTENTES

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1984

CIDADE	CORPO CLÍNICO E PESQUISA AUXILIAR						SERVIÇOS EXISTENTES										
	Médico	Dentista	Farmacêutico	Aux. de Enfermagem	Aux. de Saúde	Outros	Clínica Médica	Pediatria	Ginecologia	Pneumologia	Contr. Doenças Infecto Contagiosa	Imunização	Peq. Cirurgias Curativo	Pré Natal	Abreugrafia	Dentário	Saúde Mental
Cassiterita	x	-	-	x	x	-	x	-	-	x	-	x	-	-	x	Laboratório	-
Coronel Xavier Chaves	x	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-	Raio X	Laboratório	-
Dores do Campo	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Lagoa Dourada	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Madre de Deus de Minas	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Nazareno	x	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Piedade do Rio Grande	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Prados	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	-	-	x	-	Laboratório	-
Resende Costa	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Ritapólis	x	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	x	-	x	-	Laboratório	-
São Tiago	x	-	-	-	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	Laboratório	-
Tiradentes	x	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-
São João del-Rei	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	x	x	-	x	x	x	-

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

Como se observa, os recursos de saúde são precários nessas cidades, e capazes apenas de oferecer cuidados primários.

O ensino pré-primário só é oferecido nesses municípios pela rede estadual e na zona urbana, e com número de vagas limitado como mostra o quadro 2.22.

No que se refere ao 1º grau, em oito dos municípios pertencentes à microrregião de São João del-Rei, o número de alunos nele matriculados na rede pública de ensino, era, em 1980, inferior à população escolarizável de 7 a 14 anos. Deve-se ressaltar que, dessas cidades, apenas Dores de Campo possui escola de 1º grau particular, com 238 alunos matriculados. Pode-se constatar, também, uma expressiva distorção idade-série em alguns municípios, tais como Cassiterita, Coronel Xavier Chaves, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, São Tiago e Tiradentes. Destes casos, o mais significativo é o de Tiradentes, que, além do mais, deve estar recebendo, no 1º grau, alunos de outros municípios, já que uma área deste município é conurbada com São João del-Rei. Nestes municípios, observa-se, ainda, que o contingente de população de 7 a 14 anos fora da escola é maior na zona rural (quadro 2.21).

Em resumo, o que os dados mostram é que o ensino de 1º grau carece de oferta em alguns municípios e que, mesmo naqueles onde se observa maior equilíbrio entre oferta e demanda de vagas, pode estar havendo demanda reprimida, visto que são expressivos os índices de distorção idade/série. Neste caso, alunos com idade superior à esperada para cada série estariam ocupando o lugar daqueles na idade certa, podendo ser ainda mais elevado o quantitativo de excluídos da escola. Outro problema observado é que a oferta da rede pública é insuficiente, prejudicando a escolarização de alunos de renda mais baixa.

O 2º grau só é oferecido em Dores de Campos, Rezende Costa, São Tiago e Madre de Deus de Minas. Com exceção deste último, que é municipal, os outros cursos são particulares,dependendo de que os alunos possam pagar as mensalidades. As habilitações oferecidas nestas cidades são: técnico de contabilidade, magistério de 1º grau e auxiliar de adubação.

Segundo informações da 21ª Delegacia Regional de Ensino, as famílias que têm melhores condições financeiras enviam seus filhos para cursarem o 2º grau em São João del-Rei, onde se supõe que o ensino seja de melhor qualidade.

QUADRO 2.21

NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS MATRICULADOS NO 1º GRAU, POR LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI
1980

MUNICÍPIO E LOCALIZAÇÃO	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS
	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados		
Cassiterita						
Urbana	2	390			390	409
Rural			8	143	143	316
Total	2	390	8	143	533	725
Coronel Xavier Chaves						
Urbana	2	407	0	0	407	266
Rural	1	51	3	96	147	382
Total	3	458	3	96	554	648
Dores de Campo						
Urbana	1	882	0		882	947
Rural	1	21	6	120	141	202
Total	2	903	6	120	1 023	1 149
Lagoa Dourada						
Urbana	2	785	0	0	785	683
Rural	6	330	14	271	601	971
Total	8	1 115	14	271	1 386	1 654
Madre de Deus de Minas						
Urbana	2	803	0	0	803	441
Rural	3	152	4	104	256	452
Total	5	955	4	104	1 059	893
Nazareno						
Urbana	1	889	0	0	889	875
Rural	3	79	8	255	334	404
Total	4	968	8	255	1 223	1 279
Piedade do Rio Grande						
Urbana	1	665	0	0	665	413
Rural	3	314	7	140	454	421
Total	4	979	7	140	1 219	834
Prados						
Urbana	2	860	0	0	860	673
Rural	1	35	10	311	344	724
Total	3	895	10	311	1 206	1 397
Resende Costa						
Urbana	3	1 014	0	0	1 014	743
Rural	1	50	12	350	400	712
Total	4	1 064	12	350	1 414	1 455
Ritápolis						
Urbana	1	654	0	0	654	641
Rural	0	0	7	316	316	579
Total	1	654	7	316	970	1 220
São Tiago						
Urbana	2	1 279	0	0	1 279	807
Rural	3	67	17	399	466	452
Total	5	1 346	17	399	1 745	1 259
Tiradentes						
Urbana	2	1 319	0	0	1 319	481
Rural	1	59	3	121	180	168
Total	3	1 378	3	121	1 499	649

Fontes: Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), Centro de Documentação e Informações Educacionais (CEDINE).
IBGE: Censo demográfico - dados distritais, Minas Gerais, 1980.

QUADRO 2.22

NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-PRIMÁRIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA ZONA URBANA

MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI
1980

MUNICÍPIO	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
Cassiterita	1	30
Coronel Xavier Chaves	1	28
Dores de Campo	2	66
Lagoa Dourada	2	61
Madre de Deus de Minas	1	34
Nazareno	1	38
Piedade do Rio Grande	1	32
Prados	2	76
Resende Costa	2	72
Ritápolis	1	30
São Tiago	2	87
Tiradentes	2	127
MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI		681

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), Centro de Documentação e Informações Educacionais (CEDINE).

3 A CIDADE SÃO JOÃO DEL-REI

3.1 Evolução econômica e urbana

A cidade de são João del-Rei situa-se na região dos Campos das Vertentes, em posição de equidistância aproximada entre as três maiores áreas metropolitanas do País: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa posição estratégica explica parte substantiva do processo histórico de consolidação de São João del-Rei como centro urbano de importância regional e, recentemente, constitui "barreira ao progresso, pois torna imperativos custos de transportes significativos, além de facilitar a evasão de mão-de-obra melhor qualificada".[1]

A procura do ouro constituiu a motivação original para o povoamento da região onde hoje se localiza a cidade. O Rio das Mortes era o caminho utilizado por aqueles que, vindos de São Paulo ou da costa fluminense, se dirigiam às lavras de Ouro Preto ou do Rio das Velhas.

A consolidação da ocupação só se deu, no entanto, com a descoberta de veios de ouro na região, fato esse que contribuiu para a atração e fixação de mineradores no local denominado de Porto Real - ponto de transposição do rio das Mortes, situado entre São João e a cidade de Tiradentes.

---

[1] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982. v.2, p.9.*

Pequenos núcleos dispersos em torno dos locais de mineração foram aos poucos sendo aglutinados em dois conjuntos principais e divididos entre si pelo Córrego do Lenheiro. O arraial manteve essa configuração até que, no início do século XVIII, foi elevado à categoria de sede da Comarca do Rio das Mortes. É esse fato histórico que vai explicar a extensão da influência são-joanense por uma vasta região, já que ela era uma das três únicas comarcas até então existentes entre as que deram origem ao Estado de Minas Gerais. Nela funcionavam a Intendência e a Casa de Fundição do Ouro e centralizava ainda os principais atos e decisões político-administrativas e fiscais da província. Essa condição favoreceu sua afirmação como centro econômico e administrativo regional e lhe dava uma configuração urbano-espacial diferenciada daquela apresentada pelos arraiais e vilas de então. Ruas largas e calçadas, casario imponente e comércio movimentado, tudo isso eram indicadores de um período de prosperidade que se abria para São João del-Rei.

A decadência da mineração favoreceu o desenvolvimento das atividades agropecuárias e da indústria manufatureira urbana, simultaneamente ao desenvolvimento do comércio, agora vinculado, principalmente, ao Rio de Janeiro.

No final, ainda, do século XVIII, a economia urbana já era diversificada o suficiente para não se deixar abater pela decadência do ciclo do ouro. No princípio do século XIX, o papel polarizador da cidade adquiriu nova consistência, com dotação de equipamentos urbanos diversificados, consolidando-se, ainda, como centro produtor de manufaturas e pólo comercial. Data dessa época a instalação das primeiras indústrias de beneficiamento de produtos agropecuários; mais tarde veio a indústria têxtil e de artefatos de couro. Ainda nesse século, as referências ao comércio da região indicam que os principais produtos de exportação eram os de origem

animal: carne, toucinho, couros e laticínios, principalmente o queijo. Foram expressivas a produção e exportação de panos riscados, de tecidos de algodão e de lã, de artefatos de couro (arreios), o ouro e a prata.

No fim do século XIX, chega à cidade a primeira seção da Estrada de Ferro do Oeste de Minas, interligada à Estrada de Ferro Dom Pedro II, que articulava Minas ao Rio de Janeiro, o que possibilitou, ainda, a comunicação mais fácil do Vale do Rio das Mortes com as zonas cafeeiras e com o próprio Rio de Janeiro.

Mas o desenvolvimento das zonas cafeeiras ao sul e a oeste do Estado e o surgimento de novos centros urbanos - principalmente no Triângulo e no Sul de Minas - vão desestabilizar a posição até então desfrutada por São João. A economia estadual passa por um momento de descentralização espacial e São João perde hegemonia, entrando sua economia em decadência. Os sintomas mais evidentes desse processo aparecem com o desmembramento de seu território e a conseqüente redução de sua área de jurisdição - ainda no século XIX - e, já no século seguinte, com a perda de importantes oportunidades de investimentos, como a implantação de indústrias para o aproveitamento do calcário e de outros minerais da região.

A economia local passa, gradativamente, a assumir papéis secundários, perdendo a posição estratégica ao longo dos fluxos de comércio. A base de acumulação dos capitais locais vai-se restringindo com a paulatina reclusão de sua área de influência.

Desse modo, São João del-Rei não participou do processo de expansão da atividade industrial que viria a ocorrer no Estado a partir da década de 50. Atualmente, apesar de apresentar alguns empreendimentos no setor dinâmico, sua atividade industrial encontra-se ba

seada, fundamentalmente, nos chamados ramos tradicionais.

Os investimentos na metalurgia de estanho e na siderurgia, os únicos setores que apresentam tecnologia mais avançada, provêm de capitais externos. Mesmo assim, a participação relativa desses investimentos no setor secundário da economia municipal é pouco representativa.

A implantação de indústrias de pequeno porte em vários municípios da microrregião entre 1959 e 1970 contribuiu para a diminuição da importância de São João del-Rei na microrregião. Assim sendo, atualmente as maiores indústrias locais são dos ramos têxtil e metalúrgico.

Antes mesmo de iniciar-se o processo de decadência econômica, o núcleo urbano de São João já contava com traçado e equipamentos que lhe conferiam distinção em relação a outras cidades. Anterior à sua elevação à categoria de cidade - em 1838 -, São João já possuía uma população de 5 mil habitantes, abrigados em, aproximadamente, mil edificações. Ao progresso econômico então presenciado correspondiam novas obras públicas, melhoramentos nos serviços e valorização do espaço urbano central. Na segunda metade do século XIX a cidade contava com 24 ruas, dez praças públicas, cemitério público fora do centro urbano, hospital da Santa Casa, banco (Almeida Magalhães S.A.), biblioteca pública, teatro, escolas, jornais, telégrafo, comando superior da Guarda Nacional, iluminação a querosene e três chafarizes públicos. No final do século é implantada a rede de água encanada. O emtorno da cidade era ocupado por chácaras e pequenas fazendas, na região da Várzea do Marçal e no arraial de Matozinhos, hoje bairros da cidade.

O princípio do século XX é marcado por novos melhoramentos: em 1900, é instalada a rede elétrica; em

1913, intercomunica-se a cidade com outras, por via telefônica; e, em 1916, é inaugurado o sistema de esgotos sanitários, com lançamento no Rio das Mortes. Por essa época, São João del-Rei já contava com 26 130 habitantes, sendo 10 320 na área urbana e 15 810 na rural. Nesse período, São João cresceu em direção à linha férrea, principalmente para o arraial de Matozinhos, já em 1908 ligado diariamente a São João por cinco trens. A Várzea do Marçal continuava escassamente povoada, abrigando sítios e colônias agrícolas. A oeste, os limites da cidade chegavam ao córrego Gameleira, na região do atual bairro do Tejuco, já articulada ao centro através da Rua São José. Na direção leste, a ocupação avançava até o córrego Rio Acima, sempre na margem esquerda do Córrego do Lenheiro. A partir desse ponto, ambas as margens eram ocupadas e abrigavam as principais áreas comerciais e residenciais.

Após os anos 30, com as alterações que já se vinham processando na realidade econômica do Estado, a importância de São João como centro polarizador foi sendo cada vez mais restringida. A concorrência da produção manufatureira do Rio e São Paulo e do novo pólo econômico em ascensão - a nova capital, Belo Horizonte - aliada ao despreparo dos setores secundário e primário locais, contribuiu para esse fato. O resultado, com relação à evolução e expansão urbanas, foi a ocorrência de um grande excedente populacional, que se dirigiu para a sede do município, pressionando-a além de sua capacidade de recepção.

Nos anos 40, o perímetro urbano era composto pelo Centro Histórico e bairros Segredo e das Fábricas, vilas Frei Cândido e Dom Helvécio, contando com seis avenidas, 70 ruas, 18 praças, dois largos, 25 travessas e três becos. A zona suburbana compreendia o Bonfim, Vila São Bento, Águas Gerais, Senhor dos Montes, São Geraldo, Matozinhos e vilas Bela Vista, Santa Tere

zinha e Alberto Magalhães.

Na década de 50 ocorreu ainda maior expansão na malha urbana. Em 1957 somavam-se aos anteriores e ao Centro Histórico os bairros de Nossa Senhora de Fátima, Jardim América, Tejuco, a vila Santo Antônio e a vila Militar dos Sargentos. Na periferia, surgiram São José, Gameleiras, Buracão, Lava-Pés, Alto do Bonfim, Vila Maria e São Caetano.

A partir da década de 60 houve diversificação da base industrial de São João, apoiada basicamente na indústria têxtil, mineração, siderurgia, de móveis e objetos de estanho e prata. A têxtil, de caráter pioneiro e tradicional em São João, exercia papel importante no nível econômico (volume de capital e mão-de-obra empregada) e, assim, maiores efeitos sobre o núcleo urbano. Entre eles, cita-se a melhoria dos acessos para atender ao aumento dos fluxos intermunicipais e interestaduais, com asfaltamento do trecho da BR-265 entre São João del Rei e Lavras e dos acessos dessa rodovia à área de cidade, pelas avenidas Oito de Dezembro, Josué de Queiroz e Avenida I. O crescimento urbano efetuou-se principalmente pelo parcelamento de novas áreas, sendo grande o número de loteamentos aprovados desde 1960. O bairro Santa Cruz de Minas é um exemplo, pois extrapolou o município de São João, entrando no de Tiradentes.

As duas tendências de crescimento mais significativas na estrutura física da cidade após 1977 foram constatadas, nos bairros de Matozinhos e Santa Cruz de Minas, ambos com altos índices de adensamento. Outras tendências, se bem que não tão fortes quanto as citadas, são encontradas no entorno dos bairros do Tejuco, Senhor dos Montes e Colônia do Marçal.

Esse crescimento e ocupação desordenados exigem criação de legislação urbanística adequada, princi

palmente no sentido de não se deixar perder a grande riqueza atual de São João del-Rei, seu acervo arquitetônico, dos séculos XVIII e XIX, tombado em 1983 pelo então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje SPHAN. Esse conjunto arquitetônico representa, hoje, fonte substancial do patrimônio histórico e do patrimônio turístico nacionais.

3.1.1 O sítio urbano natural

O sítio natural da cidade caracteriza-se pela intensa movimentação, cujos elementos referenciais mais importantes são:

- a oeste, a Serra do Lenheiro, onde nasce o córrego de mesmo nome;
- a nordeste e leste, a Serra de São José;
- os vales do Rio das Mortes, do Córrego do Lenheiro, do Ribeirão da Água Limpa e do Rio Acima.

O Rio das Mortes constitui o grande divisor natural desse sítio. As características das áreas que se estendem em cada uma de suas margens são substantivamente distintas entre si: " (...) no entorno da área ocupada à margem esquerda do Rio das Mortes há constante ocorrência de erosões e afloramentos (de pedras) esparsos, declividades acentuadas (em geral, acima de 20%), encontrando-se também áreas inundáveis nas confluências do Córrego do Lenheiro com o Ribeirão da Água Limpa e deste com o Rio das Mortes; ao contrário, à margem direita, praticamente inexistem erosões e afloramentos, as declividades, em geral, são inferiores a 20% e não há ocorrência significativa de áreas inundáveis".[2]

[2] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op. cit. nota 1, v.2, p. 102-3.

Em síntese, esse rio é que separa a área ocupada da Várzea do Marçal, caracterizada como área potencial para a expansão urbana, dadas suas excepcionais qualidades.[3]

O Córrego do Lenheiro adquire importância especial no contexto urbano, pois, além de definir a configuração linear da cidade, dividindo-a simetricamente em dois segmentos, integra-se à paisagem do centro histórico (e a compõe). Em realidade, sob o ponto de vista da composição paisagística dessa área, esse curso d'água é parte indissociável. Mas, além do aspecto histórico-paisagístico, o Córrego do Lenheiro assume função estrutural na configuração urbana. Em sua margem esquerda elevam-se as encostas formadoras da Serra do Lenheiro, nas quais estão presentes as características topográficas dominantes da margem esquerda do Rio das Mortes, ou seja, declividades acentuadas, erosões e afloramentos de pedra. Nessa área é comum a presença de "betas", antigas escavações realizadas para a cata do ouro. Além de obstáculos naturais à continuidade do assentamento, as "betas" são utilizadas como depósitos de dejetos líquidos e sólidos, constituindo focos permanentes de poluição. À margem direita do Lenheiro, a ocorrência dessas características é menos freqüente.

Outro aspecto de destaque para a análise da configuração urbana refere-se à amplitude do Lenheiro, bastante variável. Ora muito estreito, ora mais amplo, em uma ou outra margem, predomina, no entanto, o estreitamento em sua margem esquerda.

Além dos dois cursos d'água descritos, outros de menor porte cruzam bairros ou parte de bairros. Do ponto de vista estrutural, são menos condicionantes que

---

[3] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op. cit. nota 1, v.2, p. 220-34.*

os anteriores. No entanto, sob a ótica de saneamento e drenagem, constituem focos de poluição e desconforto ambiental que merecem tratamento específico.

3.2 A economia urbana

3.2.1 O setor secundário

Com o surgimento da indústria têxtil, ainda no final do Século XIX, e a diversificação da produção industrial ocorrida no início deste século, o atual quadro industrial da região ficou definido. A indústria têxtil ainda é uma das maiores fontes de geração de renda (36,4% do VTI) e emprego (43,6% da mão-de-obra ocupada) na economia municipal.

São João del-Rei não participou do processo de expansão industrial que ocorreu no Estado a partir da segunda metade da década de 50. Assim, atualmente, as maiores indústrias são as do ramo têxtil e metalúrgico.

A indústria metalúrgica de São João del-Rei é composta por 23 empresas e é responsável pela geração de 40,5% do VTI municipal e pela absorção de 21,9% do emprego na indústria de transformação. Esses dados não permitem a demarcação de uma característica de modernização para a indústria municipal como um todo.

Quanto à criação de oportunidades de emprego, a indústria, apesar de apresentar algum crescimento - aumentou em 42,2% o número de empregados no período 75/80, de acordo com os dados censitários -, não possui um índice de ocupação suficiente para atender às necessidades de emprego da população marginalizada em São João del-Rei.

Entre as indústrias dos chamados ramos tradicionais podem-se destacar as de madeira e mobiliário, responsáveis por 14,7% do emprego industrial de São João del-Rei. A indústria de madeira é composta por quatro empresas, que abastecem as fábricas de móveis locais. O número de estabelecimentos no ramo de móveis também é reduzido: apenas 39. Apesar de os dados censitários registrarem expressivo aumento do número de empregados na produção de móveis - de 75 em 1970 passou para 285 em 1980 -, as informações obtidas através de pesquisa local levam a crer que o setor encontra-se em crise.

Três problemas básicos afetam o setor: o alto custo da madeira, a falta de capital de giro e o desconhecimento da demanda potencial. Atualmente trabalha-se praticamente sob encomenda, com um mínimo de empregados fixos. A compra de insumos se faz pontualmente, em função do volume das encomendas. A obtenção de crédito para compra de insumos em maior escala e para expansão do setor é vista com receio pela incerteza das possibilidades de colocação do produto no mercado e pelas próprias condições adversas de crédito.

A indústria de produtos alimentares apresenta importância local relativa, em razão do seu grau de ocupação de mão-de-obra - 252 empregados - que, se comparado ao total de empregos do setor industrial do município, é representativo, pois corresponde a 7,6% (quadro 3.1).

Pelo que foi visto, a demanda de mão-de-obra criada pela indústria local é muito limitada e a formação de renda é insuficiente para induzir maior dinamismo às atividades terciárias.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 3.1

DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE SÃO JOÃO DEL-REI, SEGUNDO GÊNERO DE INDÚSTRIA

1980

GÊNERO DA INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO EM 31.12.1980		MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO	SALÁRIOS (Cr$ 1.000)		VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$1.000)	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (Cr$ 1.000,00)
		Total	Ligado à Produção		Total	Pessoal Ligado à Produção		
- Extração de Minerais	2	x	x	x	x	x	x	x
- Transformações de Produção de Minerais Não-Metálicos	18	1170	134	173	9.048	9 000	50.248	35 979
- Metalurgia	23	726	581	712	83 415	63 389	1 178 234	541 823
- Mecânica	4	40	35	36	2 521	2 272	9 988	5 004
- Material Elétrico e de Comunicações	2	x	x	x	x	x	x	x
- Material de Transporte	2	x	x	x	x	x	x	x
- Madeira	4	204	177	187	10 813	9 865	82 690	35 457
- Mobiliário	39	284	204	266	19 680	16 287	84 456	56 583
- Borracha	1	x	x	x	x	x	x	x
- Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1	x	x	x	x	x	x	x
- Perfumaria, Sabões e Velas	1	x	x	x	x	x	x	x
- Têxtil	6	1 449	1 399	1 392	104 915	100 231	959 765	488 357
- Produtos Alimentares	29	252	184	244	14 810	13 488	337 535	111 972
- Editorial e Gráfica	9	53	38	53	2 465	2 465	15 433	12 257
- Diversas	5	22	11	22	639	639	9 446	5 695
- Unidades Auxiliares de Apoio	2	x	x	x	x	x	x	x
- Unidades Auxiliares Administrativas	2	x	-	x	x	-	-	-
TOTAL	148	3 321	2 870	3 208	269 077	238 217	2 780 707	1 338 610

Fonte: IBGE: Censo industrial, Minas Gerais, 1980.

O desenvolvimento do setor industrial de Barroso e a concorrência de centros mais bem equipados como Barbacena e Lavras, embora indiquem limitações quanto à possibilidade de expansão das funções urbanas de São João del-Rei, não têm acarretado a redução da posição da cidade, pois o desenvolvimento industrial não é o único fator propulsor do setor terciário nesse município. Há que se considerar a crescente participação de alguns municípios na formação da renda regional, como Nazareno, Dores de Campos, Tiradentes, e também o turismo, que nesta última década recebeu notável incremento, de modo especial em São João del-Rei e Tiradentes.

3.2.2 O setor terciário

São João del-Rei possui 1 008 estabelecimentos no setor terciário, de acordo com os dados dos censos Comercial e de Serviços de 1980 (IBGE). Desses estabelecimentos, 483 são comerciais e 525 estão no setor de prestação de serviços.

As atividades de prestação de serviços ampliaram, no período 1970/80, o número de estabelecimentos numa proporção bastante superior à daquelas voltadas para o comércio. Enquanto as primeiras tiveram um aumento de 170 estabelecimentos (passando de 355 para 525), as últimas tiveram um incremento de 91 estabelecimentos, passando de 392 para 482. O crescimento de ambas indica a consolidação de São João del-Rei como um pólo comercial e de serviços de âmbito microrregional.

O número de estabelecimentos comerciais no ramo de produtos alimentares e bebidas é superior ao dos outros gêneros de comércio. O mesmo ocorre com os serviços de alojamento e alimentação em relação às outras categorias do setor de serviços. De acordo com as informações dos censos Comercial e de Serviços de 1975, pode-se verificar que o número de estabelecimentos no

QUADRO 3.2

TOTAL DA RECEITA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS E TAXA DE CRESCIMENTO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1970-1980

(a preços constantes de 1980)

RECEITA (Em Cr$ 1.000,00)	1970	1975	CRESCIMENTO 1970/75 (%)	1975	1980	CRESCIMENTO 1975/80 (%)
Total da Receita das Atividades Comerciais	1 014 888	2 003 220	49,3	2 003 220	2 937 128	31,8
Total da Receita das Atividades dos Serviços	160 215	318 916	49,8	318 916	629 826	49,4

Fontes: IBGE: Censo comercial, Minas Gerais, 1970, 1975, 1980; Censo dos serviços, Minas Gerais. 1970, 1975, 1980.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v. 33, n. 11, nov. 1979.

ramo de produtos alimentícios corresponde a 51,1% do comércio varejista. O número de estabelecimentos na categoria de serviços de alojamento e alimentação corresponde a 48,3% do de serviços. Essa característica do terciário pode ser atribuída não só a função de São João del-Rei como pólo comercial, mas também ao fluxo de pessoas gerado pela atividade turística.

3.2.2.1 Geração de renda

A receita das atividades terciárias de São João del-Rei é 12,6% superior ao valor da produção do setor produtivo municipal e corresponde a 65,2% do valor da produção industrial da região.

A maior parte da renda do setor terciário é proveniente do comércio - 82,6%, conforme dados do censo Comercial de 1980; apenas 17,4% correspondem a prestação de serviços.

A receita das atividades comerciais apresentou um crescimento de 49,3% no período 1970/75, caindo um pouco no período seguinte, 1975/80, para 31,8%. Já a receita dos serviços apresentou um crescimento relativo de 49% nos dois períodos. Pode-se concluir que, apesar de o aumento relativo da receita dos serviços ser superior à receita do comércio, este último continua mantendo sua posição preponderante quanto à geração da receita (quadro 3.2).

3.2.2.2 Emprego

O setor terciário de São João del-Rei gera 3.151 empregos, de acordo com os censos Comercial e de Serviços (quadro 3.3) de 1980, o que corresponde a 94,3% do emprego na indústria de transformação de São João del-Rei.

QUADRO 3.3
EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR TERCIÁRIO DE

1970-1980

SETOR TERCIÁRIO	1970	1980	1970/80 (%)
Atividades Comerciais	877	1 756	50,1
Atividades dos Serviços	590	1 395	57,7
TOTAL	1 467	3 151	-

Fontes: IBGE: Censo comercial, Minas Gerais, 1970, 1980; Censo dos serviços, Minas Gerais, 1970, 1980.

O incremento de emprego nas atividades de serviços foi de 57,7%; maior, portanto, que o do setor comercial, que foi de 50,1% (quadro 3.3).

Ao se analisarem os níveis salariais existentes no setor, pela relação total de salários/média mensal do pessoal ocupado, verifica-se que o nível salarial do setor comercial (Cr$44 880,00) é bastante baixo se comparado com o dos ramos industriais mais importantes na região. Entretanto, tal não ocorre com as atividades dos serviços, que apresentam um nível salarial de Cr$ 79 218,00, comparável ao da indústria têxtil (quadro 3.4).

Evidentemente, esse salário do setor de serviços refere-se àquele pago nas atividades formais. Ao lado delas, encontra-se em São João del-Rei um número expressivo de pessoas trabalhando no que se convencionou chamar de "setor informal da economia", que inclui os biscateiros e todas aquelas pessoas subempregadas em atividades com baixa remuneração (ver seção 4.2).

3.3 Níveis de distribuição dos serviços básicos

3.3.1 Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água da cidade de São João del-Rei é administrado pelo Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgotos (DAMAE).

O suprimento de água é feito a partir de diversos mananciais, alguns superficiais e outros profundos.

Existem captações principais nos córregos Rio Acima e Água Limpa/Laranjeiras. A captação Água Limpa/Laranjeiras fornece 71 l/s, sendo a água considerada não-potável "in-natura", e alimenta, com utilização

QUADRO 3.4
SALÁRIO MÉDIO DO SETOR TERCIÁRIO
DE SÃO JOÃO DEL-REI
1980

SETOR TERCIÁRIO	TOTAL DE SALÁRIOS (Em Cr$ 1.000,00) (A)	MÉDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO (B)	(A)/(B) (Em Cr$)
Atividades Comerciais	72 796	1 622	44 880
Atividades dos Serviços	103 459	1 306	79 218

Fontes: IBGE: Censo comercial, Minas Gerais, 1980; Censo dos serviços, Minas Gerais, 1980.

de adutoras, a principal estação de tratamento (ETA) da cidade, localizada no bairro Alto do Bonfim. Esta é, ainda, alimentada por água procedente de captação no córrego Rio Acima, com uma vazão de 16 l/s. Assim sendo, a sua alimentação totaliza 87 l/s, valor próximo de sua capacidade, que é de 90 l/s.

A ETA referida é do tipo convencional, proporcionando, portanto, o tratamento completo. Alguns de seus equipamentos necessitam, entretanto, ser cuidados, ou mesmo restaurados, e a sua operação também merece reparos.

Existe em São João del-Rei outra estação de tratamento, localizada no bairro Pio XII, que é alimentada por água procedente do córrego da Ponte. É de construção mais recente, do tipo compacta, e a sua taxa de operação é de 15 l/s. O tratamento é também convencional.

Há, ainda, uma pequena captação no córrego Olhos D'Água, que alimenta diretamente um reservatório. A sua produção é de 2,9 l/s.

Além desses dois sistemas supridos por mananciais superficiais, o abastecimento de água na cidade é feito com utilização de mais 12 poços profundos e de uma antiga "beta" de mineração, que permanece sempre cheia de água. A vazão total produzida em dez dos 12 poços e na beta é de aproximadamente 43 l/s. A beta se presta a um maior aproveitamento, mas as bombas lá instaladas só recalcam em média 0,5 l/s. Dos dois poços restantes, um ainda não entrou em funcionamento e o outro foi construído por firma particular para conjunto habitacional.

A água procedente dos poços recebe cloração e

controle de qualidade eventual.

Considerando esses elementos, verifica-se que São João del-Rei apresenta uma capacidade instalada de produção de água de 150 l/s. Para um consumo "per capita" de 200 l/pessoa x dia, essa capacidade suportaria abastecer uma população de 54 000 habitantes. A população da cidade em 1980 era de 54 773 habitantes.

Verificando-se, entretanto, a jornada de operação em cada subsistema, observa-se que, se em alguns deles ela é contínua (24 h/dia), em outros é menor (16 h/dia; 10 h/dia; 6 h/dia; 3 h/dia). Em face da carência detectada de interligação de sistemas, esses dados podem indicar que existem áreas na cidade que não dispõem de produção suficiente.

Tomando-se a taxa média de consumo de 200 l/pessoas x dia e a ponderação referente às jornadas de operação, obtém-se que vem sendo produzida em São João del-Rei água suficiente para uma população de 47 000 habitantes.

Constata-se, então, que o sistema de produção de água na cidade encontra-se um pouco aquém da demanda atual e precisa de expansão, tanto para suprir a carência constatada, quanto para cobrir as necessidades decorrentes do crescimento urbano.

O suprimento de água do bairro Santa Cruz de Minas, que pertence ao município de Tiradentes e é conurbado com São João del-Rei, é feito por gravidade, a partir de manancial existente na serra próxima. Em São João del-Rei não havia registros ou informações sobre as características desse sistema (existência de tratamento, etc.).

O sistema de reservação na cidade é razoável, mas há necessidade de ampliação, com construção de novos reservatórios.

Já o sistema de distribuição apresenta estrangulamentos sérios. São necessárias reformulações diversas, com substituição de canos e implantação de novos ramais para interligação dos subsistemas acoplados a cada reservatório. Em alguns trechos são utilizados, inclusive, tubos improvisados de borracha para alimentações em alguns setores da cidade. Essa situação acarreta perdas de água no sistema e a falta d'água é freqüente em muitas moradias.

Apesar de seu estado precário, esse sistema de distribuição de água é bastante extenso e atinge grande parte da área urbana, inclusive parcelas significativas das moradias localizadas em bairros periféricos. O índice de atendimento é estimado em 90%, o que corresponde a valor elevado. Os 10% restantes utilizam em geral cisternas ou coleta de água em casas vizinhas, chafarizes e córregos próximos.

O número total de economias de água na cidade em 1983 era de 14 598. O sistema não é hidrometrado, o que favorece o desperdício de água e impossibilita o conhecimento das ordens de grandeza das perdas que vêm ocorrendo.

A tarifa é única para toda a cidade (até junho/84), bastante baixa: Cr$750,00/mês (Cr$550,00 de consumo e Cr$200,00 de taxa). Esses dados mostram a situação bastante inadequada que ocorre nesse aspecto, pois um morador da área central, bem atendida pelo sistema público, pode gastar qualquer quantidade de água que pagará o mesmo preço de um morador de pequena casa da periferia, em geral com baixo consumo e sujeita, por sua localização nas encostas mais altas, a falta d'água fre

qüente. Por outro lado, o próprio valor da tarifa é bastante baixo quando comparado com as adotadas por outras entidades do ramo, como COPASA e Fundação SESP. Esse fator é em parte responsável pela dificuldade de sustentação financeira do DAMAE.

Estava previsto para ser implantado a partir de julho/84 novo sistema tarifário, com preços já um pouco diferenciados por bairros e que considerassem existência ou não de piscina. Entretanto acredita-se que, ainda assim, a questão merece atenção.

Ultimamente o DAMAE vem limitando a realização de expansões do sistema de distribuição, dedicando se principalmente à reformulação de trechos deficientes da rede de distribuição. Quando as expansões são feitas (523 ligações em 1983), cobram-se dos beneficiados os gastos referentes aos materiais utilizados (canos e outros), além de uma taxa de Cr$5 200,00 pela mão-de-obra.

Observa-se, ainda, que em alguns bairros periféricos existem alguns chafarizes ou torneiras públicas, mas em pequeno número (quatro ou cinco na cidade).

A arrecadação do DAMAE não cobre as despesas de manutenção e pequenas expansões. A Prefeitura precisa fazer suplementação de verbas entrando com uma parcela de 10% do ICM arrecadado.

Em termos administrativos o DAMAE é vinculado operacionalmente à Secretaria de Obras da Prefeitura, apesar de este ser um Departamento Autônomo. O DAMAE exerce apenas a atividade burocrática do serviço, constituída pelos trabalhos de escritório, emissão e cobrança de contas de água e esgotos e serviços correlatos, enquanto a Secretaria de Obras cuida dos aspectos de engenharia do sistema. Dispõe, ainda, de equipe de operação dos sistemas de água e esgoto e de equipes que rea

lizam algumas pequenas obras de rotina. Mesmo estas são feitas sob a orientação de fiscal vinculado à Secretaria de Obras. Observa-se que essas ligações institucionais, se não conduzidas e estabelecidas adequadamente, podem provocar dificuldades e deficiências gerais na administração dos serviços.

Esses dados levantados permitem concluir que os serviços de abastecimento de água em São João del-Rei vêm suprindo e atendendo as carências mais agudas da população, mas con deficiências sérias e diversas que precisam ser logo solucionadas.

Com efeito, observa-se que a extensão do atendimento na periferia é elevada, podendo a população pobre,em geral, obter água que, mesmo em quantidade reduzida, apresenta qualidade pelo menos razoável, livre de micrôbios e elementos que atuam na transmissão das doenças de veiculação hídrica. São, portanto, poucos os casos de coleta individual de água em mananciais poluídos ou contaminados. Esse aspecto constitui fator básico e essencial para a saúde da população.

Entretanto, as deficiências do sistema - impossibilidades de expansões, falta de recursos do DAMAE, perda de volumes significativos de água produzida e dificuldades administrativas - são responsáveis pela falta de água, bastante freqüente na cidade, principalmente nos bairros da periferia. Sem a solução dessas deficiências, a população continuará sujeita aos inconvenientes relatados e, principalmente, poderá haver comprometimentos sérios na expansão do sistema, decorrentes do crescimento da demanda.

Há, portanto, necessidade de um estudo técnico abrangente para definição de medidas a serem tomadas pelo governo local, tanto do ponto de vista técnico como do político.

Nas entrevistas realizadas com os responsáveis pelos serviços e outros funcionários da administração municipal, foram constatadas opiniões diversas. Algumas pessoas são favoráveis à implantação de um novo sistema na cidade, o mais amplo possível e que possa atendê-la como um todo, à semelhança do que é feito na cidade vizinha de Barbacena. Outros já são favoráveis ao aproveitamento dos sistemas existentes, com algumas ampliações e melhoramentos diversos.

Em 1966 a empresa Montreal de engenharia elaborou um estudo técnico-econômico para água e esgoto na cidade, indicando nova captação de água e novo sistema com estação de tratamento de 360 l/s de capacidade. Esse projeto não foi executado por falta de recursos.

Acredita-se que hoje deva ser feito um estudo atualizado, levando em consideração a nova conjuntura em que se encontra o País, e buscando, quando possível, contar com o aproveitamento de instalações existentes. Esse estudo deve ser o mais completo, abordando desde o sistema de captação e produção de água até a estrutura administrativa do DAMAE. Acredita-se, ainda, que, paralelamente, faz-se necessária para São João del-Rei a adoção de medidas de curto prazo que proporcionem redução na perda de água, minimização da ocorrência de falta de água nas moradias, melhoria do sistema tarifário e alocação de novos recursos para o DAMAE. As perdas de água podem ser reduzidas por pequenas melhorias na estação de tratamento do Bonfim, substituição de trechos e ramais danificados no sistema de distribuição, pesquisa específica para controle de perdas, hidrometração do sistema e aumento da produção em alguns setores. A hidrometração proporcionará tanto a redução no desperdício de água como melhores condições de arrecadação de tarifas o aumento de recursos para o DAMAE.

O DAMAE presta em São João del-Rei atendimento também em cinco distritos e dois povoados do município, mantendo e operando em um deles sistema composto de poço artesiano e redes de distribuição, e, nos demais, sistemas mais simples, com captação em minas d'água, reservatórios e distribuição sem tratamento.

3.3.2 Esgotos sanitários

O sistema de esgotos sanitários encontra-se também sob a responsabilidade do DAMAE. Foi construído gradativamente, para suprir as necessidades imediatas da população, não tendo sido objeto de estudo global e definido. O diâmetro das redes varia de 0,15 a 0,40 m.

Esse sistema é bastante extenso na cidade, cobrindo um percentual das moradias estimado em 70% do total, abrangendo a área mais central e suas imediações. Esse é um valor bastante alto, quando comparado com outras cidades do Estado de Minas Gerais. O número de economias em 1983 era de 10 328 (total geral com água e esgoto).

Entretanto, nos levantamentos locais efetuados foi apontado pelas pessoas entrevistadas que o sistema de esgotos é bastante deficiente, em função da antiguidade da rede, de divergências de diâmetros decorrentes de construção de ampliações ou reformulações sem respeito ao projeto (existem tubos até de amianto), das ligações no sistema de drenagem pluvial e do lançamento direto nos cursos d'água ao longo da área urbana.

Existe uma rede coletora de aproximadamente 3 Km ao longo do Córrego do Lenheiro, fazendo o lançamento no Ribeirão Água Limpa, a montante da confluência desdes dois cursos d'água. Ocorrem, entretanto, na área central muitas ligações particulares que vão diretamente ao Córrego do Lenheiro, ou mesmo indiretamente, atra

vês de conexões com o sistema de drenagem pluvial de vias.

O sistema de esgotos funciona razoavelmente no período da seca, ocorrendo inconvenientes na época das chuvas, quando se dá o represamento pela drenagem natural dos córregos e refluxo em alguns pontos localizados na área urbana, principalmente nas imediações do Córrego do Lenheiro. Esse inconveniente não chega, contudo, a ser calamitoso, apesar de provocar mau cheiro e necessidade de limpeza nos locais com problemas.

Entretanto, outro aspecto negativo de ocorrência freqüente se relaciona ao lançamento de esgoto nos cursos d'água, provocando a poluição deles na área urbana, mau aspecto e odor desagradável. Esse é um problema constante e que já se agrava, principalmente no período de seca, quando o volume dos cursos d'água se reduz e o grau de poluição tende, portanto, a aumentar. Todavia, em termos de contato direto da população com essas águas poluídas, o risco em São João del-Rei ainda não é tão grave, pelo fato de as margens de alguns cursos d'água não estarem ainda densamente ocupadas por populações de baixa renda, como acontece em muitas cidades de Minas. Nesses córregos periféricos, o contato com as águas poluídas, no caso de São João del-Rei, ocorre muito mais pela presença de algumas pessoas que vão aos cursos d'água - seja para cata de ouro, lavação de roupas, ou mesmo lazer - do que por outros fatores. A incidência desses casos, em número de pessoas, não é, portanto, das mais extensas. Mas, no caso do Córrego do Lenheiro, a situação tende a se agravar cada vez mais.

O DAMAE vem realizando, regularmente, obras de expansão do sistema público de esgotos. Vem também reformulando gradativamente trechos danificados da rede existente. A parte que deve ser reconstruída é, entretanto, bastante significativa, e os interceptores a

serem implantados são bastante extensos e onerosos. Assim, a captação de recursos para essas obras é uma das maiores preocupações do governo local, pressionado pela comunidade, que vê esse problema como um dos prioritários dentro do seu quadro de carências.

O critério utilizado nas expansões varia um pouco: às vezes o DAMAE/Prefeitura as realiza com seus próprios recursos; às vezes, através de colaboração e cotização entre os moradores beneficiados. De todo modo, as ligações eram sempre cobradas, em julho/84, ao valor de Cr$5 200,00. O proprietário do imóvel deveria ainda fornecer todo o material necessário. No ano de 1983, foram efetuadas 384 novas ligações, o que demonstra que o sistema encontrava-se em ampliação.

A tarifa mensal de esgotos era de Cr$500,00 em junho/84, para todas as moradias. Como no caso do abastecimento de água, observa-se a inadequação desse sistema tarifário não-diferenciado.

As moradias da cidade não-atendidas pelo sistema público de esgotamento sanitário dispõem quase sempre de fossas em seus quintais, resolvendo portanto o problema individualmente. Predominam em geral as fossas negras, não havendo parcelas significativas de fossas sépticas. Nas visitas efetuadas aos bairros foram observadas algumas casas que lançam nas ruas ou imediações as águas servidas de cozinha e, nas fossas, as águas procedentes dos equipamentos sanitários.

Nos distritos e povoados do município não existem redes públicas de esgotos. O problema é resolvido geralmente pelo emprego de fossas secas.

Por esses dados verifica-se que São João del-Rei apresenta uma rede de esgotos que atende boa parte da cidade, mas que apresenta deficiências diversas, que

embora provoquem incômodos à população, não chegam a representar maiores riscos em termos de contato ou transmissão de doenças em grande escala. Outro fator que pode ser apontado e que contribui para confirmar essa impressão se relaciona à posição relativa da ocorrência de verminoses e doenças intestinais, que nas entrevistas efetuadas nas áreas pobres não se demonstraram como elementos muito freqüentes.

Acredita-se que o problema dos esgotos em São João del-Rei deva ser solucionado a partir de um estudo que identifique as necessidades específicas e as possibilidades de soluções de acordo com técnicas apropriadas ao momento de crise em que nos encontramos e às peculiaridades locais. Em seguida deverão ser desenvolvidos os projetos de engenharia e as obras correspondentes. Algumas prioridades parecem evidentes, como a reformulação gradativa dos trechos onde as deficiências incomodam mais a população e a construção de partes de interceptores em segmentos estratégicos ou críticos.

3.3.3 Drenagem urbana e outros aspectos ambientais

O sistema de drenagem urbana em São João del-Rei é composto das bocas-de-lobo e redes pluviais existentes em algumas ruas e dos cursos d'água que cortam a cidade: o Córrego do Lenheiro, ao longo do qual foi assentada a "urbe", e os tributários dele, que se localizam principalmente na margem direita, constituídos nesse caso pelo Córrego Rio Acima e o Córrego Água Limpa. Logo a jusante da cidade, o Córrego do Lenheiro deságua no Rio das Mortes.

A entidade encarregada dos serviços de drenagem urbana é a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Obras.

As redes pluviais existentes nas ruas cobrem um percentual significativo delas, estimado em 50% da cidade, mas com deficiências como manilhas quebradas, dimensionamento obsoleto e entupimentos diversos. Esses problemas acarretam transbordamentos em pontos localizados de algumas vias (pequenos trechos) e mau cheiro em decorrência das conexões com o sistema de esgotos sanitários.

Há, ainda, necessidade de construções de novas redes em ruas de alguns bairros localizados em encostas, como Lava-Pés, Guarda-Mor, São Geraldo e Pio XII A falta dessas redes em pontos críticos propicia erosões e danos diversos nas vias.

No restante das ruas não-atendidas, o escoamento ocorre junto aos meios-fios quando são pavimentadas, não acarretando maiores inconvenientes além dos incômodos relacionados a uma largura maior do que a normal para a lâmina d'água durante as chuvas. Esses incômodos afetam principalmente os pedestres que transitam por essas ruas durante as chuvas.

As obras necessárias tanto para correção de deficiências do sistema como para solução dos problemas nos pontos críticos das vias ainda não atendidas constituem um bom trabalho a ser enfrentado pela Prefeitura.

Além desses problemas, ocorrem em São João del Rei alguns processos erosivos em diversos locais e encostas da periferia. Essas erosões, às vezes de proporção acentuada, ainda não estão junto a habitações, mas já estão bem próximas. Assim, com o eventual progresso das erosões, por um lado, e a expansão urbana, por outro, pode ser que problemas sérios ainda não sentidos venham a ocorrer a médio prazo. Desse modo, sugere-se que esses aspectos comecem a merecer atenção das pessoas interessadas na cidade e da administração local, princi

palmente considerando-se os elevados recursos necessários para resolver esses problemas após evoluírem e a possibilidade, ainda aberta, de se procurar evitar ou minimizar essa evolução.

A cidade de São João del-Rei estabeleceu-se no vale do Córrego do Lenheiro e hoje galga e mesmo transpõe as encostas adjacentes a esse vale. A ocupação ao longo de grande parte do córrego foi feita com racionalidade, deixando-se espaços para as vias laterais e não estrangulando muito sua caixa. Apenas o trecho a montante, localizado nas imediações do bairro Tejuco, não apresenta essa situação favorável. O córrego encontra-se canalizado no segmento correspondente à área mais central, em uma extensão de 800 m. A jusante desse trecho, o escoamento se dá no leito natural até o Rio das Mortes, mas existindo, em geral, uma caixa bem larga e vias de terra laterais, fatores que favorecem a futura canalização e impedem que a ocupação habitacional se faça diretamente ligada ao córrego.

Nesse segmento ocorrem inundações em dois pontos do seu trajeto. O primeiro se localiza na altura do Bairro das Fábricas, onde às vezes ocorrem pequenos transbordamentos que atingem apenas as vias, não chegando a representar grandes problemas para a cidade. O segundo situa-se próximo a sua foz no Rio das Mortes, em local onde já costumam ser atingidas algumas edificações. Esse problema pode também ser decorrente do represamento provocado pelas próprias cheias do Rio das Mortes.

Entretanto, o principal problema do Córrego do Lenheiro para a população, especialmente a de baixa renda, localiza-se no trecho a montante, ao longo dos bairros Tejuco e São José Operário. Nessa área, a ocupação de grande parte das margens é desordenada e den a, as habitações ocupam as margens do córrego e os

moradores estão expostos ao contato inadvertido com suas águas, poluídas pelo lançamento de esgotos públicos das moradias e também por outras atividades. Nesse trecho ocorrem ainda eventuais transbordamentos do córrego, que atingem inúmeras moradias localizadas nas suas proximidades. Acredita-se, assim, que a canalização do córrego nesse trecho e a organização da ocupação das margens sejam trabalhos prioritários a serem desenvolvidos em São João del-Rei.

Os córregos Rio Acima e Água Limpa, tributários do Lenheiro pela margem direita, apesar de poluídos, não constituem problemas muito sérios para a população. As suas margens ainda estão bastante livres e não há, em geral, situação que acarrete tendência ao contato freqüente com suas águas. Entretanto, verificam-se em alguns pequenos trechos algumas construções recentes bastante próximas dos córregos, o que demonstra descuido das administrações municipais nos últimos anos. No córrego Rio Acima, esse problema ocorre nas proximidades dos fundos do Colégio Santo Antônio; no córrego Água Limpa, em um pequeno segmento de sua margem direita. A continuar esse tipo de ocupação, pode-se prever que no futuro São João del-Rei venha a ter problemas de saneamento de difícil solução. Recomenda-se, portanto, que, enquanto é tempo, sejam tomadas firmes medidas para orientar a ocupação nas margens desses cursos d'água, não permitindo a implantação de moradias com terrenos diretamente ligados a eles.

Finalmente, um aspecto importante merece ser comentado. Ocorreram em São João del-Rei, nos últimos anos, alguns casos de Xistosomose, doença até então incomum no município. Houve certo alarme, pois sabe-se que essa doença vem avançando do Nordeste para o Sul do Brasil e que constitui sério problema para o nosso povo. Foram descobertos pela SUCAM em uma região da margem do córrego Água Limpa os focos onde se encontra

vam caramujos que desempenham papel fundamental na transmissão dessa doença. Foram feitos aterros e drenos com recursos da Prefeitura, que eliminaram os caramujos em parte da área afetada. Para o restante, a demanda de recursos é um pouco mais significativa, e o projeto foi enviado à Secretaria de Estado da Saúde, mas não havia ainda solução para o caso. Observa-se, portanto, que esse é um problema que necessita ser imediatamente atacado em São João del-Rei.

3.3.4 Limpeza urbana

O serviço de lixo e limpeza urbana da cidade é administrado e operado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Obras - Setor de Limpeza Pública.

O acondicionamento em sacos plásticos já vem sendo feito pelos moradores da área central, e em alguns bairros a população está habituando-se a fazer o mesmo. No restante são empregados os mais diversos recipientes, como caixotes, caixas de papelão, latas. Existe lei da Prefeitura mas não é aplicada. A Prefeitura fiscaliza na cidade o lançamento do lixo em lotes vagos e beiras de córregos, cobrando, inclusive, multa de Cr$ 24 000,00 aos infratores.

A coleta de lixo é realizada diariamente na área central e nos eixos de acesso da cidade, exceto aos domingos. Nos bairros ela é realizada com freqüência alternada, em geral três vezes por semana. Nas extremidades, onde a ocupação é mais rarefeita, como, por exemplo, nos bairros Vila Jardim e Nossa Senhora de Fátima, o lixo é coletado apenas uma vez por semana.

De modo geral, pode-se considerar que praticamente toda a cidade é atendida por coleta de lixo. Apenas os locais de difícil acesso para os veículos não re

cebem esses serviços. Mesmo assim, em parte deles, alguns funcionários recolhem o lixo mais cedo, ensacam-no e o colocam em pontos atendidos pelos caminhões. De acordo com estimativas dos responsáveis pelos serviços, o índice de atendimento à população é de 95%. Esses dados demonstram uma boa orientação dos serviços de limpeza urbana em São João del-Rei, seja pelo elevado índice de cobertura, seja pela adequada distribuição da freqüência de coleta de acordo com a área central e os bairros.

A quantidade de lixo coletada na cidade é da ordem de 30 toneladas. Os equipamentos utilizados são: um caminhão compactador com capacidade de 6 toneladas; um caminhão compactador com capacidade de 10 toneladas; um trator agrícola que puxa uma carreta de $3m^3$, utilizada para serviços de varrição e capina; e mais ou menos dez carrinhos manuais do tipo "Lutocar". Esses equipamentos são empregados unicamente nos serviços de limpeza urbana. Eventualmente é utilizado caminhão basculante da Secretaria de Obras para cobrir falhas ou aumentos de demanda. De acordo com as informações levantadas, esses veículos são suficientes para cobertura da coleta de lixo na cidade, tendo sido adquiridos recentemente. O horário de coleta é diurno, das 7 às 18 horas.

O quadro de pessoal encarregado do serviço de coleta e varrição é composto por 47 funcionários. O serviço de capina é realizado com número variável de homens, da ordem de 15.

O lixo de um dos hospitais da cidade é incinerado. Em outro hospital o lixo é coletado juntamente com o lixo comum, sem qualquer cuidado especial. Esta não é uma prática satisfatória para o problema.

O depósito final do lixo está nas proximidades da saída para Oliveira, à margem esquerda do Rio

das Mortes. Para amontoamento do lixo é utilizado um trator do tipo D-4, da Secretaria de Transportes. O local utilizado não é adequado, tanto no que diz respeito à proximidade do rio, estando sujeito a inundações e a presença de água subsuperficial, como no que diz respeito a proximidade de moradias e das instalações da escola agrícola. Ocorre também a presença de catadores no local, apesar da área cercada. Outro inconveniente apontado se refere à queima do lixo que é feita nessa área, sem maiores cuidados.

Desses elementos pode-se concluir que os serviços de limpeza urbana em São João del-Rei estão bem equacionados quanto à coleta e ao atendimento à população. A solução para o problema do destino final constitui a parte que precisa ser equacionada e mesmo modificada.

Em trabalho anterior de planejamento elaborado pela Fundação João Pinheiro(1) foi sugerida a implantação de um aterro sanitário em área determinada. O atual responsável pelos serviços, entretanto, acredita que a utilização dessa área seja inconveniente por ser propícia à produção de hortigranjeiros e por haver comunidades próximas. Assim sendo, há que se buscar uma área adequada para a implantação do referido aterro.

O outro aspecto que necessita ser equacionado é a definição administrativa dos serviços, que devem ficar vinculados a uma única secretaria, inclusive em termos de funcionários. Isso é aqui colocado porque existem alguns funcionários que são ligados à Secretaria de Transportes.

Finalmente, observa-se que as campanhas de educação da população são imprescindíveis para a melhoria dos serviços e do estado de limpeza da cidade. Nos levantamentos efetuados, foi observado que a colaboração da população e a educação para o problema são ine

xistentes.

3.3.5 Educação

De acordo com o Censo Demográfico de 1970, (IBGE), o índice de analfabetismo no município como um todo era de 23,4%, bem inferior ao observado para o Estado (66,3%). Na área urbana, este índice era ainda menor, 19,1%, subindo para 55,8% quando se considerava a área rural: das 6 918 pessoas com/ou acima de cinco anos que nela viviam, apenas 3 862 sabiam ler.

Em 1980, há melhoria desses índices, que passam a ser de 13,7% para a zona urbana e de 29,5% para a área rural do município. Se se considera, em 1980, apenas a população com mais de sete anos de idade (limite acima do qual a escolarização é obrigatória) há pouca alteração no índice de analfabetismo para o município como um todo (13,6%), enquanto para a população acima de cinco anos é de 17,0%.

3.3.5.1 Ensino pré-primário

O ensino pré-primário só é oferecido na zona urbana. Sua oferta cresceu ligeiramente entre 1980 e 1984, em termos de alunos matriculados. Entretanto, o mais importante a observar é a introdução desse nível de ensino na rede municipal e o crescimento do número de vagas na rede estadual (de 887 para 1 215), no período 80/84 (quadro 3.5).

O Mobral, em convênio com obras beneficentes, vem oferecendo, também, ensino pré-primário em alguns bairros da periferia. Esse é o caso, por exemplo, dos bairros Águas Férreas e Senhor dos Montes, onde a equipe aplicou questionários. Em cada um desses bairros, funciona uma classe de pré-primário em prédio cedido, com

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 3.5

NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-PRIMÁRIO NA ZONA URBANA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SÃO JOÃO DEL-REI
1980 - 1984

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	1980		1984	
	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Estadual	11	887	11	1 215
Municipal	-	-	5	90
Particular	5	639	5	394
TOTAL	17	1 526	22	1 699

Fontes: Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), Centro de Documentação e Informações Educacionais (CEDINE). 21a. Delegacia Regional de Ensino de São João del-Rei.

professora leiga. A merenda é obtida através de campanhas entre os próprios moradores. Como se observa, as condições de funcionamento desses cursos são precárias.

3.3.5.2 Ensino de 1º grau

A análise quantitativa dos atuais equipamentos de educação será feita através da comparação destes com a demanda gerada pela população em idade escolar (7 a 14 anos), residente no município de São João del-Rei. Nessa análise estão incluídos tanto a população quanto os equipamentos de Santa Cruz de Minas, que, como explicado anteriormente, utiliza também a infra-estrutura da sede do município de São João del-Rei.

Segundo o Censo Demográfiço de 1980 (IBGE), a população de São João del-Rei em idade de escolarização obrigatória (7 - 14 anos) era de 12 485 jovens. Destes, 16% eram analfabetos. As três redes de ensino possuíam, em 1980, 12 119 alunos matriculados nas oito séries do 1º grau, independentemente da idade (quadro 3.6). No mesmo ano, a rede particular atendia a 2 824 alunos de 1ª a 8ª séries, enquanto a rede municipal só oferecia de 1ª a 4ª séries, com 797 alunos matriculados. A rede estadual era a maior ofertante -8 498 alunos de 1ª a 8ª séries (quadro 3.6).

Como se observa, a rede pública estadual atendia apenas a 68% da clientela potencial total. A agravar este fato, tem-se que o ensino oficial gratuito de 5ª a 8ª séries só era oferecido em quatro estabelecimentos urbanos, que tinham 2 024 alunos matriculados. Além desses, outro estabelecimento, localizado em Santa Cruz de Minas, oferecia 5ª e 6ª séries, com 171 alunos matriculados. A rede municipal não oferecia ensino de 5ª a 8ª séries em nenhuma de suas escolas e a zona rural ficava sem atendimento nesse nível de ensino.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 3.6

NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS MATRICULADOS NO 1º GRAU POR LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SÃO JOÃO DEL-REI

1980-1984

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	1ª A 4ª SÉRIE				5ª A 8ª SÉRIE			
	1980		1984		1980		1984	
	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados	Número de Escolas	Número de Alunos Matriculados
Estadual								
Urbana	21	6 449	19	6 171	4	2 024	6	3 118
Rural	1	25	1	22	-	-	-	-
Total	22	6 474	20	6 193	4	2 024	6	3 118
Municipal								
Urbana	3	173	1	74	-	-	-	-
Rural	26	624	29	751	-	-	-	-
Total	29	797	30	825	-	-	-	-
Particular								
Urbana	2	105	1	78	7	2 719	5	1 670
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	105	1	78	7	2 719	5	1 670
TOTAL GERAL	53	7 376	51	7 096	11	4 743	11	4 788

Fontes: Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), Centro de Documentação e Informações Educacionais (CEDINE).
21a. Delegacia Regional de Ensino de Sao João del-Rei.

Em 1984, mais duas escolas estaduais passam a oferecer as quatro últimas séries do 1º grau, aumentando para 3 118 o número de alunos matriculados nessa faixa.

Entretanto, o total de alunos matriculados no 1º grau cai para 11 884 e a zona rural continua desatendida de 5ª a 8ª séries.

Utilizando-se dados da 21ª Delegacia de Ensino de São João del-Rei, elaborou-se o quadro 3.7, que apresenta a evasão e a aprovação de alunos de 1º grau, de 1ª a 8ª séries.

Observa-se que são positivos os resultados encontrados no município de São João del-Rei. A evasão de alunos durante o ano letivo de 1979 foi de 8,6% dos alunos matriculados nas primeiras séries e de 7,1% daqueles matriculados nas quatro últimas. Já o número de alunos aprovados nas oito séries superou a porcentagem atingida pelos alunos de 1º grau, em 1978, no Estado de Minas Gerais, isto é, em torno de 70,0%.

A promoção de alunos de 1ª a 4ª série foi de 80,1%, enquanto que a dos alunos de 5ª a 8ª série foi de 77,8%.

Os prédios das unidades de ensino estadual e municipal estão precisando de reformas e há mesmo necessidade de construção de alguns outros para que elas possam desempenhar suas funções. Na zona urbana (rede estadual), vários precisam de reforma de telhados, rede elétrica e banheiros, por exemplo. Cinco prédios são cedidos e três alugados, o que significa que há necessidade de construção dessas unidades. Mas o que se encontra em condições mais precárias é o da Escola Estadual Brigheti Cesare, situado na Colônia do Marçal, que não dispõe nem de fossa. Segundo informações da Delegacia Regional de Ensino de São João del-Rei, nessa escola,

QUADRO 3.7

MATRÍCULA INICIAL, FINAL, EVASÃO E PROMOÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

SEDE MUNICIPAL DE SÃO JOÃO-REI

1979

SÉRIES	MATRÍCULA INICIAL		MATRÍCULA FINAL		EVASÃO (1)		PROMOÇÃO (2)	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1ª a 4ª	6 080	100,0	5 557	91,4	523	8,6	4 450	73,2
5ª a 8ª (3)	3 009	100,0	2 796	92,9	213	7,1	2 174	72,2

Fonte: 21a. Delegacia Regional de Ensino de São João del-Rei.

(1) Igual a matrícula inicial menos a matrícula final.
(2) Calculada em relação à matrícula inicial.
(3) Resultado parcial de apenas cinco escolas; as quatro estaduais e a Escola Tiradentes. As demais escolas não forneceram os dados à delegacia de ensino.

todos os dias, é furado e tampado um buraco para cumprir a função de fossa. As escolas municipais encontram-se em situação ainda mais precária. A maioria não possui fossa nem água.[4]

Além da precariedade dos prédios, das quatro escolas estaduais que possuem gabinete dentário, só duas dispõem de dentistas e nenhuma possui higienista. Os equipamentos estão, portanto, ociosos.

"De modo geral, a distribuição da merenda nas escolas da rede oficial vem se processando de forma normal. Dado o elevado número de crianças carentes e que necessitam da merenda gratuita, a ajuda recebida do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não tem sido suficiente. As escolas primárias, em sua maioria, utilizam o sistema da Caixa Escolar para arrecadarem fundos complementares para atender diariamente a estas crianças. Tal situação se torna mais difícil nas escolas onde são atendidas as crianças menos privilegiadas. Notou-se, através de visitas realizadas nas diversas escolas, a ausência de local apropriado para a distribuição da merenda. Em muitas destas escolas, as crianças merendam de pé ou na própria sala de aula".[5]

O ensino de 1º grau para pessoas acima de 14 anos é oferecido em cinco escolas estaduais. As municipais não oferecem este tipo de curso. Em 1984, havia 98 alunos matriculados nos cursos de educação especial. Segundo informações da Delegacia Regional de Ensino, as turmas de adultos são pequenas e a evasão muito grande.

---

[4] *Ver no v.2, Projeto Educação, Subprojetos Construção de Prédios Escolares e Reformas de Prédios Escolares das Redes Estadual e Municipal, os quadros 1, 2 e 3.*

[5] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1, v.1, p.83-4.*

3.3.5.3 Ensino de 2º grau

Em 1980, o ensino de 2º grau era ministrado em cinco estabelecimentos, com 2 382 alunos matriculados. Apenas um era estadual, com 355 alunos matriculados, ou seja, 15% do total. Em 1984, foi criado mais um curso estadual, de 2º grau, com 61 alunos matriculados (quadros 3.8 e 3.9).

As habilitações oferecidas em 1984 são as mesmas oferecidas em 1980: magistério de 1º grau, técnico de secretariado, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório de análises clínicas, auxiliar de patologia clínica, auxiliar de administração, desenhista de arquitetura, auxiliar técnico de eletrônica, auxiliar técnico de eletricidade, técnico de contabilidade, assistente de administração, auxiliar de contabilidade, técnico em agropecuária, auxiliar técnico de mecânica.

Quanto à diversificação das opções profissionalizantes, as sugestões mais viáveis talvez estejam nas áreas de agropecuária e marcenaria. Primeiro, porque é necessária uma melhoria do setor primário da região. Segundo, porque São João del-Rei possui grande número de marcenarias e indústrias de móveis que, segundo informações dos próprios proprietários, necessitam de mão de-obra treinada. Como qualquer projeto de treinamento de mão-de-obra, este também deve estar coordenado com outros projetos de reativação destes setores em São João del-Rei.

Quanto aos recursos humanos do ensino de 2º grau, grande parte dos professores possui o curso superior completo e/ou incompleto.

QUADRO 3.8

ESTABELECIMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU: ALUNOS MATRICULADOS E CURSOS OFERECIDOS

ÁREA URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

1980

ESTABELECIMENTOS	ALUNOS MATRICULADOS																						TOTAL
	MAGISTÉRIO DE 1º GRAU		TÉCNICO SECRETARIADO		TÉCNICO ENFERMAGEM		AUXILIAR PATOLOGIA		ELETRÔNICA		ANÁLISE QUÍMICA		DESENHISTA ARQUITETURA		AUXILIAR ADMINISTRATIVO		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		AUXILIAR CONTABILIDADE		TÉCNICO CONTABILIDADE		
	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	
Colégio Nossa Senhora das Dores	141	20	30	-	9	25	26	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294
Escola Tiradentes	384	83	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	26	143	129	88	87	1 031
Colégio São João	104	-	-	-	-	-	-	-	21	19	62	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249
Instituto Auxiliadora	219	34	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	30	55	29	-	-	-	-	-	-	453
Escola Estadual Cônego Oswaldo Lustosa	208	80	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	355

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro-Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982. v. 1, p. 85.

Obs.: Levantamento feito "in loco", em abril de 1980, por inexistirem dados oficiais disponíveis na época da elaboração da pesquisa. Os dados poderão apresentar certa discrepância em relação aos oficiais, quando da sua sivulgação.

QUADRO 3.9

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU: ALUNOS MATRICULADOS E CURSOS OFERECIDOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ÁREA URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

1984

NOME DO ESTABELECIMENTO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA(1)	ALUNOS MATRICULADOS									TOTAL
		Básico(2)	Magistério de 1º Grau	Técnico Enfermagem	Auxiliar Patologia Clínica	2º Grau Não-Profissionalizante	Auxiliar de Administração	Técnico Contabilidade	Auxiliar de Contabilidade	Técnico Agropecuária	
Escola Estadual Cônego Oswaldo Lustosa	E	240	60	-	-	87	-	-	-	-	387
Escola Estadual Dr. Garcia de Lima	E	-	-	-	-	61	-	-	-	-	61
Escola Tiradentes	P	240	173	-	-	-	-	168	86	17	684
Colégio Nossa Senhora das Dores	P	84	64	27	16	28	-	-	-	-	219
Instituto Auxiliadora	P	177	117	-	-	32	77	-	-	-	403
Colégio São João	P	67	-	-	-	81	-	-	-	-	148
C.E.M. Pe. José Maria Xavier	E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola de Enfermagem Antonina Neves	P	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18

Fonte: 21a. Delegacia Regional de Ensino de São João del-Rei.

(1) E = Estadual; P = Particular.
(2) 1º ano comum a todos os cursos de 2º grau oferecidos pelo estabelecimento de ensino.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

3.3.5.4 Ensino superior

Não foram levantados dados sobre esse nível de ensino para São João del-Rei, já que o Programa de Cidades Intermediárias não o contempla. Transcreve-se, então, a análise elaborada pela Fundação João Pinheiro em 1982 sobre o mesmo.[6]

"O município de São João del-Rei conta com dois estabelecimentos de ensino superior: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Universitária São João del-Rei, ambas particulares e prestando contribuição na sustentação da imagem da cidade como ativo centro de cultura.

A Faculdade Dom Bosco foi fundada em 1953, funcionando em prédio próprio, com adequadas instalações físicas. Oferece os cursos de Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e Psicologia. O Curso de Psicologia mantém um laboratório que presta bons serviços à escola de crianças excepcionais existentes na cidade, filiada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Nacional.

Em 1980, estavam matriculados 187 alunos no básico, que corresponde ao primeiro ano integrado dos diversos cursos oferecidos pela escola: 147 alunos em Psicologia; 50 alunos em Pedagogia, que teve início em 1979; 27 alunos no Curso de Filosofia; 35 no de Letras e 47 alunos no Curso de Ciências, que oferece licenciatura curta de 1º grau (5ª a 8ª série), com duração de dois anos e meio. Segundo informações obtidas na faculdade, grande parte dos alunos é de São João del-Rei, mas, pelo menos, um quarto destes vem de outros municípios.

---

[6] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte, Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1, v.1, p. 87-8.*

Os cursos mais ociosos, isto é, que possuem número de vagas superior à procura, são os de Letras e Filosofia.

A Fundação Municipal Universitária de São João del-Rei mantém cursos de Ciências Econômicas, de Administração de Empresas e de Engenharia. A faculdade iniciou suas atividades no segundo semestre de 1971. Possuía, em 1980, 194 alunos matriculados nos quatro anos do Curso de Ciências Econômicas e 187 alunos no Curso de Administração de Empresas. Os dois cursos oferecem anualmente 60 vagas cada um. Há grande desistência ao longo do curso, haja vista que dos 60 alunos matriculados em 1977 apenas 34 chegaram ao quarto ano do Curso de Ciências Econômicas em 1980, e 37 do Curso de Administração de Empresas. O fator sócio-econômico foi apontado como um dos determinantes desta situação.

O Curso de Engenharia, que teve início em 1979, substituindo o de Engenharia de Operação, divide-se em dois: o de Engenharia Industrial Elétrica, que em 1980 possuía 78 alunos matriculados, e o de Engenharia Industrial Mecânica, com 78 alunos. Ambos oferecem 40 vagas anuais e têm duração de seis anos, sendo de nível superior.

O Curso de Engenharia de Operação teve início em 1976 e está em vias de extinção, não mais admitindo novos alunos. Sua duração era de três anos, sendo de nível médio.

A faculdade mantém o Curso de Engenharia de Complementação, com tendência também a desaparecer e destinado a alunos que fizeram o Curso de Engenharia de Operação, e que desejam ter o nível superior. Em 1980, estavam matriculados 30 alunos na área de Elétrica e 28 na de Mecânica.

É baixo o número de mulheres que freqüentam os cursos de Engenharia, sendo um pouco mais elevado nos de Economia e Administração. Os alunos que prestam concurso nesta escola são do próprio município e dos municípios de Barbacena, Juiz de Fora, Barroso, Prados, Tiradentes, Resende Costa e, até mesmo, de Belo Horizonte. A faculdade aluga dormitórios aos alunos que necessitam deste serviço.

As duas faculdades possuem bibliotecas".

Segundo informações da Delegacia Regional de Ensino, a Fundação Municipal de Ensino necessita de ajuda financeira para não ter que encerrar suas atividades. Suas escolas têm capacidade para atender até 320 alunos e, em 1984, o número de vestibulandos foi inferior a 80.

3.3.5.5 Cursos especiais[7]

"Na área de educação familiar, destaca-se o trabalho do Centro de Atividades Dom Bosco, do Serviço Social da Indústria (SESI), mantido pela Federação das Indústrias. São oferecidos, além do pré-primário, cursos supletivos de 1ª a 4ª série (1 turma) e de 5ª a 8ª série em turmas semestrais, cursos de educação alimentar, de arte culinária e de corte e costura. Presta serviços apenas aos empregados dos setores da indústria, comunicação, pesca, construção civil e seus dependentes.

Os cursos oferecidos são de boa qualidade, auxiliando também na promoção do desenvolvimento da comunidade a que se destinam. Mais iniciativas como estas devem ser incentivadas e patrocinadas para que venham a atingir um número maior de pessoas.

---

[7] *Não foi feito levantamento específico sobre esses cursos. Transcreve-se, então, a análise elaborada pela Fundação João Pinheiro em:*
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1, v.1, p.89-90.

Prestando serviços às crianças portadoras de deficiências mentais, físicas e psicossociais, existe o Centro de Recuperação e Educação Especial, filiado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esta é uma escola de caráter particular, criada pela Faculdade de Dom Bosco, estando ligada ao seu Instituto de Psicologia.

O Centro atende a 100 pessoas que apresentam problemas de aprendizagem e/ou deficiência física, mental, auditiva, visual etc. São treinadas desde crianças de 4 anos até adultos de 40 anos, que são divididos em três categorias distintas. Primeiro, os deficientes profundos, que são treinados para o ato de como viver, os hábitos de higiene e relacionamento social. A estes não se destinam os programas formais de educação. Segundo, as crianças limítrofes, que são preparadas para enfrentar uma escola comum. O período deste treinamento varia de acordo com as deficiências de cada um e seu grau de desenvolvimento. Finalmente, o último grupo, que é formado por adultos que não puderam ser escolarizados. Estes são treinados para obter uma profissão (tipografia, serralheria, artes domésticas, costura, horta, jardinagem etc.).

Para sua manutenção, o Centro recebe contribuições voluntárias, de sócios e pais, verba de complementação da Legião Brasileira de Assistência e bolsas de estudo doadas pelo Ministério da Educação e Prefeitura Municipal para atender os carentes.

Das 39 pessoas que trabalham no Centro, 13 são voluntárias, não recebendo qualquer remuneração.

A escola funciona em dois turnos, podendo prestar assistência a até 150 pessoas. No entanto, há falta de recursos humanos para que a capacidade da escola seja plenamente utilizada. Os alunos recebem assistência dentária, médica, psiquiátrica e neurológica.

Tendo em vista o alto número de portadores de deficiências físicas e mentais em países em vias de desenvolvimento como o nosso, sugere-se o máximo de apoio a tal entidade para que ela utilize toda sua capacidade. Assim, ela poderá atender à demanda do município e constituir modelo e incentivo para iniciativas semelhantes nos municípios vizinhos".

3.3.5.6 Cursos profissionalizantes

"Além das escolas já enumeradas, São João del-Rei conta com o Centro de Formação Profissional ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e que oferece cursos profissionalizantes de mecânica na área de ajustagem e tornearia.

Os cursos são dados a dois tipos de alunos. Primeiro, na faixa etária de 14 a 18 anos, para os alunos dos cursos de aprendizagem de ofício, com equivalência à 8ª série de 1º grau e que não freqüentam as oficinas. No início de 1982, havia 103 alunos nos quatro termos deste curso. A seleção é feita através de teste psicotênico. O segundo grupo é formado por alunos adultos indicados pela indústria para receberem reciclagem de qualificação profissional, com duração de 6 meses a 1 ano. O número de vagas é limitado pelo número de postos de oficina, isto é, 15 de tornearia e 30 de ajustagem, por turno. O regime de estudo é de 8 horas diárias, para todos os alunos. No curso profissionalizante não são admitidos alunos do sexo feminino. A escola não consegue atender à demanda das indústrias para os cursos profissionalizantes. A única forma de ampliação vista pela direção da escola seria através de oferecimento de cursos que não exijam oficinas como: desenho, interpretação de desenho e tecnologia." [8]

---

[8] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1, v.1, p.91.

Essa escola já ofereceu curso técnico de marcenaria. Segundo informações da 21ª Delegacia Regional de Ensino, havia oficinas montadas, mas o diretor do SENAI local achou que não havia interesse em manter esse curso em São João del-Rei. Por isso, as oficinas foram desmontadas e o curso extinto. Esta informação causa estranheza, pois um dos principais ramos industriais do município é o de móveis.

"A escola é moderna, bem equipada, com instalações amplas e bem cuidadas. Possui auditórios, cantina que subvenciona 75% do preço da merenda escolar, praça de esportes e boa biblioteca com livros especializados em mecânica. Dez professores se encarregam dos cursos oferecidos pela escola: cinco deles possuem formação de nível superior e, os outros, de nível médio, têm especialização e prática na indústria.

A escola, embora limitada à área mecânica, contribui bastante e facilmente para a formação profissional da mão-de-obra absorvida na região. Esta experiência deveria ser usada como justificativa para a criação de outras escolas deste tipo.

Outra opção de curso profissionalizante para maiores de 18 anos é oferecida pela Escola de Enfermagem "Antonina Neves", cujos cursos até 1977 eram grátis. Possuía, em 1980, uma turma de 19 alunos, cobrando uma anuidade de Cr$ 2 260,00. A escola se encontra vinculada à Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei, existindo planos para sua ampliação e troca de instalações.

Desde 1952, São João del-Rei conta com o Conservatório Estadual de Música, que oferece cursos profissionalizantes - de artes plásticas, artes cênicas e artes musicas - às crianças do 1º grau (1ª a 8ª série). Aquelas matriculadas normalmente até a 4ª série primária recebem apenas aulas de iniciação musical, sendo promo

vidas segundo sua colocação na escola oficial. Após este período, a transferência de nível se dá de acordo com o desenvolvimento e progresso musical do aluno. São oferecidos cursos profissionalizantes de Técnico em Instrumento, Técnico em Canto e Magistério de Educação Artística aos que concluíram o 2º grau do ensino oficial. Em 1980, havia 118 alunos matriculados nas quatro primeiras séries do 1º grau, 462 nas quatro últimas e 133 alunos de 2º grau. Uma das dificuldades que a escola enfrenta refere-se à inexistência de instrumentos musicais suficientes para atender a toda a demanda.

É indiscutível a importância dessas escolas, principalmente porque qualificam uma mão-de-obra ainda jovem e que necessita ser absorvida pelo mercado de trabalho, tão limitado. Sugere-se um estudo mais minucioso das demandas profissionais mais prementes da região, para que novos cursos profissionalizantes sejam montados. Um setor que merece atenção é o agropecuário".[9]

Além dessas escolas, há na periferia da cidade um prédio que está subutilizado, podendo ser mais bem aproveitado. Trata-se do local onde funcionava a Escola de Preservação Padre Sacramento (Patronato). Hoje funciona em sua ala esquerda a Escola Estadual Padre Sacramento. A ala direita está ociosa. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, esse prédio, bem como a área onde ele se localiza, deverão ser cedidos à Golden Cross para que ela ali instale uma escola agrícola.

---

[9] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1, v.1, p.91-2.*

3.3.5.7 Ensino supletivo

Recentemente, foi implantado na cidade o Centro de Ensino Supletivo (CESU), em convênio com a Prefeitura. A dificuldade de compor o quadro de professores foi grande, pois as professoras do Estado perdem 5% do salário ao se integrarem ao CESU. Além disso, houve dificuldade de ordem política - indicação de candidatos não-habilitados. Observe-se que São João del-Rei tem cerca de 300 professoras de nível superior-pedagogas, inclusive - *desempregadas*.

Na implementação do CESU, a Prefeitura fornece três professores, serventes, prédio e manutenção. O Estado é responsável pelo pagamento de 12 elementos, entre professores e pessoal administrativo, material didático inicial e custos de treinamento, através da DESU/SEE-MG.

A idade mínima exigida para cursar o supletivo é de 18 anos para o 1º grau e 21 anos para o 2º grau. A inscrição se faz através de pré-teste aplicado por supervisores. Após o teste, os alunos recebem um "curriculum" individual composto em modelos. As apostilas são vendidas a preço de custo e, para aqueles que são carentes, são distribuídas gratuitamente.

No decorrer do curso, o aluno pode freqüentar a escola ou estudar em casa, devendo, em qualquer um dos casos, prestar exames avaliativos para ingressar em módulos subseqüentes. O critério básico de aprovação é a suficiência em 80% do módulo estudado.

Para consultas e acompanhamento dos alunos, os professores ficam disponíveis das 18 às 22 hs.

Visando melhorar a qualificação do quadro de funcionários, a Prefeitura está exigindo que todas as suas professoras leigas concluam o supletivo, num prazo máximo de dois anos, sob pena de serem demitidas.

3.3.6 Saúde

O setor operacional de saúde pública estadual de São João del-Rei era vinculado ao Centro Regional de Saúde de Barbacena. Em 1984 São João del-Rei transformou-se em sede de Centro Regional, abrangendo 17 municípios da microrregião Campo das Vertentes. O Centro Regional está sendo implantado neste ano.

Até a implantação desse centro, São João possuía em sua área urbana (incluindo, portanto, Santa Cruz de Minas) um centro de saúde situado na sede e uma Unidade Auxiliar de Saúde em Santa Cruz de Minas.

O Centro de Saúde foi implantado em São João em 1961. Desde essa época não renovou seu corpo de funcionários. Assim, as pessoas que se aposentavam eram transferidas ou deixavam o trabalho e não eram substituídas. O número de funcionários foi, então, sendo reduzido. Hoje o pessoal técnico e administrativo disponível não é suficiente para atender à demanda. Atualmente trabalham aí quatro médicos, mas só dois realizam consultas, já que um fica responsável por fornecimento de atestados de saúde e licenças de trabalho e outro exerce o cargo de chefia. Além desses profissionais, o centro conta com três dentistas, um farmacêutico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem e quatro auxiliares de saúde. Esses profissionais prestam serviços nas áreas de clínica médica, pediatria, pneumologia, controle de doenças infecto-contagiosas, imunização, pré-natal, abreugrafia, odontologia (quadro 3.10).

Há, ainda, um laboratório que realiza exames baciloscópicos, de fezes e urina. Quando há necessidade de outros exames, o paciente que tem direito à Previdência Social é encaminhado a um dos hospitais.

QUADRO 3.10

ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA DE SAÚDE: CORPO CLÍNICO E SERVIÇOS EXISTENTES

ÁREA URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

1984

ESTABELECIMENTO	CORPO CLÍNICO E PESSOAL AUXILIAR							SERVIÇOS EXISTENTES									
	Médico	Dentista	Farmacêutico	Enfermeira	Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Saúde	Outros	Clínica Médica	Pediatria	Ginecologia	Pneumologia	Contaminação Doenças Infecto-Contagiosas	Imunização	Pequenas Cirurgias (Curativos)	Pré-Natal	Abreugrafia	Dentário
Centro de Saúde de São João del-Rei	(1) 4	3	1	1	1	4	12	x	x	-	x	x	x	-	x	x	x
Unidade de Saúde de Santa Cruz de Minas	1	-	-	-	-	2	-	x	-	-	-	x	x	x	x	-	-
Agência Regional do INAMPS - PAM -	(2)22	(3)2	-	3	14	-	27	x	x	x	x	-	-	x	x	-	-

Fontes: Centro Regional de Saúde de São João del-Rei.
Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

(1) Somente dois médicos realizam consultas: um exerce o cargo de chefia e um é responsável por atestados de saúde e licenças de trabalho. (2) Incluem-se três médicos que exercem cargos de chefia. (3) Somente trabalham na perícia.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

O serviços de proteção à maternidade e à infância é deficiente, já que o centro não possui ginecologista. Há atendimento só de pediatria e imunização.

Com a criação do Centro Regional de Saúde, o espaço físico do Centro foi reduzido à metade. Isso porque o prédio foi dividido para dar lugar aos dois serviços.

A unidade de saúde de Santa Cruz de Minas, que também é estadual, conta com um médico e duas auxiliares de saúde, prestando serviços nas áreas de clínica médica, controle de doenças infecto-contagiosas, imunização, pequenas cirurgias (curativos) e pré-natal. Esse prédio também é pequeno, não comportando a demanda.

Além desses dois serviços estaduais, a Prefeitura Municipal dispõe de um ambulatório, com um médico, no bairro Bonfim.

São João del-Rei conta, ainda, com agências regionais do INAMPS e IPSEMG (quadro 3.10).

Os serviços públicos de saúde de São João, além de insuficientes, encontram-se todos localizados na área central da cidade. Os distritos e a periferia da cidade não dispõem de nenhum equipamento, o que obriga os clientes a longas caminhadas, já que o transporte urbano é, por seu elevado custo, pouco utilizado pela população. Há também falta de medicamentos no Centro Regional de Saúde.

As patologias prevalentes na infância mais atendidas nos serviços públicos de saúde são: diarréias, parasitoses intestinais, pneumopatias, desnutrição, sarampo e coqueluche. Segundo informações dos médicos do Centro Regional de Saúde, não há casos graves de desnutrição em São João del-Rei. Para a população em geral,

as patologias mais incidentes são: hanseníase, tuberculose e de Chagas.

A cidade dispõe, ainda, de dois hospitais particulares, que são contratados e conveniados com o INAMPS - a Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei e o Hospital Nossa Senhora das Mercês (quadro 3.11). O primeiro dispõe de 142 leitos, cem dos quais conveniados com o INAMPS e 20 com o FUNRURAL. O segundo conta com 144 leitos, 75 conveniados com o INAMPS e 15 com o FUNRURAL. Os dois hospitais prestam serviços nas áreas de pronto-socorro, clínica médica, pediatria, cirurgia, ginecologia-obstetrícia, traumatologia, radiologia, laboratório (só o Hospital Nossa Senhora das Mercês), banco de sangue, fisioterapia e CTI. Considerando-se a população de São João del-Rei em 1980, tem-se a relação de cinco leitos para cada grupo de 1 130 habitantes; somando-se a população de Santa Cruz de Minas, passa a ser de cinco leitos para cada grupo de 1 205 habitantes. A Organização Mundial de Saúde considera como padrão uma relação de cinco leitos para cada grupo de 1 000 habitantes. São João está, portanto, abaixo desse padrão.

Os dois hospitais têm enfrentado sérios problemas para se manterem, principalmente pelos atrasos no recebimento dos serviços prestados ao INAMPS.

A sede do município apresenta um problema sério de saúde pública que é a contaminação por xistosomose do córrego Água Limpa, que corta o bairro Bom Pastor. A Prefeitura e o Centro Regional de Saúde já dimensionaram o problema e há um plano da SUCAM e Secretaria Municipal de Obras para erradicá-lo. A Prefeitura não tem verba para implantar todas as ações propostas mas, junto com os técnicos do Centro de Saúde, aterrou a parte mais infestada do córrego e fez uma campanha de esclarecimento à população do bairro. Na época em que foi detectado o problema foram diagnosticados mais ou menos

QUADRO 3.11

ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES: NÚMERO DE LEITOS, CORPO CLÍNICO E SERVIÇOS EXISTENTES

ÁREA URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

1984

ESTABELECIMENTO	NÚMERO DE LEITOS PARA ATENDIMENTO				CORPO CLÍNICO E PESSOAL AUXILIAR					SERVIÇOS EXISTENTES										
	FUNRURAL	INAMPS	Outros	Total	Médico	Farmacêutico Bioquímico	Enfermeiro	Auxiliar de Enfermagem	Pessoal Técnico	Pronto Socorro	Clínica Médica	Pediatria	Cirurgia	Ginecologia-Obstetrícia	Traumatologia	Radiologia	Laboratório	Banco de Sangue	Fisioterapia	C T I
Santa Casa de Misericórdia	20	100	22	142	34	-	3	58	6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Hospital Nossa Senhora das Mercês	15	75	54	144	28	3	4	47	12	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Centro Regional de Saúde de São João del-Rei.

280 casos positivos. Esse problema preocupa muito os técnicos do Centro Regional de Saúde, pela possibilidade real de expansão desse foco para outros córregos da cidade. Há grande interesse dos profissionais de saúde e da população em solucioná-lo.

3.4 A administração municipal

3.4.1 Introdução

A estratégia adotada na elaboração do diagnóstico da administração municipal consistiu em:

- identificar os principais problemas da cidade e do município;
- identificar os órgãos públicos existentes e responsáveis pelo gerenciamento desses problemas, avaliando, em linhas gerais, o seu funcionamento;
- avaliar o papel que a Prefeitura vem desempenhando nesse processo, quer como prestadora de serviços, quer como responsável pelo estabelecimento de políticas locais integradas e complementares com as desenvolvidas pelos outros níveis de governo.

Partiu-se do pressuposto de que, sendo a Prefeitura o nível de governo mais próximo da comunidade, é para ela que fluem, primeiramente, as demandas comunitárias. Essas demandas são de vários tipos: algumas visam à melhoria da prestação de serviços e à correção da carência de equipamentos e sua melhor distribuição espacial; outras, à definição de políticas locais de desenvolvimento e o estabelecimento de negociações mais eficientes com outros níveis de governo, buscando sua inclusão em programas e projetos por eles patrocinados, etc.

Para que a Prefeitura possa atender a essas demandas é necessário que ela tenha, além de uma estru

tura organizacional adequada, recursos humanos qualificados, com competência para promover leituras mais profundas e sistematizadas da realidade local e regional e convertê-las em programas e projetos, política e economicamente palatáveis.

A força política do prefeito não é condição suficiente para o correto equacionamento dos problemas de sua cidade. Entretanto, quando essa força política se apóia em proposições técnicas bem fundamentadas e coerentes com as reais necessidades da comunidade, tem-se a possibilidade de se estabelecerem, em pé de igualdade, diálogos com instituições financiadoras, com órgãos de outros níveis de governo e com a própria comunidade. Esse diálogo, essa troca de informações, é básico para que o processo de negociação faça aflorar políticas, programas e projetos capazes de reverter situações consideradas como críticas pelas comunidades locais e de promover o aproveitamento de recursos econômicos e sociais latentes.

Essa forma de analisar o funcionamento da Prefeitura parece mais útil. Ela permite caracterizar a administração municipal e estabelecer suas possíveis falhas e disfunções no momento do confronto com a realidade que pretende administrar.

A indicação de projetos para o Programa de Cidades Intermediárias é, de certa forma, um levantamento da realidade local e regional, que busca intervir nessa realidade, sanar deficiências, apoiar estratégias de sobrevivência, melhorar a prestação de serviços públicos, incentivar atividades econômicas locais,etc. Nesse sentido, os problemas detectados, e as terapias a serem aplicadas exigirão, com certeza, uma participação efetiva da Prefeitura na elaboração dos programas e projetos, promovendo ajustamento entre os diversos órgãos participantes, abrindo sua discussão para os segmentos comunitários afe

tados, etc. Acredita-se que, durante esse processo, emergirão, com maior nitidez, os principais problemas a serem sanados na administração municipal, o que daria ao processo de modernização um sentido prático e imediato, afastando-o, dessa maneira, dos caminhos convencionais das reformas administrativas em prefeituras. Sendo, pois, um processo, neste primeiro momento estar-se-á trabalhando para caracterizar as disfunções mais evidentes, buscando fornecer subsídios para os programas e projetos a serem desenvolvidos nessa área.

3.4.2 Considerações de ordem metodológica

O tema da "crise urbana" é hoje um dos mais relevantes dentro do elenco das grandes preocupações nacionais. Sobre ela se debruçam um número cada vez maior de instituições acadêmicas, órgãos governamentais e privados, produzindo-se uma extensa literatura sobre a vida nas cidades.

Uma das vertentes desses estudos sobre a crise urbana refere-se ao problema da administração das cidades. Muitos dos estudiosos da crise apontam a questão do governo local como fundamental. É claro que o seu estudo não se esgota na análise do comportamento puro e simples de uma prefeitura. Ao se analisar o seu funcionamento, não se pode perder de vista o papel destinado ao governo local dentro do processo de distribuição de poderes definido legalmente e que determina, em última instância, as competências e responsabilidades dos três níveis de governo: o federal, o estadual e o municipal.

O tratamento constitucional dado ao município gera uma gama intensa de problemas para a administração municipal; porém, não será tratado aqui. No Programa Estadual de Pólos Microrregionais[10] esse tema é discutido

[10] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, DP-III - *Programa Estadual de Pólos Microrregionais*. Versão Preliminar. Seção 10. Belo Horizonte, 1984.

com mais profundidade e as ponderações nele feitas servem, também, de pano de fundo para muitas das preocupações deste trabalho.

Há uma concordância significativa entre os estudiosos da administração municipal quanto às principais causas do insucesso dos governos locais, que seriam:

- a centralização tributária e a decorrente escassez de recursos no governo local para enfrentar problemas urbanos cuja solução exige, cada vez mais, conhecimentos técnicos e investimentos significativos;

- a centralização excessiva de decisões nos outros níveis de governo, principalmente na União, e a presença cada vez mais efetiva desses níveis de governo na prestação direta de serviços públicos de natureza local, caracterizando um estilo de atuação que marginaliza os governos municipais;

- a fragilidade dos instrumentos legais utilizáveis pelos governos locais na gestão do solo urbano:as tentativas de reorganização do tecido urbano, de estancamento de processos degenerativos de áreas urbanas, de preservação de sítios históricos e de bens culturais, de obtenção de custos de urbanização mais adequados, de aumento da produtividade de equipamentos públicos, de controle das externalidades negativas geradas pela localização de certas atividades no espaço urbano e rural e o estabelecimento de mecanismos compensatórios para os que são obrigados a conviver com essas externalidades esbarram, na maioria das vezes, na ineficácia dos atuais instrumentos governamentais de intervenção e organização do urbano;

- a carência, nos quadros administrativos das prefeituras, de recursos humanos mais qualificados,necessários, não só para promover a melhoria do desempenho das atividades rotineiras das prefeituras mas, também, para

permitir uma leitura mais atenta dos problemas das cidades e dos municípios: a elaboração de políticas locais de desenvolvimento global e urbano, alimentada por programas e projetos implantáveis em distintos horizontais temporais, só é possível se houver, dentro da máquima administrativa municipal, técnicos aptos a lidar com complexos processos sociais e econômicos que se efetivam dentro das cidades;

- a carência, na estrutura organizacional dos governos locais, de canais institucionalizados de participação comunitária: a presença, o número, o peso, a competência, o poder a eles atribuídos na administração das cidades, definem estilos de governo, caracterizam maneiras de apreender a realidade urbana e de enfrentá-la; a essa carência aliam-se outras disfunções de ordem organizacional sempre presentes nas administrações locais.

A partir da aceitação dessas causas como responsáveis maiores pelas dificuldades enfrentadas pelos governos locais, estruturam-se os indicadores básicos que servirão de suporte para o diagnóstico da administração municipal:

a) Instrumentos normativos de gestão do solo urbano: a legislação urbanística básica

O controle de uso do solo urbano é uma atribuição do governo local, dentro das competências previstas no texto constitucional e seus desdobramentos. No entanto, nos últimos anos, a União e o Estado têm-se tornado cada vez mais presentes nessa área, como é o caso do controle da poluição industrial, do parcelamento do solo,etc. A criação das regiões metropolitanas e sua crescente institucionalização vão consolidando, gradativamente, o chamado poder "metropolitano", sustentado pelas necessidades reais de compatibilizar interesses municipais divergentes em regiões conurbadas ou em processo

de conurbação. A definição de serviços de interesse metropolitano serve de amparo legal para a consolidação desse novo tipo de governo. Apesar disso, pode-se afirmar , enfaticamente, que é, ainda, o governo local o responsável maior pelo controle e fiscalização da utilização do solo urbano .

Os principais instrumentos passíveis de serem instituídos pelos governos locais, dentro dos limites previstos pelo texto constitucional e seus desdobramentos , são: o Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento, a Lei de Parcelamento, a Lei de Perímetros, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Código Tributário, o Código de Obras e o Código de Posturas.

O Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento é o lugar adequado para o diagnóstico dos problemas básicos da cidade e do município, para formulação de diretrizes e políticas, para a definição da estratégia de desenvolvimento do município e dos programas e projetos implementadores dessa estratégia. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento, a Lei de Perímetros, o Código Tributário, o Código de Obras e o de Posturas são instrumentos implementadores que buscam, em última instância, conciliar políticas de organização da cidade com políticas de intervenção nos processos sociais e econômicos que nela se dão.

Atuando através desses instrumentos, o governo local pode, ainda, estabelecer políticas compensatórias visando suavizar os impactos negativos gerados pelas políticas maiores.

A legislação urbanística básica será analisada dentro da perspectiva de que constituem conjunto de instrumentos que beneficiam, de alguma forma, diferencialmente indivíduos, grupos,etc., que compõem a comunidade que vive na cidade e no município, não sendo, por essa razão, instrumentos neutros; pelo contrário, cortam in

teresses, viabilizam estratégias de desenvolvimento, podem aumentar a renda e fortalecer o poder de determinados grupos ou famílias e penalizar economicamente outros, podem faciliar a especulação imobiliária, etc.

Por exemplo, se se tem uma política habitacional local para populações de baixa renda, é necessário que a prefeitura tenha definido uma estratégia de organização espacial, com delimitação das áreas de "interesse social", com parcelamento especial, como lhe faculta a lei, com padrões construtivos e urbanísticos simplificados, buscando adequar o custo final do produto às possibilidades reais de pagamento da população pobre. Além disso, um política de localização de equipamento e de serviços públicos, colocando próximo a essas áreas escolas, postos de saúde, centros comunitários, etc., acompanhada de uma política de tributação socialmente mais justa, buscando compensar os setores que são obrigados a conviver com externalidades negativas são, todas elas, ações de impacto provavelmente positivo na renda familiar dos segmentos comunitários mais sensíveis aos efeitos perversos do modelo de desenvolvimento vigente. Uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, um Código Tributário, um Código de Obras, uma Lei de Parcelamento estão funcionando como instrumentos redistributivos de renda ou são mecanismos reforçadores do padrão de desigualdade gerado pelo processo de desenvolvimento? É nessa linha que se estará analisando a atuação da Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

O governo local tem uma grande parcela de responsabilidade pela organização física e social das cidades. A simples denúncia de sua impotência frente aos vetores básicos dessa organização não o isenta da obrigação de, como poder público, estabelecer estratégias locais de intervenção nesse processo. As políticas sociais e econômicas locais e a legislação urbanística básica são instrumentos importantes e, ainda, mal compreendidos pe

las administrações municipais. Além do mais, quando os recursos financeiros para investimento são escassos, diminuindo as possibilidades de políticas abrangentes de assistência e promoção social, é que a utilização dos chamados mecanismos ocultos de redistribuição de renda se faz mais importante.

b) Diferenciação organizacional com especialização funcional

A estrutura administrativa de uma prefeitura deveria ajustar-se ao tamanho da cidade e do município, à natureza dos problemas e potencialidades a serem administrados e à própria cultura política local.

Dentro da sua formatação organizacional, além dos espaços destinados ao exercício das funções tradicionais que todas as prefeituras exercem com menor ou maior eficiência - contabilidade, administração, obras e serviços urbanos, etc. -, deveria haver espaços institucionalizados para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, podem-se apontar como problemas básicos comuns à maioria das prefeituras os seguintes:

- a ausência da função planejamento, como espaço institucional legalmente constituído e ocupando lugar de realce na estrutura administrativa das prefeituras;
- a ausência de espaços institucionais efetivos para a promoção do desenvolvimento social;
- a excessiva centralização de decisões a nível do gabinete do poder executivo;
- a ausência de canais de participação comunitária.

A preocupação básica na análise da estrutura organizacional da Prefeitura estará voltada para a sua atuação: através de que estruturas; de quais espaços institucionais destinados ao desenvolvimento social (emprego, habitação, associativismo,etc.), de como a coordenação interna dos órgãos da Prefeitura vem sendo feita; e de como a Prefeitura tem coordenado a atuação dos diversos órgãos de outros níveis de governo que atuam na cidade,etc.

Todas essas preocupações se relacionam com o planejamento, com a forma de tomar as decisões. E na atual situação brasileira, planejamento tem que estar intimamente relacionado com democracia e participação, e sua função primeira deve ser o enfrentamento da questão básica das desigualdades sociais. Sua prática democratizada requer a incorporação das aspirações da comunidade nos planos e projetos e a assimilação de uma disposição real de acatar críticas, rever posições, redefinir prioridades, conviver com preferências diversas e, enfim, de abandonar a arrogância técnica de acreditar-se como dono da verdade.

c) Recursos humanos e qualificação profissional

Toda organização necessita de recursos humanos qualificados para o desempenho de suas funções.

A existência na Prefeitura de equipes técnicas com boa e diversificada formação é essencial para uma leitura mais eficiente da realidade social e econômica da cidade e dos determinantes básicos do seu crescimento.

A elaboração democrática de planos, estratégias, programas e projetos vai exigir recursos humanos que além da competência técnica estejam afinados com princípios e procedimentos que viabilizem a participação efetiva de setores diversos da comunidade, principalmente os

tradicionalmente ausentes do jogo decisório, que são as populações mais pobres.

Outro fator importante se prende à capacidade de implementação de políticas, planos, programas e projetos que é, também, dependente da qualidade dos recursos humanos disponíveis na Prefeitura. O treinamento dos recursos humanos existentes, a incorporação de novos estímulos para o seu desempenho e permanência na Prefeitura são objetivos básicos a serem atingidos, se se pretende elevar o patamar administrativo dos governos locais . Se a necessidade de recursos humanos qualificados é evidente, o perfil dos técnicos, sua especialização, sua localização na estrutura organizacional da Prefeitura são problemas cuja solução depende da complexidade da vida econômica e social da cidade e do município e das intenções de governo do prefeito. O Estado deve ter a sensibilidade de, no momento de negociações importantes para a vida do município, procurar incluir preocupações como essas no quadro de projetos em discussão, alimentando a idéia de modernização administrativa e treinamento de recursos humanos.

d) Integração e complementaridade: relações intergovernamentais

Aqui se está preocupado com o papel de coordenação a ser exercido pela administração local sobre os órgãos de outros níveis de governo prestadores de serviços na cidade e no município.

Mesmo na ambigüidade gerada pelo texto constitucional e seus desdobramentos (em termos da delimitação das competências e responsabilidades dos níveis de governo na prestação de serviços públicos), acredita-se que o governo local possa exercer com mais eficiência o seu papel de coordenação dos diferentes órgãos que atuam na cidade e no município. Isso é fundamental, pois é na pre

feitura que desaguam as reclamações da comunidade sobre a quantidade e à qualidade dos serviços públicos oferecidos, independente de sua subordinação administrativa.

Se os serviços públicos oferecidos em uma cidade fossem de responsabilidade de um único nível de governo - o local - o problema se restringiria a acertos na estrutura administrativa, à descentralização das decisões, à criação de mecanismos de participação comunitária,etc., visando facilitar o entendimento entre o prestador de serviço e a comunidade, e a melhoria da qualidade de serviço oferecido. Porém, na realidade, muitos dos serviços oferecidos na cidade são administrados por órgãos de outros níveis de governo que não o local, e com um nível de autonomia muito baixo. Isso vem provocando tensões constantes entre a comunidade e esses órgãos , pois estes não podem fornecer respostas mais rápidas às demandas que impliquem em modificações de suas rotinas de trabalho e, principalmente, na forma de atuação de instâncias de hierarquia superior localizadas fora da cidade e do município.

Os governos locais têm-se mostrado muito pouco eficientes na gestão desses conflitos. É, pois,estratégico e justo, que os governos locais participem ativamente do processo de cogestão desses serviços. Dele poderiam emergir, concretamente, propostas de descentralização administrativa, de integração de esforços dos diversos níveis de governo, caracterização de novas instâncias de decisão e uma estimulante institucionalização da participação comunitária.

A existência de espaços institucionais para tanto, mesmo que precários,e de intenções do prefeito para ações nessa linha é requisito mínimo para que a atividade de coordenação possa ser feita.

3.4.3 Diagnóstico administrativo da Prefeitura

Antes de se proceder à coleta de dados diretamente na Prefeitura, foram realizadas entrevistas com lideranças políticas locais, principalmente com membros da Câmara Municipal, funcionários da Prefeitura e moradores dos bairros caracterizados como os da população mais carente. As informações colhidas permitiram o mapeamento de investigações posteriores, direcionando a atenção para os problemas sobre cuja existência e importância a maioria dos entrevistados manifestou-se em consenso. Eles foram agrupados da seguinte maneira:

- os referentes à estrutura organizacional e aos recursos humanos da Prefeitura:
  - ausência de uma secretaria de planejamento;
  - existência de secretarias sem a correspondente força técnica - recursos humanos qualificados - e programas efetivos de atuação;
  - salários muito baixos pagos pela Prefeitura, inviabilizando a retenção e o ingresso de pessoal mais qualificado nos seus quadros administrativos;

- os referentes à prestação de serviços:
  - ausência de políticas tributárias locais socialmente mais justas;
  - ausência de ações mais efetivas por parte da Prefeitura na solução dos problemas dos bairros mais carentes;
  - ausência de instrumentos legais, instituídos por leis municipais, de controle e ordenamento do crescimento urbano.

3.4.3.1 Instrumentos normativos de gestão do solo urbano: a legislação urbanística básica

a) - O Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento

Não existe um Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento, ou algo nesse estilo, aprovado pela Câmara dos Vereadores. São João del-Rei foi contemplado com uma série de estudos básicos feitos pela Fundação João Pinheiro que, com certeza, facilitariam a elaboração desse Plano. Investimentos maiores foram feitos na parte referente ao núcleo histórico, tombado pela Patrimônio, e na de diretrizes gerais para a cidade, etc. Falta o essencial: o governo local definir a estratégia de desenvolvimento da cidade e do município, as prioridades básicas, as metas a serem alcançadas, o elenco de projetos e programas a serem implantados e que suportariam a implementação dessa estratégia.

b) - A Lei de Uso e Ocupação do Solo

Não se tem para São João del-Rei nenhum instrumento legal que defina as regras para o uso e a ocupação da cidade. O licenciamento para localização das atividades, o coeficiente de ocupação dos lotes, etc., são da estrita competência do Prefeito. Essa é uma situação facilitadora do arbítrio, do jogo de influências, das pressões de ordem política, etc. A organização da cidade, a racional utilização de seus equipamentos, a preservação da qualidade de vida urbana, a contenção de adensamentos em áreas praticamente saturadas, a promoção de adensamentos em outras onde os custos de urbanização sejam menores, a renovação urbana, a expansão urbana, etc., são metas que só serão atingidas através de ordenamentos legais e decorrentes incentivos ou penalidades de ordem econômica. Nesse sentido, a legislação urbana como um todo é peça fundamental, pois as diversas leis se reforçam, se integram, criando ganhos complementares essenciais.

c) - A Lei de Parcelamento e a de Perímetros

É a Lei nº 1.102, de 9 de setembro de 1969,que estabelece o perímetro urbano e suburbano da cidade de São João del-Rei, definindo uma área urbana de 10,60 quilômetros quadrados e uma suburbana, muito extensa, de 19,35 quilômetros quadrados. Essa nova definição, revogando a anterior, de 1962, se faz simplesmente, segundo informações colhidas na cidade, para incorporar ao perímetro urbano uma série de loteamentos que já existiam , principalmente na direção da Colônia do Marçal e Santa Cruz de Minas.

A lei que disciplina e regulamenta o uso e parcelamento do solo urbano no município de São João del-Rei é mais recente, de nº 1.839 e de 30 de novembro de 1981, e está em sintonia com a legislação federal de parcelamento - Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. A aprovação de loteamentos, que nas administrações passadas foi feita de forma indiscriminada e sem nenhum critério, está sendo feita dentro das regras previstas por essa lei, que, no entanto, não se aprofunda nas competências delegadas ao município pela lei maior, a federal, quanto à definição de áreas de interesse social para populações de baixa renda, com parcelamentos especiais e padrões de urbanização e de construção também especiais.

Em suma, são leis que representam, pelo menos, um avanço diante do vazio existente mas, por não fazerem parte de um "pacote" maior de atuação do governo, sofrem as limitações geradas por concepções estreitas, setorialmente estancadas.

d) - O Código de Obras e o de Posturas

Segundo os entrevistados, ambos os instrumentos são antigos, de 1970, desatualizados e de difícil manuseio e aplicação.

Apresentam os mesmos inconvenientes dos códigos da maioria das nossa prefeituras. Normatizam apenas sobre situações ideais, não incorporando procedimentos rotineiros que se dão dentro da cidade e do município. Ao caracterizar situações inaceitáveis do ponto de vista do conceito "ótimo", sem definir graus de aceitação temporários e sem estabelecer incentivos e penalidades caso a permanência dos procedimentos se dê além do limite definido pelos códigos, tornam-se inaplicáveis e não são seguidos. Um código de obras deve estar em perfeita sintonia com uma lei de parcelamento, com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e com o Código Tributário, funcionando todos eles como instrumentos capazes de viabilizar a implementação da estratégia de desenvolvimento do município.

O Código Tributário é analisado no capítulo"Análise Financeira do Município".

3.4.3.2 Diferenciação organizacional com especialização funcional

A Prefeitura de São João del-Rei passou por um processo de modernização administrativa recente. A Lei 1.996, de 30 de novembro de 1983, dispõe sobre a Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura, e a de nº 1.997, também de 30 de novembro de 1983, estabelece o Quadro Geral de Servidores do Município.

A Superintendência de Articulação com o Município (SUPAM), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, deu apoio e subsídio técnico à Prefeitura na elaboração dessa reforma.

No entanto são profundas as divergências encontradas entre a proposta da SUPAM, encaminhada à Prefeitura, e a efetivamente implantada (ver Anexo 6).

Ambas as propostas pecam pela ausência da função planejamento como espaço institucionalmente definido e com realce dentro da estrutura administrativa da Prefeitura. Também é importante destacar a ausência de canais formais de participação comunitária. O Conselho Municipal de Desenvolvimento, tanto o previsto como o efetivamente implantado, nada mais é que uma reunião de secretários presidida pelo prefeito.

O Organograma I foi retirado da proposta da SUPAM e o Organograma II é a estrutura vigente.

São pertinentes as seguintes ponderações sobre a estrutura organizacional em vigor:

- o elevado grau de centralização das decisões a nível do executivo;
- o número excessivo de secretarias, configurando uma estrutura pesada e muito diferenciada;
- a existência de três secretarias na área fazendária - uma situação atípica em termos de modelos organizacionais de prefeituras - configurando dificuldades na coordenação e funcionamento desse importante setor da administração;
- a ausência da função planejamento;
- a subordinação direta do DAMAE ao prefeito e o complicado relacionamento previsto entre esse órgão e a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos;
- a fragilidade, em termos de recursos humanos e espaço físico, de algumas secretarias, in

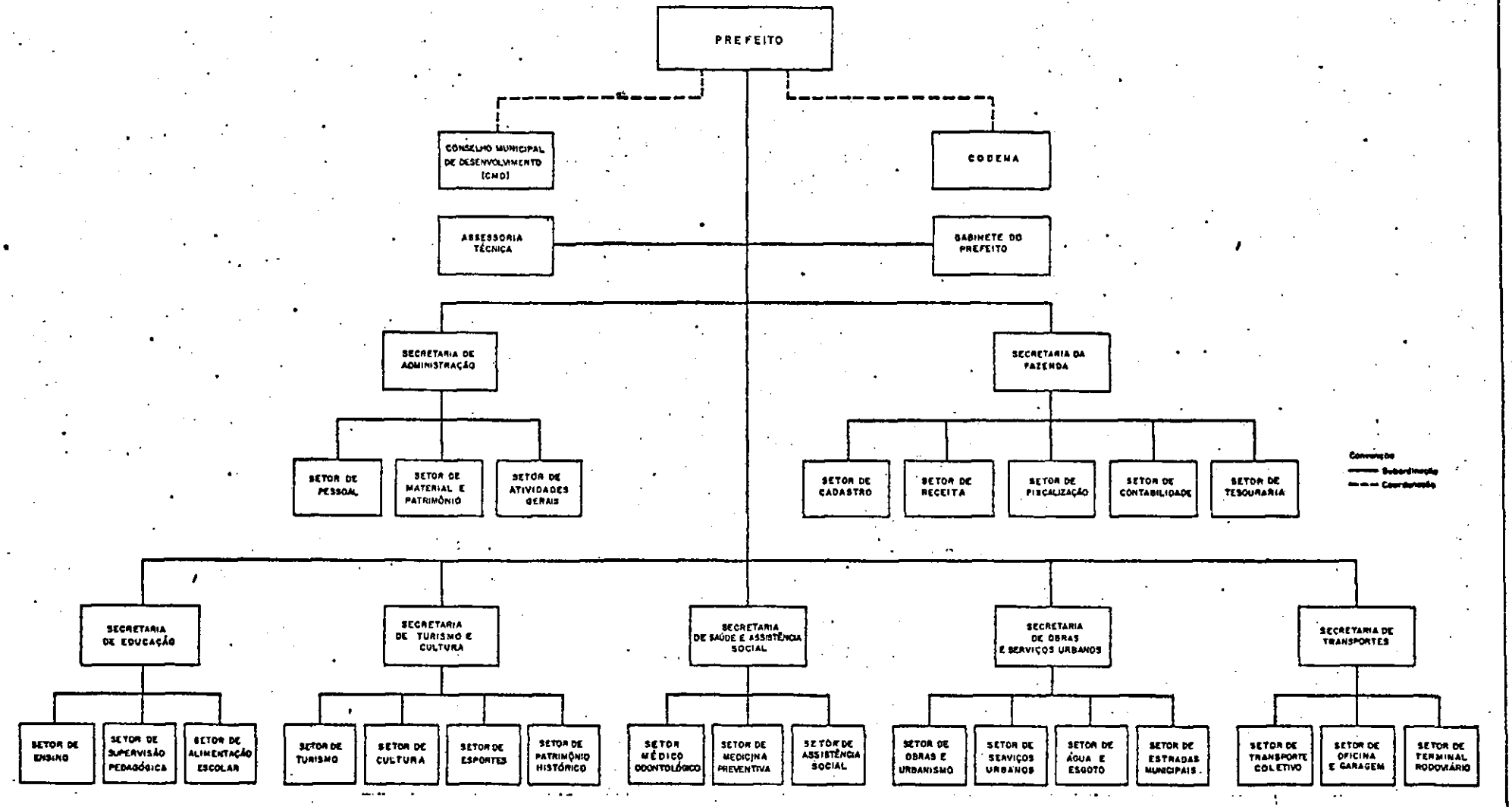
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Figura 3.1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI

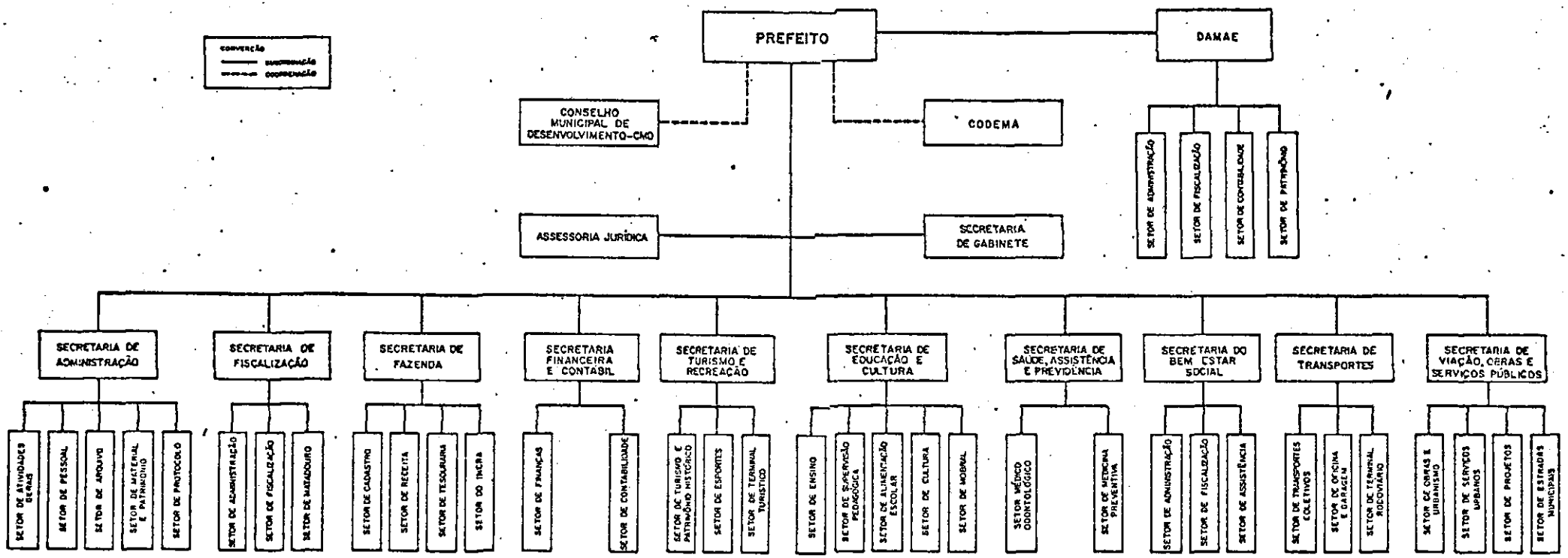
ORGANOGRAMA



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MG), Superintendência de Articulação com os Municípios (SUPAM) - Anteprojeto de lei que dispõe sobre a estrutura administrativa básica da Prefeitura de São João Del-Rei.

FIGURA 3.2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO



Fonte: São João del-Rei. Prefeitura Municipal - Lei nº 1996, de 30/11/83.

dicando um provável açodamento na sua criação: são exemplos mais destacados a Secretaria de Bem-Estar e a de Transportes, que poderiam funcionar como departamentos, subordinados a outras secretarias e, tão longo se fortalecessem e se fizessem realmente necessárias, seriam elevadas à instância administrativa de Secretaria..

3.4.3.3 Recursos humanos e qualificação profissional

A Prefeitura de São João del-Rei tem 809 funcionários, sendo 692 em regime de CLT e 117 estatutários. Os estudos do processo de gestão de pessoal no âmbito municipal alertam para o uso indiscriminado do regime de CLT na contratação de funcionários. A execução de serviços de natureza burocrática e essencialmente administrativa deve ser feita por funcionários de provimento efetivo, recrutados através de concurso público, conferindo estabilidade e continuidade aos serviços. O regime de CLT deve ser reservado para os funcionários de natureza transitória, pois os encargos sociais dele decorrentes são significativos. No caso de São João, há uma incidência muito grande de funcionários em regime de CLT, o que leva a crer que atividades administrativas rotineiras, geralmente executadas por funcionários estatutários, estão sendo exercidas por celetistas. Outro problema é que a ausência de concurso público para provimento de cargos de natureza administrativa pode facilitar a entrada de pessoas despreparadas para o exercício dessas funções burocráticas, fazendo cair a eficiência da administração. Em situações como essa, os favorecimentos de ordem política tendem a se tornar,o critério predominante para o recrutamento de pessoal, comprometendo, dessa forma, não só a eficiência da administração, como a sua própria imagem.

A estrutura salarial dos funcionários da Prefeitura caracteriza um poder mínimo de competição com outr

outros órgãos públicos e privados para incorporação e manutenção de pessoal mais capacitado nos seus quadros administrativos. A lei que estabelece o quadro geral dos servidores do Município (Anexo 7) prevê padrões remuneratórios que vão de Cr$ 57 mil ao teto máximo de Cr$268 mil. No quadro 3.12 tem-se a distribuição dos funcionários de acordo com seu nível salarial, tomando como unidade de referência o salário mínimo regional vigente em julho de 1984. É impressionante a concentração de pessoal no primeiro nível classificatório: 83,50% dos funcionários da Prefeitura ganham até um salário mínimo. Se se engloba - rem as duas primeiras categorias classificatórias, ver-se-á que 98,10% ganham até dois salários mínimos mensais.

Diante desse quadro, é lícito concluir que, mesmo numa cidade onde as oportunidades de trabalho são mínimas, a Prefeitura não terá condições de manter, dentro de seu quadro de pessoal, pessoas de melhor capacidade e desempenho.

Uma política de melhoria salarial, acoplada ao treinamento dos recursos humanos existentes, é medida urgente a ser tomada pelos que pensam em melhorar a eficiência da administração local.

A Prefeitura de São João tem em seu quadro de pessoal 34 servidores de nível superior, sendo que seis são estatutários e os restantes 28, em regime CLT. Não tem nenhum técnico de nível superior na área social, para apoiar os programas de emprego, assistência e bem-estar social, associativismo, etc. é nenhum arquiteto-urbanista. Há somente um engenheiro. Constatou-se, ainda, a necessidade de engenheiro sanitarista.

No quadro 3.13 apresenta-se a distribuição dos recursos humanos dentro da estrutura administrativa da Prefeitura. No DAMAE e na Secretaria de Obras estão lotados 577 funcionários, com apenas um engenheiro para co

or

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 3.12

NÍVEL DE REMUNERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

NÍVEL DE REMUNERAÇÃO (Cr$ 1.000)	CLT	ESTATUTÁRIO	TOTAL DE SERVIDORES	
			Número Absoluto	%
Até 1 salário mínimo (97 176,00)	609	67	676	83,5
+ de 1 até 2 salários mínimos (97 177,00 a 194 352,00)	73	45	118	14,6
+ de 2 até 3 salários mínimos (194 353,00 a 291 528,00)	7	5	12	1,5
+ de 3 até 4 salários mínimos (291 529,00 a 388 704,00)	3	-	3	0,4
+ de 4 salários mínimos (388 705,00)	-	-	-	-
TOTAL	692	117	809	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

ordenar a execução de todas as obras no município, responsável, direta ou indiretamente, pela contratação de terceiros. Todos os entrevistados indicaram essas duas áreas da Prefeitura como as mais problemáticas. A Secretaria de Bem-Estar Social tem apenas três funcionários, incluindo o secretário. Isso, por si só, já é um indicador muito forte para corroborar o argumento de que ela não tem condições, nem razões técnicas para existir como secretaria. O mesmo pode-se dizer da Secretaria de Fiscalização, que possui, além do secretário, mais oito funcionários, incluindo fiscais, datilógrafos, etc. Na Secretaria da Fazenda não há nenhum técnico de nível superior. As atribuições dessa secretaria são amplas, incluindo a assessoria ao prefeito em assuntos fazendários e na formulação da política financeira do município.

3.4.3.4 Integração e complementaridade: relações intergovernamentais

Quanto às possibilidades institucionais de o governo local, coordenar e fazer a integração dos serviços públicos oferecidos na cidade e no município por órgão de níveis mais altos de governo, pode-se afirmar que elas são mínimas. Essa integração se dá de maneira pontual, à medida que problemas mais sérios são levados ao conhecimento do prefeito pelos consumidores. A inexistência, dentro da estrutura organizacional da Prefeitura, de espaços destinados à avaliação da qualidade dos serviços oferecidos na cidade é um obstáculo definitivo não só para buscar a melhoria desses serviços, como também ao estabelecimento de políticas locais integrativas e de fórmulação de demandas mais sistematizadas a outros níveis de governo.

A discussão dos problemas comunitários mais relevantes, a definição das prioridades, etc., feitas por membros da Prefeitura, titulares dos órgãos prestadores de serviços que atuam na cidade e no município e pelos

representantes dos consumidores finais - os cidadãos -, seria o primeiro passo para que a Prefeitura pudesse iniciar um processo de avaliação dos serviços oferecidos. Nesse, as dificuldades no relacionamento entre órgãos de diferentes níveis de governo, as demandas e prioridades da comunidade seriam discutidas ampla e democraticamente fazendo emergir a natureza técnica e política dos problemas, os custos envolvidos e os recursos financeiros necessários.

Constatou-se, ainda, um distanciamento muito grande entre a Prefeitura e as comunidades mais carentes. Em nenhum dos bairros visitados encontraram-se entrevistados que, pelo menos, expressassem um relacionamento um pouco mais gratificante com o governo local. Pelo contrário, a visão oferecida é a de uma prefeitura marcada pelo desinteresse por seus problemas, movida por critérios clientelistas e eleitoreiros, injusta nos aspectos relativos à tributação e ineficiente na prestação de serviços. As únicas entidades por eles apontadas como sempre presentes na luta cotidiana dessas populações pela sobrevivência foram as assistenciais e, dentro delas, emergem com vigor as comandadas pelo padre Paiva e pelo pastor holandês do bairro do Tejuco.

Enfim, se o problema orçamentário de São João del-Rei é sério, as decisões de negociação de recursos devem ser precedidas de ampla discussão técnica e política sobre as prioridades alocativas. A discussão deve ser democrática e a participação dos setores mais pobres da comunidade deve ser incentivada e assegurada.

O atual plano de obras do prefeito, encaminhado ao governador, está bem distante das necessidades reais da maioria dos segmentos comunitários, principalmente os de menor poder aquisitivo.

QUADRO 3.13

LOCALIZAÇÃO DE PESSOAL NA ESTRUTURA DA PREFEITURA, REGIME JURÍDICO E NÍVEL EDUCACIONAL

JULHO/1980

ÓRGÃO	CLT		ESTATUTÁRIO		TOTAL GERAL
	Superior	Outros	Superior	Outros	
Secretaria da Câmara	1	2	-	2	5
Secretaria do Gabinete	1	-	-	1	2
Secretaria da Administração	5	37	1	10	53
Secretaria da Fazenda	-	14	-	6	20
Secretaria de Fiscalização	1	8	-	8	17
Secretaria de Finanças e Contabilidade	5	4	2	3	14
Secretaria de Turismo	2	6	-	-	8
Secretaria de Educação	4	34	1	38	77
Secretaria de Saúde	2	12	-	-	14
Secretaria de Bem-Estar Social	-	3	-	-	3
Secretaria de Transporte	1	12	-	3	16
Secretaria de Obras	1	457	1	6	465
Assessoria Jurídica	2	-	-1	-	113
D.A.M.A.E.	3	109	-	-	112
TOTAL	28	698	6	77	809

Fonte: Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

3.4.4 Análise da situação financeira da Prefeitura

3.4.4.1 A filosofia da tributação

O Código Tributário do Município de São João del-Rei foi instituído pela Lei nº 1.179, de 15 de outubro de 1979. É extenso, de uso complexo e não está apoiado em instrumentos eficientes, pois sua base cadastral está totalmente desatualizada.[11]

Através da análise do comportamento tributário da Prefeitura chega-se a uma conclusão, que será discutida ao longo deste item. Vigora em São João del- Rei uma exarcebada injustiça tributária, convivendo com uma declinante arrecadação de tributos por parte da administração local. Nesse sentido, identifica-se o processo de tributação local como reforçador das desigualdades sociais, trazendo para as populações de menor poder aquisitivo (justamente as mais afetadas pelas medidas de ordem econômica que sustentam a atual política nacional de luta contra a inflação) encargos tributários relativamente pesados. Ao lado disso, observa-se uma queda expressiva da receita orçamentária do município inviabilizando a possibilidade real de investimentos.

Em São João del-Rei é evidente que a população mais carente e que reside nos bairros periféricos à área

---

[11] *Foi aprovado, pela Lei nº 1.979, de 25 de outubro de 1983, um novo código tributário para São João del-Rei que irá vigorar, segundo determinação da Lei 2.012, de 26 de dezembro de 1983, a partir de 1º de janeiro de 1985. Esse novo código é uma versão simplificada e melhorada do antigo, não tendo sido feitos investimentos maiores na reformulação de seus instrumentos técnicos básicos: a Planta Cadastral e a Planta Genérica de Valores. Por essa razão, a análise aqui representada refere-se ao código em vigor, ainda que as principais ponderações feitas sobre ele sirvam também para o novo código que irá entrar em vigor em janeiro de 1985.*

central é hipertaxada pela administração local. O indicador mais contudente e mais fácil de ser percebido é a cobrança pelo serviço de água e esgotos oferecido pela Prefeitura. A ausência de hidrômetros para a medição de consumo individual de água não justifica a adoção de um instrumento tão arbitrário como o existente: a cobrança de Taxa Única de Água e Esgoto no valor de Cr$ 1 mil e 300 por consumo mensal. Desse modo, tanto os hotéis de luxo e as residências nas áreas nobres da cidade, inclusive com piscinas, quanto os barrações situados nos bairros mais pobres, pagam o mesmo valor. O Imposto Predial e Territorial Urbano apresenta, também, sérias distorções. Com base em entrevistas de lideranças políticas locais, com membros da administração municipal e através de consultas à área fazendária da Prefeitura, constatou-se que o valor venal dos imóveis cadastrados não representa nem 30% do seu valor real. Algumas residências tomadas como referência - situadas em zonas nobres da cidade, com padrão de edificação tipo A, área construída significativa, e podendo ser classificadas entre as melhores da cidade - pagavam, em média, Cr$ 8 mil de IPTU por ano. Na pesquisa direta com a população mais pobre da cidade, constatou-se um pagamento médio de tributos da ordem de Cr$ 5 mil (isso inclui o IPTU, cobrança da dívida ativa, taxas de aforamento, etc.). No que se refere somente ao Imposto Predial, o código vigente estipula como o mínimo exigível desse imposto o valor correspondente a 1,5% do salário mínimo regional, por ano. Verifica-se, pois, um patamar inicial de cobrança de Cr$ 1.467,64, que, em relação ao imposto pago pela população mais rica, é muito alto.

Quando se tem no cenário nacional um tema de consenso maior como a reforma tributária e a modificação do padrão de tratamento dispensado pela União aos estados e, principalmente, aos municípios, é importante que as administrações locais passem a refletir sobre o tratamento dispensado por elas aos seus cidadãos. Se é voz c

corrente que a política econômica nacional, definida pela União, é a responsável maior pelos desconfórtos por que hoje passam as populações da maioria de nossos municípios, os governos locais, ao agirem de tal forma, estão aumentando o desconforto para os setores de menor poder aquisitivo, reforçando, assim, as desigualdades sociais.

3.4.4.2 Receita orçamentária e administração tributária

A receita orçamentária arrecadada pela Prefeitura de São João del-Rei apresenta uma queda real acentuada ao longo do período em estudo (1978 a 1983). Os dados básicos utilizados nesta análise estão no quadro 3.14 e mostram que entre 1978 e 1979 houve uma queda de 12,02%, um crescimento de 0,80% no período 1979/80 e de 2,57% entre 1980 e 81, voltando a apresentar novas quedas, de 1,92% e 24,54%, nos dois últimos anos; em todo o período, observa-se uma taxa média real negativa de 7,61%. Ao longo desse mesmo período, as transferências correntes caíram a uma taxa de 5,67% e a receita tributária decresceu de 17,52%. Esses dados indicam sérios problemas na máquina arrecadadora municipal, hipótese essa que se confirma com a análise do comportamento da transferência do ICM - importante indicador para caracterizar a situação da economia do município. Essa transferência tem, ao longo do período, uma taxa média real de crescimento negativa de 6,28%, enquanto que a da Receita Tributária é muito superior, de 17,52%.

A análise quantitativa da arrecadação do IPTU, geralmente o imposto mais representativo dentro do elenco de tributos de competência local, indica problemas graves no sistema fazendário da Prefeitura. Durante o período analisado, de 1978 a 1983, o IPTU apresentou uma queda real de arrecadação, de exercício para exercício, com exceção do de 1980/1981. No período de 1978/1979, essa queda foi de 14,76% e em 1979/1980, de 5,64%. Em

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 3.14

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA

SÃO JOÃO DEL-REI

1978-1983

(Em Cr$ 1.000)

EXERCÍCIO / ITEM	1978		1979		1980		1981		1982		1983	
	Nominal	Corrigido	Nominal	Corrigido	Nominal	Corrigido	Nominal	Corrigido	Nominal	Corrigido	Nominal	Corrigido
RECEITAS CORRENTES	26 745	1 390 824	39 634	1 339 053	81 118	1 368 702	167 225	1 344 285	298 685	1 228 530	573 181	926 221
Receita Tributária	5 852	304 337	8 056	272 175	14 188	239 393	25 182	202 432	43 266	177 958	71 883	116 158
IPTU	1 660	86 329	2 178	73 584	4 115	69 432	8 756	70 387	15 756	64 806	23 270	37 602
ISS	406	21 114	548	18 514	1 005	16 957	5 046	40 563	6 666	27 418	6 400	10 341
Taxas/Exercício de Poder de Polícia	398	20 698	544	18 379	988	16 670	1 288	10 353	2 129	8 756	4 194	6 777
Taxa/Prestação de Serviços	3 354	174 427	4 738	160 075	7 925	133 718	9 976	80 194	18 623	76 598	37 163	60 052
Contribuição de Melhoria	34	1 768	48	1 621	155	2 615	116	932	92	378	856	1 383
Correção Incidente Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	137	7 124	226	7 703	1 194	20 146	5 496	44 181	4 260	17 521	2 122	3 429
Receitas Imobiliárias	45	2 340	224	7 567	1 174	19 808	952	7 562	2 097	8 625	1 274	2 058
Receitas de Valores Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	565
Participações e Dividendos	92	4 784	4	135	20	337	85	683	2 163	8 896	79	127
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	4 459	35 844	-	-	419	677
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	786	3 332	5 508	8 900
Transferências Correntes	18 402	957 010	28 081	948 730	60 704	1 024 257	126 450	1 016 504	233 786	961 592	442 338	714 788
Participação/Tributos Federais	5 023	261 224	8 854	299 136	19 142	322 982	28 790	231 436	56 714	233 272	131 003	211 692
FPM	4 841	251 759	8 209	277 345	17 601	296 981	26 951	216 653	51 648	212 435	124 822	201 703
FRN/IULCGL	-	-	543	18 345	857	14 460	973	7 821	1 670	6 868	2 679	4 329
IUM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	182	9 465	102	3 446	684	11 541	866	6 961	3 396	13 968	3 502	5 659
Participações/Tributos Estaduais (ICM)	13 379	695 785	19 227	649 593	41 562	701 274	97 660	785 067	177 072	728 320	311 335	503 096
Outras Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DIVERSAS	2 354	122 421	3 269	110 444	5 032	84 904	10 097	81 167	16 587	68 224	51 330	82 945
Cobrança da Dívida Ativa	432	22 466	666	22 501	1 113	18 779	2 081	16 728	2 932	12 059	7 480	12 087
Outras Receitas Diversas	1 922	99 955	2 603	87 943	3 919	66 125	8 016	64 438	13 655	56 164	43 850	70 858
RECEITAS DE CAPITAL	6 453	335 593	5 325	179 907	9 625	162 402	28 135	226 171	75 792	311 742	146 055	236 015
Operações de Crédito	1 600	83 209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	769	39 992	86	2 905	-	-	132	1 061	18 563	76 269	9 110	14 721
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	4 084	212 391	5 239	177 002	9 625	162 402	28 003	225 110	57 249	235 472	136 945	221 293
Participações/Tributos Federais	4 084	212 391	5 239	177 002	9 625	162 402	28 003	225 110	57 249	235 472	136 945	221 293
FPM	2 075	107 911	3 518	118 857	6 862	115 782	25 466	204 715	51 648	212 435	124 823	201 705
FRN/IULCGL	1 322	68 751	543	18 345	857	14 460	973	7 821	1 670	6 868	2 679	4 329
IUM	451	23 454	778	26 285	1 381	23 301	1 232	9 903	3 532	14 527	8 805	14 228
Outros	236	12 273	400	13 514	525	8 858	332	2 668	399	1 641	638	1 030
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	33 198	1 726 487	44 959	1 518 961	90 743	1 531 105	195 360	1 570 456	374 477	1 540 273	719 236	1 162 236

Fonte: Prefeitura Municipal de São João del-Rei, Secretaria Financeira e Contábil.

Obs.: Valores a preços constantes de dezembro de 1983, corrigidos pelo índice "Disponibilidade Interna" Coluna 2, da Fundação Getúlio Vargas (CONJUNTURA; análise da atualidade econômica). Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 1947- .).

1980/1981, mostrou a única taxa de crescimento real positiva no período, de 1,38%, voltando novamente, nos dois últimos anos a apresentar quedas de 7,93% e de 41,98% (a maior de todo o período), respectivamente. De 1978 a 1983 a taxa média real, de 15,31%, foi negativa.

Da mesma forma no que se refere ao ISS, levando se em consideração que São João del-Rei é uma cidade em cuja economia a participação do setor de prestação de serviços é relevante, a arrecadação desse imposto apresenta, no período estudado, uma taxa média de crescimento negativo de 13,30%. Ao se compararem as taxas de exercício para exercício, verificam-se variações significativas. A menor queda encontrada foi no ano de 1979/1980 (8,41%) e a maior, no de 1982/1983 (62,28%). O ano de 1980/1981 apresenta uma situação anômala de crescimento real de 139,21% (Ver cálculo das taxa no anexo 8).[12]

A comparação de São João del-Rei com algumas cidades contempladas no Programa de Pólos Microrregionais reforçam algumas considerações já feitas e acentuam a gravidade de situação da administração local no exercício de suas competências tributárias (quadro 3.15).

Com base nesses indicadores pode -se argumentar que São João del-Rei apresenta uma estrutura arrecadadora local pouco eficiente. Tem uma receita tributária arrecadada, "per capita", pouco maior que a de Januária e menor que a de Paracatu, ambas cidades situadas em regiões deprimidas e com economias urbanas bem menos desenvolvidas do que a de São João del-Rei. No caso de Paracatu, essa distância seria ainda maior se se retirasse da receita tributária de São João a parte proveniente da ar

---

[12] *Algumas informações fornecidas pela Prefeitura, sobre o fechamento de alguns itens da receita orçamentária, apresentaram problemas, que foram, no entanto, contornados e não afetam a análise.*

recadação pela prestação dos serviços de água e esgoto , que não entram na composição da receita tributária de Paracatu, onde esses serviços são administrados pela Copasa. Ao se compararem os recursos gerados pela arrecadação do IPTU e do ISS, fica ainda mais evidente a gravidade do mau funcionamento da máquina arrecadadora da Prefeitura de São João del-Rei. A cidade tem o menor IPTU "per capita" e o menor ISS "per capita" entre as analisadas. É importante frisar, mais uma vez, que a economia urbana de São João del-Rei é muito mais densa e complexa do que as das cidades de Januária e Paracatu, caracterizando uma base tributária urbana de muito maior peso.

Quando comparada com a cidade de Caxambu, cidade com vocação turística igualmente acentuada, tem-se um quadro ainda mais desfavorável para São João del-Rei. O IPTU "per capita" de São João del-Rei é quase a metade do de Caxambu. O seu ISS "per capita" apresenta um quadro ainda mais desolador: é quase 17 vezes menor do que o desta cidade.

3.4.4.3 Algumas considerações sobre a dependência financeira do Município

O exercício pouco eficiente de sua competência arrecadadora vai colocar a administração municipal cada vez mais dependente dos recursos transferidos pelos outros níveis de governo. Em realidade, ao lado da excessiva centralização tributária, o Estado e a União têm procurado aperfeiçoar suas respectivas máquinas arrecadadoras e, mesmo em situação de crise econômica, com seus impactos negativos na área produtiva, a evolução dos impostos que incidem na produção tem apresentado decréscimos muito menores do que os apresentados na análise da evolução das receitas arrecadadas de competência municipal. Mesmo levando-se em conta a baixa autonomia do município quanto à administração do ISS - as alíquotas

QUADRO 3.15

INDICADORES DE COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO

(Em cruzeiros)

CIDADE	R.O.A.P.C.(1)	R.T.A.P.C.(2)	IPTU A. P. C. (3)	ISS A. P.C.(4)
Sete Lagoas	2 116,00	421,00	91,00	81,00
Paracatu	1 281,00	594,00	125,00	67,00
Januária	630,00	258,00	86,00	23,00
Caxambu	2 068,00	556,00	148,00	303,00
São João del-Rei	1 402,00	275,00	77,00	19,00

Fonte: Prefeituras Municipais.

(1) Receita Orçamentária Arrecadada "per capita".

(2) Receita Tributária Arrecadada "per capita".

(3) Imposto Predial e Territorial Urbano Arrecadado "per capita".

(4) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Arrecadado "per capita".

máximas são fixadas pela União[13] -, é evidente a inefi ciência das administrações locais. Isso, inclusive, tem alguns estudiosos da administração municipal a propor que os tributos, hoje sob a competência do governo local, passem a ser arrecadados pela União e pelos estados e de volvidos, em forma de transferência direta, às prefeitu ras. Ao creditarem o reduzido esforço fiscal dos munici pios à proximidade do governo local com os grupos econo micamente mais fortes, geralmente mais organizados e qua se sempre presentes na própria administração, a tese da distância e da conseqüente impessoalidade do tratamento dispensado pela União e estados aos contribuintes ganha corpo e adesões. Na verdade, o exercício da competência municipal na área tributária significa sempre um alto custo político e que se não for acompanhado de um efi ciente programa de alocação de investimentos públicos , caracterizando ganhos individuais para segmentos expres sivos da população, produzirá um retorno partidário, pro vavelmente, negativo. Contrapõe-se aqui à posição que advoga a centralização arrecadadora o seguinte argumen to: seria necessário que o poder central estabelecesse também mecanismos que induzissem a eficiência alocativa das administrações municipais, carimbando os recursos transferidos e marginalizando cada vez mais os governos locais, correndo o risco de tratá-los de forma homogênea, inviabilizando soluções emergenciais para problemas espe cíficos e diferenciados. Além do mais, os governos lo cais estariam sendo distanciados de leituras mais cor

---

[13] *Existe divergência quanto aos aspectos legais dessa questão. O artigo 9º do Ato Complementar número 34, de 31 de janeiro de 1967 define a União como o poder compe tente para fixar as alíquotas máximas para a taxação do ISS, limitando, dessa forma, a competência do Município. No entanto, existe jurisprudência que devolve ao Municí pio essa competência, apelando para a inconstitucionali dade desse ato complementar, já que a competência munici pal é definida pela Constituição. O procedimento usual das prefeituras é trabalhar dentro dos limites previstos pela União até que esses aspectos legais sejam definiti vamente esclarecidos, evitando penosas e demoradas pen dências judiciais com os contribuintes.*

retas de processos sociais e econômicos nos quais a tributação incide, visando corrigir distorções, estimular potencialidades, etc. Acredita-se ser mais frutuoso apoiar os municípios na tentativa de levá-los a patamares maiores de eficiência no exercício de suas competências tributárias do que centralizar a arrecadação com descentralização de recursos.

A análise da evolução da participação das receitas transferidas nas receitas totais do Município de São João del-Rei corrobora uma vez mais a ineficiência da área fazendária da Prefeitura. No período 1979-1983, o montante da participação das receitas transferidas. na composição da sua receita orçamentária foi crescente, na seguinte proporção: em 1978, de 67,73%; em 1979, de 74,11%; em 1980, de 77,50%; em 1981, de 79,06%; em 1982, de 77,72%; e em 1983, de 80,54%. A taxa média de participação, no período, é de 80,54%, índice excessivamente alto para uma cidade do nível econômico de São João del- Rei (cálculo das taxas no anexo 8).

3.4.4.4 Algumas considerações sobre a capacidade de investimento

Ao se trabalhar com os anos de 1981, 1982 e 1983, para os quais havia informações disponíveis, constatou-se uma queda assustadora da capacidade de investimento da Prefeitura (quadro 3.16).

A queda real da poupança líquida para investimentos (tomando como base valores a preços de dezembro de 1983, calculados pelo Índice de Disponibilidade Interna-Coluna II, da Fundação Getúlio Vargas) é vertiginosa. Para investir hoje o mesmo de que dispunha em 1981, a Prefeitura precisaria de cerca de Cr$ 785 milhões de poupança líquida. Em dezembro de 1983, a Prefeitura dispunha de apenas Cr$ 91 milhões. Entre 1981 e 1982, a queda real da poupança líquida para investimento foi de 61,66%,

e

QUADRO 3.16

POUPANÇA LÍQUIDA PARA INVESTIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

1981-83

(Cr$ 1.000,00)

ANO	RC(1) (A)	OP(2) (B)	PC(3) (C) = (A - B)	RTC(4) (D)	PB(5) (E) = (C + D)	TC(6) (F)	PLI(7) (G) = (E - F)	IR(8) (H)	SL(9) (I) = (G - H)
1981	167 225	94 216	73 009	28 003	101 012	3 357	97 655	60 701	36 954
1982	298 685	262 683	36 002	57 249	83 431	10 122	73 309	134 462	-61 653
1983	573 181	595 476	-22 295	136 945	114 650	23 292	91 358	77 732	13 626

Fonte: Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

(1) Receitas Correntes.
(2) Despesas Correntes.
(3) Poupança Corrente.
(4) Receitas de Transferência de Capital.
(5) Poupança Bruta.
(6) Transferências de Capital.
(7) Poupança Líquida para Investimento.
(8) Investimento Realizado.
(9) Saldo Líquido.

e de 1982 para 1983, de 69,77%. A taxa média real no período é negativa e de 65,95%.

3.4.5 Conclusões

É necessário investir vigorosamente na modernização da Prefeitura visando aumentar sua capacidade de gerenciamento das receitas de sua competência.

A administração do IPTU é, reconhecidamente, um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos governos locais.

Atualmente, São João del-Rei está incluída no Projeto CIATA, e a elaboração dos instrumentos básicos necessários - a Planta Cadastral da Cidade e a Planta Genérica de Valores - já está bem adiantada. Daqui para frente, os problemas se avolumarão. A definição da Planta Genérica de Valores e a fixação das alíquotas para o IPTU deveriam ser democraticamente discutidas, não só pelos membros da administração, como também com a Câmara de Vereadores e outros segmentos comunitários relevantes.

Da forma como o Projeto CIATA tem trabalhado - um verdadeiro quisto técnico dentro da Prefeitura - os resultados serão sempre pouco compensadores. Ao tradicional aumento da arrecadação tributária, conseguido geralmente no primeiro ano de implantação, sucedem taxas de crescimento pouco significativas, quedas reais que podem ser creditadas às dificuldades naturais na implementação do Código e a sua contaminação política, na medida em que seus principais instrumentos podem ser acionados apenas pelo Poder Executivo.

Ao lado disso, os investimentos feitos no momento do cadastramento da cidade não contemplam informa

ções de caráter social, que seriam fundamentais para o planejamento dos investimentos municipais.

Enfim, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, com uma capacidade líquida de investimento em 1983 de Cr$ 91 milhões, não tem condição alguma de resolver os problemas que hoje afligem sua população, na área de saneamento básico, infra-estrutura viária, equipamentos sociais, etc.

4 A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

4.1 Caracterização dos bairros de população de baixa renda

4.1.1 Definição da área de pesquisa

A área objeto de nosso interesse envolve, de maneira geral, todo o centro histórico, embora haja uma concentração na porção situada na margem esquerda do Córrego do Lenheiro.

De acordo com o mapeamento de padrões habitacionais[1], selecionaram-se os bairros objeto da pesquisa sócio-econômica. São eles: São José Operário/Vila São Bento; Barro Preto/Tejuco/Gameleira/Águas Férreas/Águas Gerais; Senhor dos Montes/Alto das Mercês; Araçá/Dom Bosco/Bela Vista/São Geraldo; e Santa Cruz de Minas, localidade esta pertencente ao município vizinho de Tiradentes, porém conurbada a São João del-Rei.

O quadro 4.1 indica a proporção de subabitações[2], número de domícilios e porcentagem destes em relação ao total de pobres e volume da população dessas áreas, em 1980 (mapa 4.1).

---

[1] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982. v.2, p.105.*

[2] *Este tipo de habitação foi considerado como indicador para a seleção de bairros de população de baixa-renda.*

QUADRO 4.1

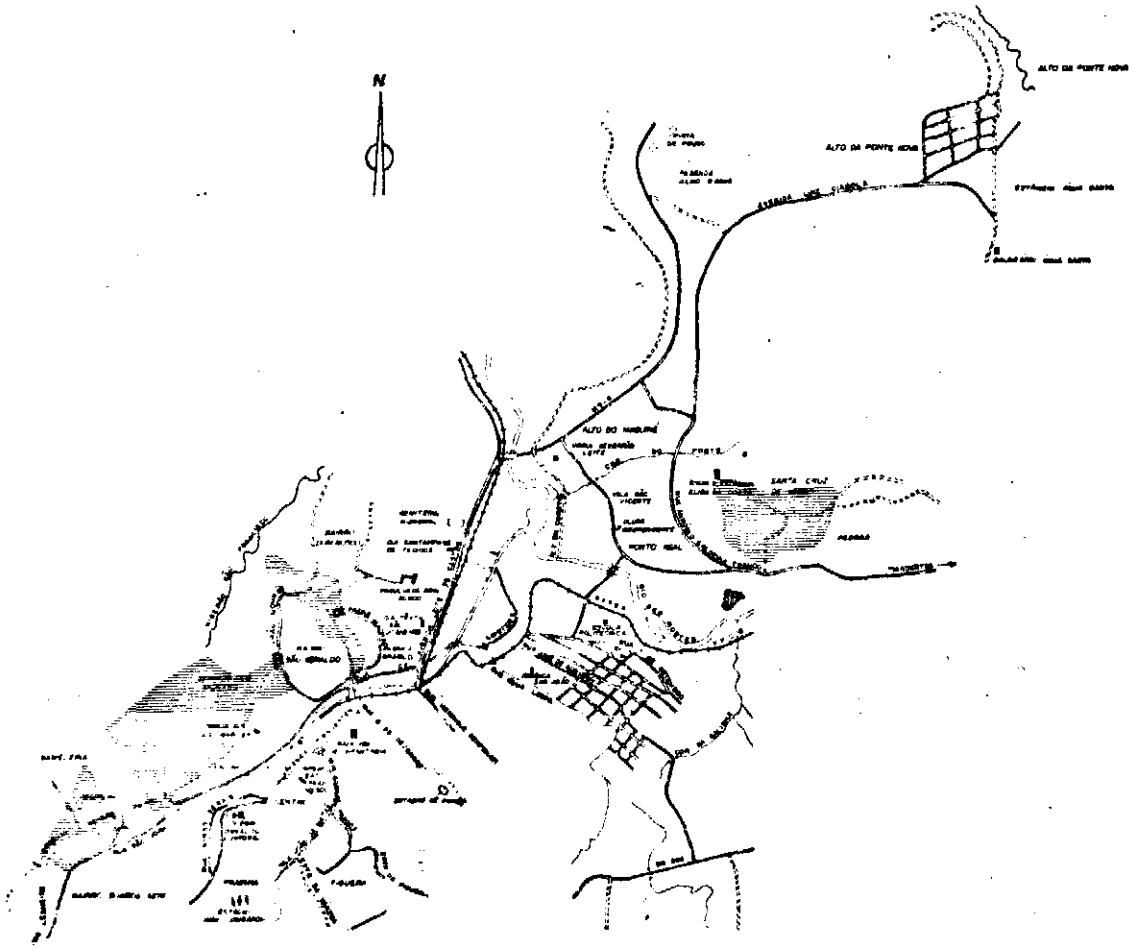
CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

SÃO JOÃO DEL-REI

1980

BAIRROS	% DE SUBABITAÇÕES	NÚMERO DE DOMICÍLIOS EM 1980	% DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POBRES	POPULAÇÃO EM 1980	% DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE POBRES
São José Operário/Vila São Bento	100,0	244	10,54	1 153	10,58
Barro Preto	90,0	204	8,82	945	8,67
Tejuco	100,0	193	8,34	875	8,03
Gameleiras/Águas Férreas/Águas Gerais	100,0	230	9,94	1 046	9,60
Senhor dos Montes/Alto das Mercês	90,0	337	14,56	1 668	15,30
Bela Vista/São Geraldo	100,0	384	16,59	1 826	16,75
Araçá	70,0	187	8,08	891	8,17
Dom Bosco	10,0	32	1,38	156	0,26
COHAB	15,0	31	1,34	153	0,26
Santa Cruz de Minas	60,0	472	10,20	2 188	10,04
SUB-TOTAL		2 514		10 901	
SÃO JOÃO DEL-REI		11 743		55 297	

Fontes: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro-Campo das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del Rei. Belo Horizonte, 1982. v.2,p.105.
IBGE: Censo demográfico-famílias e domicílios, Minas Gerais, 1980; Censo demográfico-dados distritais: Minas Gerais, 1980.
IBGE: Descrição do perímetro do setor censitário e população por setores censitários - dados não publicados.



DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL- REI

Localização dos bairros de baixa renda

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - setembro / 84

ESCALA: 1 : 20.000 | SETOR DE DESENHO | MAPA 4.1

4.1.2 Características físico-espaciais

Do ponto de vista físico-espacial, o elemento condicionador da ocupação é a topografia acidentada e francamente desfavorável ao assentamento humano.

Os bairros pobres desenvolvem-se numa seqüência relativamente paralela ao curso do Córrego do Lenheiro, desde as suas cabeceiras até a confluência com o Ribeirão da Água Limpa, seqüência só interrompida pelas variações mais fortes do relevo. Quando a topografia permite, o assentamento expande-se no sentido ortogonal a esse eixo dominante: forma-se, assim, "pontas" de bairros, em geral ao longo de pequenos vales (como o do Córrego Gameleira) ou de grotas.

Entre os limites externos dos bairros e o vale principal (do Lenheiro) não é grande a distância a ser vencida: em geral, não ultrapassa 600 metros, com exceção das imediações do morro do Cristo Redentor. Aí, a alta declividade obrigou a uma ocupação periférica do morro, deixando o miolo vazio.

Apesar dessa proximidade física, o acesso direto à área central - onde se localiza a maior parte do comércio, dos serviços e locais de trabalho - é bastante dificultado pela topografia. Poucos são os bairros que possuem vias de ligação com o centro: estas, em geral, avançam até as cotas intermediárias, e a partir daí transformam-se em trilhas ou "picadas".

A ausência de acessos adequados explica ainda o baixo atendimento a esses bairros pelas linhas de transportes coletivos e pelo serviço de limpeza pública ou mesmo a impossibilidade de tráfego de qualquer veículo motorizado no interior das áreas.

A precariedade que se verifica em relação às vias de ligação centro-bairro agrava-se quando se observa o sistema viário local. Poucos são os bairros com arruamento definido. Nessa situação, registram-se o Tejuco, São José Operário e Santa Cruz de Minas (no município de Tiradentes e conurbado com São João del-Rei). Nos demais, o sistema de vias locais, "stricto sensu", não existe: das ruas de acesso - interrompidas, à meia encosta - partem as vielas, becos, trilhas e "picadas", como pode ser constatado na Gameleira, Alto das Mercês, Araçá e parte do Senhor dos Montes e Barro Preto. Nesses bairros é baixo o índice de pavimentação das vias, como pode ser visto no quadro 4.2.

A inexistência de arruamento definido induz à ausência de parcelamento regular dos terrenos, caracterizando, sob esse ponto de vista, uma ocupação do tipo favelada: os lotes e as casas dispõem-se de maneira aleatória, demarcando, informalmente, os caminhos. Há falta de serviços públicos gerais, em especial o de esgotos sanitários, drenagem pluvial, pavimentação e iluminação pública em vários locais.

Em todos os bairros visitados predomina a prática do aforamento pela população de baixa renda como mecanismo de acesso ao terreno.

O aforamento - procedimento jurídico largamente utilizado em cidades onde a Prefeitura dispõe de terrenos - constitui prática antiga em São João del-Rei. Recentemente foi regulado pela Lei nº 2 044 de 16/05/84 e regulamentado pelo Decreto nº 1 343 de 07/06/84, incorporando condições mais rígidas para sua efetivação.

O procedimento a ser seguido para o aforamento de lotes em São João del-Rei pode ser resumido da seguinte forma: inicialmente o interessado deve solicitar à Prefeitura concessão de uso de terreno público para

QUADRO 4.2

SITUAÇÃO ATUAL DE PAVIMENTAÇÃO VIAS NOS BAIRROS VISITADOS(1)
SÃO JOÃO DEL-REI
1984

BAIRRO	NOME DA VIA	FUNÇÃO	TIPO DE PAVIMENTO		% VIAS PAVIMENTADAS NO BAIRRO
			Asfalto	Blocret	
Barro Preto/ São José Operário	R.São José/R.Mario Mazzoni	Acesso		X	70,0
	R. 4	local		X	
	R. 5	local		X	
	Acesso ao Trevo	coletora	X		
Tejuco/Gameleira	R.General Ozório	Acesso	X		80,0
	R.Rossino Bacarini(2)	Acesso	X		
	R.Santo Antônio	acesso	X		
	R.M.Batista	local	X		
	R.Fernando Caldas	local	X		
	R.Coração de Jesus	local	X		
	R. Jehudel Torga	local	X		
	R.Alfonsina Alvarenga/R.Inácio Alvarenga(3)	acesso(4)	X		
	Travessas 1, 2 e 3	locais	X		
Alto das Mercês	Travessa do Laje	local	X		20,0
	R.Homem de Almeida	local	X		
	Ladeira das Mercês(5)	acesso(6)	X		
Senhor dos Montes	R.João Magalhães e sua continuação além Praça Sr. dos Montes	acesso	X		30,0
	Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7	locais	X		
	Acesso ao Cristo Redentor	local	X		
	R. Emílio Viegas	local	X		
Araçá	Ruas 1, 2, 3 e 7	locais	X		20,0
	Rua Rodrigues Melo/R. 6/R.3	acesso(7)	X		
Dom Bosco	R. 4	local	X		10,0
	R. Maestro Perciliano/R_1/R_5	acesso	X		
	R. Bento Ernesto	local	X		

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III).

(1) Estimativa de cobertura elaborada a partir da figura 47, do Circuito do Ouro - Campos das Vertentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982. v. 2, p. 106) e da Planta Cadastral da cidade (SÃO JOÃO DEL-REI, Prefeitura Municipal . Planta cadastral da cidade de São João del-Rei. /São João del-Rei/ 1968. Escala: 1:5.000).
(2) Pavimentada até a Rua Jehudel Torga.
(3) Acesso ao Alto das Mercês.
(4) Pavimentada até a Rua do Ouro.
(5) Pavimentada somente a 1a. quadra.
(6) Acesso ao Senhor dos Montes.
(7) Pavimentada até a Rua 4.

fins residenciais, que quando deferida, será acompanhada pelo Título de Aforamento. De posse desse documento, o foreiro deverá, em prazo máximo de 60 dias, apresentar projeto de construção e, após dois anos, ter iniciado as obras. Somente após esse período, e nessas condições, poderá o foreiro solicitar à Prefeitura a alienação remunerada do terreno, cujo valor será estudado, bem como a modalidade de pagamento.

Algumas restrições incidem nesse processo. A primeira delas diz respeito à situação sócio-econômica do interessado, que deverá ser casado e ter ocupação profissional com renda mensal inferior a três salários mínimos, ou ter adquirido de terceiros, há menos de dois anos, edificação em terreno aforado. Em caso de empate, a decisão recairá sobre aquele que tiver maior número de filhos (ou de dependentes declarados) e for operário ou servidor municipal (ou seja, empregado formal). Além disso, o interessado deve comprovar não possuir outro imóvel - adquirido há menos de dois anos - e deve comprometer-se a não transferir a terceiros o título de aforamento. Cada foreiro terá direito a um só lote de 360 m^2 (12 m de testada e 30 m de fundos), localizado de livre escolha e com demarcação aprovada pela Prefeitura.

Uma ausência que salta às vistas na descrição anterior refere-se aos aspectos urbanístico - ou da localização do lote - implícitos (e não tratados) nos documentos legais. De fato, esses restringem-se aos aspectos jurídicos da transação imobiliária e, apesar das indiscutíveis vantagens dessa prática - se comparadas com as vigentes dentro do Sistema Nacional de Habitação, por exemplo - há que se considerar que sua recorrência não incorporou aos parcelamentos nenhuma qualidade distinta daquelas que se verificam nos loteamentos privados com fins especulativos ou mesmo nas áreas de ocupação clandestina de outras cidades. Excetuando-se os bairros

Tejuco, São José Operário, Santa Cruz de Minas e parte do Barro Preto - onde a regularidade do traçado sugere a precedência do parcelamento planejado ao aforamento (ou ocupação) - nos demais, as características físicas levam a pensar que o aforamento constituiu apenas o mecanismo legal de formalização da ocupação e da posse da terra.

Ao contrário do que as características físicas desses bairros sugerem, com relação ao padrão das habitações há uma substantiva diferença daquilo que convencionalmente caracteriza as áreas favelas. Não se encontram casas construídas com materiais de sucata (pedaços de madeira, papelão, folhas metálicas, plásticos, etc.): todas elas são de alvenaria de tijolos e telhas de barro, ou cimento-amianto, embora, para o padrão vigente na cidade, elas se classifiquem como sendo de baixo padrão e subabitações. Nos bairros visitados, esses tipos de edificações ocorrem numa freqüência de 55% e 38%, respectivamente.[3]

A pesquisa sócio-econômica realizada nesses bairros[4] mostrou que 72% dos domicílios visitados possuem apenas dois ou três dormitórios; 56% possuem banhei

---

[3] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op.cit. nota 1,*
Em pesquisa realizada em janeiro/fevereiro de 1980 para este estudo, o padrão das habitações classifica-se em alto, bom, regular, baixo e subabitações. Esta ultima categoria ocorreria, principalmente, em áreas periféricas e naquelas com topografia desfavorável, ainda que próximas ao centro da cidade, coincidindo, portanto, com os bairros aqui definidos como de baixa renda. Para estes, o conceito de subabitações deve ser questionado, visto que, tradicionalmente, a literatura especializada no tema vem adotando-o para caracterizar habitações altamente perecíveis e construídas com materiais de sucata. Em São João del-Rei, esse tipo de habitação não foi encontrado em nenhum dos bairros visitados.

[4] *Fundação João Pinheiro, Diretoria de Projetos III, em julho de 1984.*

ro interno, 25% somente externo e 19% dos domicílios são desprovidos de instalações sanitárias de qualquer espécie. As casas possuem, em geral, entre cico e seis cômodos, abrigando famílias com média de 5,64 membros e, em 77% das vezes, são próprias.

Em termos de densidade, os bairros Tejuco e Gameleira apresentam uma de 100 a 200 habitantes/ha, equivalente à que se observa para o centro da cidade; e nos de São José Operário, Senhor dos Montes, Araçá, Dom Bosco e Santa Cruz de Minas a distribuição da população cai para a faixa de 50 a 100 habitantes/ha.

Essas densidades, quando comparadas com as das áreas de população de baixa renda - de aproximadamente 30 m^2 por habitante[5] -, são relativamente baixas, o que sugeriria uma capacidade de absorção de população ainda não esgotada. Apesar disso, entre todos os bairros, apenas Santa Cruz de Minas vem apresentando tendência ao adensamento rápido, principalmente nas imediações do conjunto habitacional da COHAB. Provalmente, a explicação para essa tendência está no esgotamento físico das áreas disponíveis para o assentamento habitacional nos demais bairros, já que, neles, a excessiva variação do relevo e a alta declividade constituem limitações naturais e de difícil e onerosa transposição.

A esses fatores devem ser também imputadas a densidade relativamente baixa dos bairros e a inexistência de áreas livres e de dimensões suficientes para comportar a edificação de equipamentos de uso coletivo. Próximo à rua São João, na margem direita do Córrego do Lenheiro, no bairro Tejuco, há um terreno doado pela Prefeitura ao Estado para a construção de um Centro Social Urbano. Esse terreno ainda se encontra desocupado e

[5] *Considerando-se terrenos mínimos legais de 150 m^2 e famílias-padrão compostas de cinco pessoas.*

constitui uma das poucas reservas da cidade. Também próximo ao bairro Santa Cruz de Minas, no conjunto da COHAB, há área disponível pertencente à Associação dos Moradores desse conjunto. Com exceção desses dois locais, verifica-se um déficit de áreas livres em todo o núcleo urbano, onde, além das praças e dos largos - típicos nos parcelamentos antigos -, o único vazio urbano de grande proporção é o constituído pelo Morro do Cristo Redentor. Neste, a alta declividade (superior a 30%) inviabiliza qualquer utilização além da função meramente paisagística e/ou reserva verde.

Ao lado da deficiência nos serviços gerais - já apontada e discutida em outra seção deste estudo - os bairros padecem da má distribuição de equipamentos coletivos. Quanto às escolas públicas, embora o estudo realizado pela FJP[6] as considere razoavelmente distribuídas - pois cobrem de maneira satisfatória os 600 metros a serem percorridos entre a moradia e a escola -, há que se levar em conta a insuficiência de vagas e, principalmente, a precariedade dos acessos. Talvez essa seja uma das explicações para o elevado absenteísmo de crianças mais jovens nas primeiras séries escolares. Provavelmente, também, contribuirá para explicar o maior índice de analfabetismo, a menor proporção de pessoas estudando e o baixo nível de escolaridade dos que abandonaram a escola no bairro Gameleira. É nesse bairro, onde coincidentemente não há escola de 1º grau, que essas variáveis atingem os maiores valores.

Quanto aos serviços de atendimento à saúde, verifica-se que todos se localizam na área central da cidade, exceto uma Unidade Auxiliar de Saúde situada em Santa Cruz de Minas. A pesquisa revelou que, aí, não

---

[6] *FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência, op. cit. nota 1.*

só é mais freqüente a procura de assistência médica como também que ela se dirige à Unidade existente - o que demonstra maior acessibilidade (inclusive física) ao equipamento. Nos demais bairros, a procura de recursos de saúde é pouco diferenciada; no Dom Bosco, Tejuco e Alto das Mercês recorre-se quase só ao INAMPS. Na Gameleira/Águas Férreas e Águas Gerais recorre-se com freqüência aos serviços prestados pela Santa Casa. Esses dados denotam que na prestação de serviços primários de saúde, e pelo tipo de equipamento instalado em São João del-Rei, pesa mais a natureza do direito ao serviço (por exemplo, ser ou não filiado ao INAMPS), o que, por sua vez, impõe maiores custos de deslocamento. Note-se que o próprio Centro de Saúde distribui fichas para consultas na Santa Casa, por não ter igual capacidade de atendimento que o Posto do INAMPS, para as especialidades que não possui. Considerando-se as deficiências das ligações centro-bairro, o acesso a esses equipamentos fica bastante prejudicado, principalmente quando se sabe serem elevados os custos de utilização de transportes coletivos.

Em julho de 1984, a tarifa dos ônibus urbanos era fixada em Cr$ 140,00. De acordo com a pesquisa realizada nessa época, as pessoas que usam transporte gastavam em média, Cr$5 900,00 por mês, o que mal dava para cobrir deslocamentos diários de ida e volta, para uma pessoa, cinco vezes por semana.

As linhas de ônibus urbanos cobrem o sentido longitudinal da cidade (NO-NE), com algumas poucas ramificações ortogonais, e passam todas pelo centro de cidade.

Os bairros Gameleira, Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento são servidos pela linha que percorre a avenida General Osório/rua São José Operário e rua Rosino Baccarini; o acesso ao Senhor dos

Montes é feito através do bairro Araçá, seguindo pelos trechos das seguintes vias: rua Visconde de Araxá, rua Padre Machado, rua Urbano Ribeiro, rua Uriel Pio e rua dos Andradas, atingindo na praça Eduardo Rodrigues Vale seu ponto final. O bairro Santa Cruz de Minas também é atendido por uma linha de ônibus muito usada pelos moradores, devido à distância, de aproximadamente 5 km, até o centro da cidade.

Finalmente, deve-se atentar para o fato de que as condições físicas desses bairros são severamente agravadas por ocasião das chuvas: não só o acesso a eles fica prejudicado - pois as vias de ligação não são,na quase totalidade das vezes, pavimentadas -, como é comum que as enxurradas desçam as encostas, invadindo terrenos e casas, que os córregos e nascentes de alto de morro transbordem e que os bairros se transformem em lodaçais, onde a lama, a água de chuva e os esgotos a céu aberto formam um só caudal.

Quando indagados sobre os principais problemas das áreas urbanas que habitam, os entrevistados citaram principalmente água, pavimentação e drenagem, esgoto e acesso. Os resultados por bairro mostram que são percebidos como mais cruciantes o problema da água na Gameleira e Alto das Mercês, o da pavimentação e drenagem neste último e no Dom Bosco, o de acesso na Gameleira e o de esgoto em Santa Cruz de Minas e Alto das Mercês.

4.1.3 Características sócio-econômicas[7]

Entre a população entrevistada predominam famílias que sempre moraram em seus bairros atuais ou que neles residem há mais de cinco anos. Tejuco é o bairro

[7] *Formuladas a partir dos resultados da pesquisa sócio-econômica aplicada a amostra da população de baixa renda, em julho de 1984.*

QUADRO 4.3

PROBLEMAS DOS BAIRROS, NA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO OS BAIRROS ONDE MORAM

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

PROBLEMAS CITADOS / BAIRRO	ÁGUA		PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM		ESGOTO		ACESSO		OUTROS	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Santa Cruz de Minas	6	32,0	6	32,0	6	32,0	-	-	7	37,0
Tejuco	4	17,0	8	35,0	4	17,0	2	9,0	9	39,0
Gameleira	6	60,0	-	-	2	20,0	4	40,0	3	30,0
Alto das Mercês	15	47,0	19	59,0	9	28,0	4	12,0	11	34,0
Dom Bosco	6	37,0	8	50,0	2	13,0	1	6,0	3	19,0
SÃO JOÃO DEL-REI	37	37,0	41	41,0	23	23,0	11	11,0	33	33,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Os percentuais se referem ao número de vezes que um problema foi citado no bairro, em relação ao número de entrevistas nele realizado.

com maior proporção de moradores recentes (48% com menos de cinco anos de residência), seguido de Santa Cruz de Minas (37%). Gameleira e Alto das Mercês têm os maiores percentuais de habitantes antigos (90% e 72% com mais de cinco anos).

A renda dos chefes de família (quadro 4.4) é um pouco superior em Alto das Mercês e Dom Bosco. Na Gameleira, ao contrário, é bem inferior à média da amostra. O desemprego (quadro 4.5) é alto nesse bairro (que, na amostra, só tem desempregados e aposentados), mas também em Santa Cruz de Minas e no Tejuco. O problema é menos grave no Alto das Mercês, não tanto pelo nível de emprego, mas pela alta proporção de aposentados. Dom Bosco, com poucos chefes de família regularmente empregados, tem altíssimo percentual de aposentados, o que faz com que o desemprego não atinja o nível dos três primeiros bairros. Coerentemente com a situação ocupacional, Alto das Mercês e Dom Bosco têm os maiores percentuais de chefes de família com acesso à Previdência, enquanto a Gameleira tem a maior deficiência (quadro 4.6). Este bairro também permanece em piores condições que os outros quando se compara a renda familiar (quadro 4.4). Alto das Mercês, ao contrário, situa-se em melhor posição, enquanto os três outros não se distanciam muito da média global das famílias entrevistadas. Quando se considera a renda "per capita", o quadro se modifica um pouco. Como o número de pessoas nos domicílios é, em termos relativos, alto na Gameleira e baixo em Dom Bosco, piora a situação do primeiro e melhora a do segundo (quadro 4.4). A ordenação a que se chega é a mesma obtida com a comparação dos rendimentos dos chefes de família: Dom Bosco e Alto das Mercês um pouco menos pobres e Gameleira mais carente.

QUADRO 4.4

RENDA MÉDIA POR BAIRRO

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

(Cr$ 1.000)

RENDA MÉDIA / BAIRRO	RENDA DO CHEFE DA FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR	RENDA PER CAPITA
Santa Cruz de Minas	85	153	29
Tejuco	83	140	25
Gameleira	47	110	17
Alto das Mercês	101	199	35
Dom Bosco	94	140	33
SÃO JOÃO DEL-REI	87	159	28

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III) - Pesquisa sócio-econômica.

QUADRO 4.5

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA, POR BAIRRO

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

SITUAÇÃO OCUPACIONAL / BAIRRO	APOSENTADOS		BISCATEIROS, DESEMPREGADOS		EMPREGADOS		OUTROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Santa Cruz de Minas	4	21,0	7	37,0	7	37,0	1	5,0	19	100,0
Tejuco	6	26,0	8	35,0	9	39,0	-	-	23	100,0
Gameleira	5	50,0	5	50,0	-	-	-	-	10	100,0
Alto das Mercês	14	44,0	3	9,0	12	38,0	3	9,0	32	100,0
Dom Bosco	9	56,0	3	19,0	4	25,0	-	-	16	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III) - Pesquisa sócio-econômica.

QUADRO 4.6

CHEFES DE FAMÍLIA COM DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR BAIRRO

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

DIREITO À PREVIDÊNCIA / BAIRRO	SIM		NÃO		SEM RESPOSTA	
	N	%	N	%	N	%
Santa Cruz de Minas	14	74,0	4	21,0	1	5,0
Tejuco	17	74,0	6	26,0	-	-
Gameleira	6	60,0	4	40,0	-	-
Alto das Mercês	29	91,0	2	6,0	1	3,0
Dom Bosco	16	100,0	-	-	-	-

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III) - Pesquisa sócio-econômica.

4.2 Perfil sócio-econômico da população de baixa renda

4.2.1 Os chefes de família

São João del-Rei é um município cujo crescimento demográfico não tem apresentado um componente migratório muito significativo, quando comparado com outras regiões do Estado. Os dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE) mostram um percentual de não-naturais de 27,4%. A população de baixa renda não parece diferir muito desse padrão vigente no município. Os nascidos fora de São João representam 40% do total dos chefes de família estudados, o que faz supor que, consideradas todas as pessoas do domicílio, a proporção deva ser bem menor. Deve-se ressaltar, porém, que, entre os 60% de naturais de São João, apenas 42% nasceram no perímetro urbano, sendo os restantes 18% migrantes das áreas rurais do próprio Município.

Os dados da pesquisa indicam, por outro lado, que 40% dos chefes de família naturais de São João del-Rei já moraram em outro local, sobretudo em áreas urbanas de outras regiões. Dentre os migrantes, os da zona rural do Município vieram quase todos diretamente para São João, enquanto entre os procedentes de outros municípios encontra-se um percentual de 32% de segunda migração.

Esses deslocamentos são predominantemente antigos. Os chefes de família que foram morar na cidade há mais de dez anos constituem 39% dos entrevistados; 10% lá chegaram há menos de cinco anos e 11% entre cinco e dez anos.

Quando se considera o último local de residência e a data da chegada a São João, observa-se que a migração recente é predominantemente de origem urbana, ao contrário do que ocorre com a mais antiga (75% dos que

têm menos de dez anos de residência no Município são provenientes de áreas urbanas, contra 41% dos que chegaram antes desse período).

A maioria dos migrantes parece ter deixado seu lugar de origem por problemas de trabalho ou emprego (60%), ou por razões familiares (16%). A opção por São João del-Rei como local de destino foi provavelmente determinada pelos mesmos fatores: 42% deles declararam ter escolhido essa cidade por "facilidade de emprego"; e 32%, por motivos familiares.

Quanto à escolaridade, os naturais estão em melhor situação do que os migrantes. Dentre estes, os de origem rural têm, como era previsível, um nível de instrução formal bem inferior ao daqueles de procedência urbana (quadro 4.7).

A renda média dos chefes de família entrevistados é de Cr$ 87 000,00, e 25% deles têm rendimentos que não ultrapassam os Cr$ 50 000,00 mensais, limite muito próximo de meio salário mínimo[8], 21% estão na faixa entre Cr$51 000,00 e Cr$ 95 000,00 por mês, e 34% ganham um salário mínimo. Apenas 5% ganham mais de Cr$ 200 000,00 mensais.

Apesar de estarem mais bem situados do ponto de vista educacional, os nascidos na sede do Município não apresentam um diferencial positivo, em termos de remuneração. Pelo contrário, sua renda mensal média (Cr$ 82 750,00) é um pouco inferior à dos migrantes, considerados globalmente (Cr$ 90 440,00). Quando estes são desagregados segundo a origem, percebe-se que os de procedência urbana são os que têm melhores rendimentos (Cr$ 114 630,00), enquanto os rurais se situam mais ou menos

---

[8] *O salário mínimo, quando da realização da pesquisa- julho de 84 - era de Cr$ 97 176,00.*

QUADRO 4.7

LOCAL DE NASCIMENTO E ESCOLARIDADE DE CHEFES DE FAMÍLIA

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ESCOLARIDADE / LOCAL	ANALFABETO		PRIMÁRIO INCOMPLETO		PRIMÁRIO COMPLETO		GINÁSIO COMPLETO OU INCOMPLETO		SEM RESPOSTA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Urbanos de São João del-Rei	3	7,0	19	45,0	13	31,0	7	17,0	-	-	42	100,0
Migrantes Rurais	15	37,0	14	34,0	8	20,0	3	7,0	1	2,0	41	100,0
Migrantes Urbanos	2	12,0	9	52,0	4	24,0	2	12,0	-	-	17	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DPIII)- Pesquisa sócio-econômica.

no mesmo nível dos não-migrantes. Os provenientes de outras regiões têm renda superior aos de municípios da região de São João del-Rei (Cr$ 110 440,00 e Cr$86 690,00, respectivamente).

Quando se examina o tempo de residência na cidade, percebe-se que os migrantes de menos de dez anos têm renda média (Cr$ 99 240,00) mais elevada que os mais antigos, que, nesse aspecto, estão próximos dos naturais da cidade (Cr$ 85 240,00 e Cr$ 83 870,00, respectivamente).

A situação ocupacional dos chefes de família foi dividida em três categorias:

- a primeira delas abrange 38% dos entrevistados e se constitui de pessoas que estão recebendo aposentadoria, pensão ou auxílio-doença da Previdência Social[9];

- a segunda engloba todas as pessoas que estão empregadas e compreende 32% da amostra;

- a terceira (26% dos chefes de família) reúne os que estão em desemprego aberto, além de biscateiros e "autônomos", cujas ocupações se caracterizam pela extrema instabilidade.

Há, ainda, um resíduo, que abrange 4% dos chefes de família, que não foi possível enquadrar em nenhuma das categorias ocupacionais.

Quanto à renda, a distância entre essas categorias é, em termos proporcionais, grande. Um chefe de família do estrato pesquisado que consegue um emprego

---

[9] *Para tornar menos incômoda a leitura, essas pessoas serão designadas, no texto, simplesmente como "aposentadas", apesar da impropriedade do termo.*

regular ganha mensalmente, em São João del-Rei, Cr$.... 120 000,00, enquanto um aposentado recebe Cr$ 92 000,00 e um biscateiro apenas Cr$ 37 000,00 em média. Quando se analisa a faixa de extrema pobreza constituída pelos chefes de família com renda inferior a Cr$ 50 000,00, verifica-se que nela estão compreendidos 8% dos aposentados, 9% dos empregados e 77% dos biscateiros. Do lado oposto, entre os que recebem mais de Cr$ 100 000,00 encontram-se 13% do primeiro grupo, 31% do segundo e nenhum do terceiro.

A diferença de rendimentos encontrada entre os migrantes e os naturais da cidade provavelmente se explica pelo fato de que existe, entre estes, maior proporção de desempregados e biscateiros (31% contra 22%) e menor percentual de pessoal com emprego regular (22% contra 40%). Quando se comparam os chefes de família que exerceram atividades rurais antes de morarem em São João com os não-migrantes e os que exerceram atividades urbanas em outras cidades, constata-se que no primeiro grupo há, proporcionalmente, menos aposentados e mais empregados.

Dentre os aposentados, a quase totalidade está ligada ao INPS, sendo inexpressiva a participação do FUNRURAL. Têm direito aos serviços médicos do INAMPS, além dos aposentados, quase todos os que têm emprego fixo[10], além de 42% dos desempregados e biscateiros. Quanto a estes, são principalmente pessoas desempregadas há menos de um ano, que ainda podem usar os serviços previdenciários. O percentual de chefes de família que não têm acesso à Previdência Social é de 16% do total da amostra.

O quadro 4.8 mostra que a porcentagem de aposentados ou "encostados" é alta - mesmo entre os chefes de família mais jovens -, abrangendo cerca de um terço

---

[10] *Houve a exceção apenas de um entrevistado, que não respondeu a pergunta referente à Previdência.*

QUADRO 4.8

SITUAÇÃO OCUPACIONAL E IDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

SITUAÇÃO OCUPACIONAL \ IDADE	ATÉ 30 ANOS		31 a 40 ANOS		41 a 50 ANOS		51 a 60 ANOS		MAIS DE 60 ANOS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aposentados	2	10,0	3	14,0	7	32,0	11	65,0	15	79,0	38	38,0
Desempregados	8	38,0	5	24,0	4	18,0	5	29,0	4	21,0	26	26,0
Empregados	11	52,0	13	62,0	8	36,0	-	-	-	-	32	32,0
Outros	-	-	-	-	3	14,0	1	6,0	-	-	4	4,0
TOTAL	21	100,0	21	100,0	22	100,0	17	100,0	19	100,0	100	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

dos que têm entre 41 e 50 anos e dois terços dos que têm entre 51 e 60 anos. Observa-se também que o percentual de empregados se mantém relativamente alto, em termos comparativos (e chega mesmo a crescer), até a idade de 40 anos; depois cai aceleradamente, sendo que não se encontrou nenhum chefe de família com mais de 50 anos que estivesse empregado. O desemprego, entretanto, é extremamente elevado entre os mais jovens, diminuindo com a idade, até 50 anos, limite a partir do qual se eleva, sem atingir o nível encontrado entre os chefes de família de menos de 30 anos, uma vez que o grande estreitamento do mercado de trabalho é compensado pelo incremento da aposentadoria.

Quando se comparam as relações entre renda, idade e situação ocupacional, verifica-se que os rendimentos dos aposentados crescem com a idade, ocorrendo o contrário com os dos empregados e dos biscateiros. O primeiro caso seria obviamente previsível, já que a maior parte dos benefícios da Previdência é proporcional ao tempo de serviço. Quanto ao segundo, a explicação provavelmente está nos requisitos de vigor físico exigidos da mão-de-obra pelo mercado de trabalho onde se inserem as camadas mais pobres da população, somados à deterioração das condições de saúde causada pela própria pobreza (quadro 4.9).

Esses requisitos parecem predominar sobre os de caráter educacional, como fator explicativo das restrições das oportunidades de emprego e da remuneração sofridas pelos mais idosos. A comparação entre idade e instrução (quadro 4.10) mostra que, embora os chefes de família com menos de 30 anos tenham um nível de educação formal um pouco mais elevado que os demais, não há muita associação entre as duas variáveis. Também não existe, à primeira vista, correlação entre instrução e renda, conforme se vê no quadro 4.11. No entanto, quando se considera o efeito exercido pela situação de ocu

QUADRO 4.9

RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA, POR IDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SÃO JOÃO DEL-REI

1984

(Em Cr$ 1.000)

SITUAÇÃO OCUPACIONAL / IDADE	ATÉ 30 ANOS	31 a 40 ANOS	41 a 50 ANOS	51 a 60 ANOS	MAIS DE 60 ANOS
Aposentados	49	81	95	84	106
Desempregados	46	40	25	34	25
Empregados	137	118	104	-	-

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Excluída a categoria ocupacional "outros"

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 4.10
GRAU DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA, POR IDADE
SÃO JOÃO DEL-REI
JULHO/1984

GRAU ESCOLARIDADE \ IDADE	ATÉ 30 ANOS		30 a 40 ANOS		41 a 50 ANOS		51 a 60 ANOS		MAIS DE 60 ANOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabetos	3	14,0	1	5,0	6	27,0	5	31,0	5	26,0
Primário incompleto	5	24,0	10	47,0	11	50,0	9	56,0	7	37,0
Primário completo	6	29,0	9	43,0	3	14,0	2	13,0	5	26,0
Ginásio completo ou incompleto	7	33,0	1	5,0	2	9,0	-	-	2	11,0
TOTAL	21	100,0	21	100,0	22	100,0	16	100,0	19	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III - (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Excluídos os que não responderam à pergunta sobre escolaridade.

QUADRO 4.11

RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA, POR SITUAÇÃO OCUPACIONAL E GRAU DE ESCOLARIDADE

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

(Em Cr$ 1.000)

SITUAÇÃO OCUPACIONAL / GRAU DE ESCOLARIDADE	APOSENTADOS	DESEMPREGADOS	EMPREGADOS	TOTAL
Analfabetos	91	41	94	84
Primário incompleto	80	34	119	74
Primário completo	111	37	122	104
Ginásio completo ou incompleto	85	43	175	97

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Excluídas a categoria ocupacional "outros" e as pessoas que não responderam à pergunta sobre escolaridade.

pação, a relação se modifica um pouco. A instrução não é um fator de incremento da renda dos aposentados nem dos desempregados e biscateiros, mas está positivamente associada à remuneração dos que têm um emprego regular. Por outro lado, o fato de um chefe de família ter maior grau de educação que outro não significa que tenha maior probabilidade de obter emprego, pois é baixa a associação entre situação na ocupação e escolaridade (quadro 4.12).

Isso leva a crer que o mercado de trabalho a que essa população tem acesso possui já um grau razoável de segmentação. Nele haveria oportunidades de emprego com salários relativamente melhores para a parcela mais escolarizada da população. Essas oportunidades, porém, seriam pouco expressivas diante do contingente populacional existente, mesmo levando em conta o baixo grau de instrução formal predominante.

4.2.2 Os outros membros da família

Das pessoas que originariamente compunham o domicílio, 11% estão morando, atualmente, fora do Município. Desse contingente fazem parte filhos (53%), filhas (25%), agregadas (17%) e chefes de família (5%) que trabalham em outras cidades, enquanto seus familiares continuam em São João del-Rei. A maioria (69%) reside hoje em outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. O motivo da saída, para os homens, é quase exclusivamente trabalho. Essa motivação também é a mais relevante para a emigração feminina, na qual, porém, as razões familiares já exercem um peso significativo (quadro 4.13).

Quando se consideram as pessoas que ainda residem no domicílio e que não ocupam a condição de chefe de família, verifica-se que 30% delas situam-se na faixa de zero a dez anos de idade. Quarenta e quatro por

QUADRO 4.12

SITUAÇÃO OCUPACIONAL E ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

SITUAÇÃO OCUPACIONAL / GRAU DE ESCOLARIDADE	APOSENTADOS		DESEMPREGADOS		EMPREGADOS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Analfabetos	10	53,0	3	16,0	6	31,0	19	100,0
Primário Incompleto	14	36,0	14	36,0	11	28,0	39	100,0
Primário Completo	10	40,0	4	16,0	11	44,0	25	100,0
Ginásio Completo ou Incompleto	2	22,0	4	45,0	3	33,0	9	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

QUADRO 4.13

MOTIVO DA SAÍDA DAS PESSOAS DA FAMÍLIA QUE EMIGRARAM, SEGUNDO A POSIÇÃO FAMILIAR

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

MOTIVO DA SAÍDA / POSIÇÃO FAMILIAR	TRABALHO		RAZÕES FAMILIARES		OUTROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Chefes de Família	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Filhos	27	90,0	2	7,0	1	3,0	30	100,0
Filhas e Agregadas	13	54,0	10	42,0	1	4,0	24	100,0
TOTAL	43	75,0	12	21,0	2	4,0	57	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III)-Pesquisa sócio-econômica.

cento são menores de 15 anos e 48% estão na faixa etária de 15 a 50 anos, que compreende a quase totalidade das pessoas que trabalham. A renda média das esposas, filhos e agregados que têm rendimentos próprios é de Cr$ 48 700,00, um pouco superior à metade do rendimento dos chefes de família. O fato de se obter um emprego regular é importante fator de discriminação de renda entre os diferentes grupos da amostra.[11] Um empregado ganha, em média, Cr$ 83 400,00, contra Cr$ 73 700,00 de um aposentado, Cr$ 35 600,00 de um biscateiro e Cr$ 21 900,00 de uma doméstica. O percentual de pessoas sem ocupação é de 66%. Dez por cento são desempregados ou biscateiros, 3% aposentados e 12% são empregadas domésticas. Em outro tipo de emprego, estão ocupados apenas 8% das pessoas do domicílio que não têm a condição de chefe de família. Quase 70% dessa população não têm renda alguma e apenas 6% têm rendimento superiores a um salário mínimo.

A proporção de pessoas que não estudaram, entre as de sete anos e mais, é de 9%. O analfabetismo é maior na população com mais idade. De 62% entre os que têm mais de 50 anos, baixa para 9% dos que têm entre 19 e 50 anos e chega a 1% na faixa de 15 a 18 anos. Abaixo desse limite, tende a crescer à medida que diminui a idade (quadro 4.14). Isso pode ser conseqüência natural do atraso escolar, compensado em faixas etárias posteriores, mas pode significar também que o acesso à escola esteja diminuindo relativamente para a população situada entre sete e dez anos, quando comparada com a que tem de 11 a 18 anos.

Setenta e dois por cento das pessoas não estudam. Nesse grupo estão compreendidas quase todas as pessoas com mais de 18 anos. Quando se comparam os gru

---

[11] *As categorias ocupacionais utilizadas são as mesmas dos chefes de família, acrescidas de "empregadas domésticas" e "sem-ocupação".*

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 4.14
ESCOLARIDADE DAS ESPOSAS, FILHOS E AGREGADOS, POR IDADE
SÃO JOÃO DEL-REI
JULHO/1984

ESCOLARIDADE	IDADE	ATÉ 3 ANOS		4 a 6 ANOS		7 a 8 ANOS		9 a 10 ANOS		11 a 14 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		MAIS DE 50 ANOS		NR/NS		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
ESCOLARIDADE DAS PESSOAS QUE NÃO ESTUDAM	Analfabeto	33	100,0	33	69,0	5	19,0	2	7,0	1	2,0	1	1,0	14	9,0	18	62,0	1	50,0	108	23,0
	até 3ª. série	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6,0	14	21,0	49	31,0	6	21,0	-	-	73	16,0
	4ª. série	-	-	-	-	-	-	-	-	9	13,0	29	43,0	64	40,0	3	10,0	-	-	105	23,0
	5ª. a 8ª. série	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5,0	9	13,0	22	14,0	-	-	-	-	34	7,0
	2º grau incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,0	2	3,0	4	2,0	-	-	-	-	7	2,0
	2º grau completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,0	-	-	-	-	1	1,0
	NR/NS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,0	2	7,0	1	50,0	5	1,0
	SUBTOTAL	33	100,0	33	69,0	5	19,0	2	7,0	18	28,0	55	81,0	156	98,0	29	100,0	2	100,0	333	72,0
ESCOLARIDADE DAS PESSOAS QUE ESTUDAM	Pré-primário	-	-	15	31,0	3	11,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	4,0
	1ª. a 2ª. série	-	-	-	-	19	70,0	18	58,0	9	13,0	2	3,0	-	-	-	-	-	-	48	10,0
	3ª. a 4ª. série	-	-	-	-	-	-	11	35,0	21	31,0	1	2,0	2	1,0	-	-	-	-	35	8,0
	5ª. a 8ª. série	-	-	-	-	-	-	-	-	19	28,0	8	12,0	2	1,0	-	-	-	-	29	6,0
	2º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-	-	1	0
	SUBTOTAL	-	-	15	31,0	22	81,0	29	93,0	49	72,0	12	19,0	4	2,0	-	-	-	-	131	28,0
	TOTAL	33	7,0	48	10,0	27	6,0	31	7,0	67	14,0	67	14,0	160	34,0	29	6,0	2	-	464	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP III) - Pesquisa Sócio-Econômica.

pos de idade, verifica-se que a parcela da população que freqüenta escola está sobretudo na faixa de sete a dez anos. Antes disso, em idade de pré-escolar, o percentual é de apenas 31%. A evasão começa aos 11 anos; até então, as crianças ou não ingressaram na escola ou não a abandonaram. A partir desse limite, porém, cresce acentuadamente, e o percentual de pessoas que não estudam passa de 28% na faixa de até 14 anos para 81% na imediatamente posterior. Entre essas pessoas, o nível de escolaridade predominante é o de 1º grau incompleto. Entre os que ainda são estudantes, a maior concentração está nas quatro primeiras séries. É ínfima a proporção de pessoas que estão cursando ou cursaram o segundo grau.

Os homens permanecem estudando por um período um pouco maior que as mulheres. Consideradas as pessoas entre 15 e 18 anos, o percentual de filhos que ainda estuda é de 31%, contra apenas 10% das filhas.

A idade em que se sai da escola é a mesma em que se ingressa no mercado de trabalho. Praticamente não há pessoas de menos de 15 anos ocupadas (quadro 4.15). A partir desse limite, as proporções de pessoas não-ocupadas, desempregadas ou empregadas parecem não se alterar, quando se compara a categoria de menos de 18 com a de 19 a 50 anos. A única diferença verificada no interior do grupo de empregados é uma ligeira variação no percentual de empregadas domésticas, o que deve ser certamente atribuído ao fato de a maior emigração masculina aumentar a proporção de mão-de-obra feminina na faixa de 19 a 50 anos.

A exemplo do que acontece com os chefes de família, não há pessoas com mais de 50 anos empregadas, a não ser como domésticas, e mesmo assim numa proporção muito pequena.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 4.15
SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS ESPOSAS, FILHOS E AGREGADOS POR IDADE
SÃO JOÃO DEL-REI
JULHO/1984

SITUAÇÃO OCUPACIONAL \ IDADE	ATÉ 14 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		MAIS DE 50 ANOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem Ocupação	201	98,0	27	40,0	65	41,0	14	48,0
Empregados	-	-	10	15,0	28	18,0	-	-
Desempregados	3	1,0	13	20,0	31	19,0	1	4,0
Domésticas	2	1,0	17	25,0	34	21,0	2	7,0
Aposentados	-	-	-	-	2	1,0	12	41,0
TOTAL	206	100,0	67	100,0	160	100,0	29	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

O percentual de pessoas com mais de 15 anos que têm cobertura previdenciária (não considerados os que têm acesso como dependentes) é de 22%. Tende a crescer com a idade, abrangendo 13% dos que têm entre 15 e 18 anos, 20% dos que estão na faixa entre 19 e 50 anos, e chegando a 45% dos que têm mais de 50. As proporções entre desempregados, domésticas e pessoas com outro tipo de emprego são de 15%, 14% e 75%, respectivamente.

O trabalho das esposas não é muito expressivo. Sessenta e três por cento delas não têm ocupação e 11% estão desempregadas ou fazem biscates. Das 22% que têm emprego, quase todas são domésticas. Há, ainda, um pequeno percentual de aposentadas ou "encostadas". No total da mão-de-obra feminina, predomina largamente a condição de empregada doméstica. A comparação entre os sexos, idade e ocupação (quadro 4.16) mostra que a diferença entre filhas e filhos que não têm ocupação é pequena (42% daquelas contra 35% destes), na faixa etária entre 15 e 18 anos, mas cresce a partir dessa idade, quando o trabalho masculino se torna mais significativo. Por outro lado, a proporção de desempregados e biscateiros é bem mais alta entre os homens, em todas as faixas etárias. É também mais elevado entre estes o percentual dos que têm acesso à Previdência (14% dos filhos contra 6% das filhas), o que decorre em grande parte do fato de que os homens, quando conseguem um trabalho que não seja meramente esporádico, tendem a situar-se sobretudo no mercado formal, enquanto as mulheres se destinam predominantemente ao emprego doméstico, onde o percentual de pessoas com direito à Previdência Social não chega a 10%. No entanto, mesmo quando se consideram apenas empregos no mercado formal, a proporção de cobertura do INPS é maior entre os homens (82%) que entre as mulheres (50%), o que pode indicar a existência de discriminação.

Paralelamente, quando se comparam a renda, a idade e a posição na família, verifica-se que os rendi-

QUADRO 4.16

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS ESPOSAS, FILHOS E AGREGADOS DE MAIS DE 15 ANOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA E A IDADE

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

POSIÇÃO NA FAMÍLIA / SITUAÇÃO OCUPACIONAL	ESPOSAS				FILHOS				FILHAS				AGREGADOS						AGREGADAS					
	19 a 50 ANOS		MAIS DE 50 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		MAIS DE 50 ANOS		15 a 18 ANOS		19 a 50 ANOS		MAIS DE 50 ANOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem Ocupação	28	60,0	12	70,0	9	35,0	5	13,0	16	42,0	20	42,0	1	50,0	-	-	-	-	1	100,0	2	40,0	2	18,0
Empregados	1	2,0	-	-	6	23,0	16	42,0	4	11,0	8	17,0	-	-	3	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Desempregados	8	12,0	1	6,0	11	42,0	16	42,0	2	5,0	4	8,0	-	-	3	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Domésticas	15	24,0	2	12,0	-	-	-	-	16	42,0	16	33,0	1	50,0	-	-	-	-	-	-	3	60,0	-	-
Aposentados	1	2,0	2	12,0	-	-	1	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	9	82,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.
Obs.:Excluídas as pessoas que não responderam à pergunta sobre idade.

mentos tendem a crescer com a idade e que, nas mesmas faixas etárias, são maiores os dos homens que os das mulheres (quadro 4.17).

4.3 Qualidade de vida da população de baixa renda

4.3.1 Aspectos gerais

A renda domiciliar média encontrada pela pesquisa foi de Cr$ 159 000,00, correspondente a pouco mais de 1,5 salário mínimo. Abaixo de Cr$ 150 000,00 encontram-se 60% dos domicílios da amostra; quase um terço das famílias tem renda inferior a um salário mínimo e 10% não chegam a receber Cr$ 50 000,00.

A renda "per capita" é de aproximadamente Cr$ 28 000,00. Em 40% dos domicílios ela se situa em até Cr$ 20 000,00, e em apenas 15% ultrapassa os Cr$ 50 000,00.

Os dados mostram (quadro 4.18) que o consumo familiar se restringe, em grande parte dos domicílios, à alimentação (29% delas não registram nenhum outro gasto em seu orçamento). Esse item só não é o componente mais relevante das despesas domésticas em alguns domicílios, principalmente de renda baixa, onde os dispêndios com aluguel e saúde são mais relevantes. Saúde é, aliás, o único tipo de consumo ao qual se costuma destinar uma parcela significativa da renda familiar, além da compra de alimentos. Deve-se destacar o fato de que as despesas com energia elétrica foram mais citadas nas entrevistas do que as efetuadas com educação e transporte. Os gastos com habitação não são muito relevantes, considerado o total da amostra, uma vez que é baixo o percentual de inquilinos.

Quanto a educação, merece ser destacado, além da pequena proporção de famílias que a consideram como um componente importante de seu orçamento, o fato de que

QUADRO 4.17

RENDA MÉDIA DAS ESPOSAS, FILHOS, E AGREGADOS QUE TÊM RENDA, SEGUNDO A IDADE E A POSIÇÃO FAMILIAR

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

(Em Cr$ 1.000)

POSIÇÃO FAMILIAR \ IDADE	ATÉ 14 ANOS	15 a 18 ANOS	19 a 50 ANOS	MAIS DE 50 ANOS	TOTAL
Esposas	-	-	37	44	38
Filhos	15	32	81	-	62
Filhas	15	26	41	-	33
Agregados	-	15	77	115	73
Agregadas	-	-	15	69	60
TOTAL	15	28	55	64	48

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.
Obs.: Excluídos os que não responderam à pergunta sobre idade.

QUADRO 4.18

DESPESAS CONSIDERADAS MAIS RELEVANTES NO CONSUMO FAMILIAR, SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

DESPESAS APONTADAS / RENDA FAMILIAR	ÍTENS APONTADOS EM PRIMEIRO LUGAR									
	Alimentação	Habitação	Saúde	Transporte	Vestuário	Educação	Luz	Não se Aplica	Sem Resposta	Total
Até Cr$ 100.000	38	4	2	-	-	-	-	-	1	45
Mais de Cr$ 100.000	45	1	1	1	-	-	-	-	2	50

Continua

DESPESAS APONTADAS / RENDA FAMILIAR	ÍTENS APONTADOS EM SEGUNDO LUGAR									
	Alimentação	Habitação	Saúde	Transporte	Vestuário	Educação	Luz	Não se Aplica	Sem Resposta	Total
Até Cr$ 100.000	6	3	12	1	5	1	2	14	1	45
Mais de Cr$ 100 000	-	4	10	1	8	6	4	15	2	50

Continua

DESPESAS APONTADAS / RENDA FAMILIAR	ÍTENS APONTADOS EM TERCEIRO LUGAR									
	Alimentação	Habitação	Saúde	Transporte	Vestuário	Educação	Luz	Não se Aplica	Sem Resposta	Total
Até Cr$ 100 000	-	-	2	2	2	-	4	34	1	45
Mais de Cr$ 100 000	-	1	5	3	1	1	4	33	2	50

Conclusão

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Excluídos os que não responderam à pergunta sobre renda familiar.

esse é o gasto que parece mais sujeito a influência da variável renda domiciliar: as despesas com esse item, além de baixas, praticamente se restringem às famílias menos pobres. As de menor renda geralmente não efetuam gastos com educação, o que não significa que não tenham problemas na área. Indagados sobre as dificuldades para manter os filhos na escola, os entrevistados, em sua maioria - 63% dos que têm filhos em idade escolar -, indicaram aspectos relacionados com a manutenção do aluno na escola. A falta de vagas foi também citada, mas por um percentual bem menor de entrevistados: abrangeu 22% das famílias na mesma condição.

Essas dificuldades são, em geral, percebidas como mais relevantes à medida que aumenta a escolaridade. Perguntados sobre qual a fase em que os obstáculos são maiores, 32% dos pais que têm filhos na escola responderam que é "a partir da 5ª série", 14% afirmaram que os problemas "aumentam à medida que o aluno avança", enquanto 17% acham que "é sempre a mesma coisa" e apenas 9% consideram que as dificuldades são maiores até a 4ª série.

Pouco mais da metade das famílias (53%) tem filhos em idade de pré-escolar. Dentre elas, 35% não procuraram matrícula; das restantes, 84% conseguiram vaga em escola pública, enquanto 16% não a obtiveram.

A situação de saúde difere um pouco do padrão normalmente encontrado entre famílias de baixa renda. Em 5% dos domicílios declarou-se não haver henhuma doença. Em 46% deles só se indicou uma moléstia; em 29%, duas e em 20%, mais de duas.

Em 71% das famílias a gripe é um dos problemas de saúde mais freqüentes; em 26% há problemas cardíacos; em 15% existem doenças nervosas; em 14% encontram-se moléstias gastro-intestinais, e em 35% há outras doenças.

Chamou atenção o alto percentual de problemas cardíacos e a baixa porcentagem de doenças gastro-intestinais, nas quais se compreende boa parte das hidro-transmissíveis. Vinte por cento das famílias já procuraram atendimento médico mais de cinco vezes este ano. Apenas 13% não o fizeram nenhuma vez. Os serviços do INAMPS cobrem 72% das famílias. As demais recorrem à Santa Casa (15%) e aos postos de saúde (11%).

O problema da moradia, dentre todos os que afetam a população entrevistada, é certamente aquele cuja solução tem sido mais satisfatória. Em decorrência das facilidades de acesso à moradia - via aforamento de terrenos e autoconstrução -, 77% das famílias são proprietárias de suas residências, sendo que apenas 3% do total da amostra têm alguma dívida relacionada com a aquisição do imóvel.

No conjunto formado pelo Dom Bosco, Araçá, Bela Vista e São Geraldo, a proporção de proprietários atinge 87,5%; no Alto das Mercês e Senhor dos Montes, 84,4%; em Santa Cruz de Minas, 73,7%; Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais apresentam 70% de proprietários; e o Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento, 52,2%.

Apenas 18% dos chefes de família são inquilinos, e o valor do aluguel é geralmente baixo - a média é de Cr$ 13 500,00 - e em 69% dos casos não ultrapassa os Cr$ 15 000,00. Entre os bairros, as maiores proporções de inquilinos situam-se em Tejuco/Barro Preto/São José Operário/Vila São Bento, com 26,1% e em Santa Cruz de Minas com 21,1%. Esse primeiro conjunto de bairros é das áreas mais antigas de assentamento desse segmento social, e este último, a mais recente.

No total da amostra, apenas 5% das famílias residem em casas cedidas por parentes ou sob outros re

gimes de ocupação. Entre os primeiros, registram-se casos de famílias que parcelaram suas habitações ou construíram dependências anexas para abrigar filhos casados, que têm praticamente o "status" de proprietários da parte do imóvel que ocupam. Essa situação é mais notória em Gameleira/Águas Férreas/Águas Gerais.

A condição de proprietário mostrou-se associada com a situação migratória (quadro 4.19). O percentual de proprietários é maior entre os naturais de São João del-Rei que entre os migrantes antigos, e mais elevado entre estes que entre os recentes. Quanto à renda, parece haver uma relação contrária à que se esperava: nas famílias cujo chefe tem renda mais alta há uma proporção de inquilinos um pouco maior que nas demais (quadro 4.20). Esses resultados, porém, devem ser tomados com cautela, diante do pequeno número de casas alugadas encontrado na amostra.

Vinte e um por cento dos proprietários adquiriram o imóvel já construído. Entre os demais, a aquisição do lote é a feita através de aforamento. Quanto à mão-de-obra utilizada na edificação, verificou-se que em 57% dos casos foi a própria família que construiu a casa, em 32% houve ajuda de parentes e amigos, através de mutirão, e em apenas 11% empregaram-se pedreiros contratados. No que diz respeito ao material de construção, 39% das famílias que edificaram as moradias onde vivem ganharam-no parcial ou totalmente.

O alto percentual de proprietários e o valor relativamente baixo dos aluguéis contribuem para diminuir as despesas com moradia. Outros itens afins, porém, ocupam uma parcela relativamente grande dos recursos familiares. Os gastos mensais com energia elétrica, por exemplo, são de Cr$ 4 500,00, em média. Apenas 6% dos domicílios pagam taxa mínima (Cr$ 950,00), e 31% gastam mais de Cr$ 5 000,00 por mês. As famílias pagam, em mé

QUADRO 4.19

PROPRIEDADE DAS CASAS ONDE RESIDEM, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA EM SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

PROPRIEDADE DA CASA / TEMPO DE RESIDÊNCIA	PRÓPRIA		ALUGADA		OUTROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sempre Morou	26	87,0	3	10,0	1	3,0	30	100,0
Até 10 anos	14	67,0	5	24,0	2	9,0	21	100,0
Mais de 10 anos	31	79,0	7	18,0	1	3,0	39	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.
Obs.: Não considerados os que não responderam à pergunta sobre tempo de residência na cidade.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

QUADRO 4.20

PROPRIEDADE DAS CASAS ONDE RESIDEM, SEGUNDO A RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

RENDA \ PROPRIEDADE DA CASA	PRÓPRIA		ALUGADA		OUTROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até Cr$ 50 000,00	20	80,0	3	12,0	2	8,0	25	100,0
De Cr$ 51 000,00 a Cr$ 95 000,00	18	86,0	2	11,0	1	5,0	21	100,0
De Cr$ 96 000,00 a Cr$ 100 000,00	26	76,0	7	21,0	1	3,0	34	100,0
Mais de Cr$ 100 000,00	10	59,0	6	35,0	1	6,0	17	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

Obs.: Não considerados os que não responderam à pergunta sobre a renda dos chefes de família.

dia, Cr$ 5 700,00 anuais de imposto predial e territorial urbano (compreendidas taxas de aforamento e cobrança de dívida ativa).

Uma estratégia de sobrevivência largamente utilizada pela população entrevistada tem sido evitar o uso de transporte coletivo. Setenta e um por cento dos domicílios não gastam com transporte, ou fazem-no muito esporadicamente. Dos restantes, a maior parte despende menos de Cr$ 5 000,00 mensais. Apenas 12% das unidades familiares ultrapassam esse limite. A média de gastos com transporte, considerados apenas os que efetuam alguma despesa com esse item, é de aproximadamente Cr$ 5 900,00 por mês. Esse gasto representa 6,8% da renda do chefe da família ou 3,7% da renda familiar.

4.3.2 Condições de saneamento

Considerando-se os dados dos quadros 4.21 e 4.22, relativos a abastecimento de água nas áreas pobres pesquisadas, verifica-se inicialmente que é elevado o atendimento pela rede pública: 84% das moradias (quadro 4.21). Desses 84%, uma parcela correspondente a 16% utiliza simultaneamente outros meios de suprimento (quadro 4.22). Esse é um valor significativo, pois espera-se que, existindo o atendimento, ele seja satisfatório e adequado. Entretanto a ocorrência de fontes diversas e simultâneas de água (mapa 4.2) vem confirmar informações obtidas sobre a precariedade do atendimento em algumas áreas e a falta de água freqüente, às vezes por períodos prolongados.

Observando-se agora a situação por áreas de estudo, verifica-se que os índices de atendimento pelos sistemas públicos, em termos de ligações, são bastante elevados no bairro Santa Cruz de Minas (89,5%), nos bairros Alto das Mercês e Senhor dos Montes (93,7%) e Dom Bosco, Araçá, Bela Vista e São Geraldo (100,00%) (quadro 4.21).

QUADRO 4.21

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

ABASTECIMENTO DE ÁGUA - VALORES AGREGADOS

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/SETOR	BAIRRO	SITUAÇÃO DAS MORADIAS														TOTAL DE CASAS PESQUISADAS
		REDE GERAL		COM REDE À PORTA SEM UTILIZÁ-LA		COM UTILIZAÇÃO DE CISTERNAS		COM UTILIZAÇÃO DE CHAFARIZES		COLETA DE ÁGUA EM CÓRREGOS		COLETA DE ÁGUA EM CASAS VIZINHAS		OUTROS		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	17	89,5	0	0,0	3	15,8	0	0,0	0	0,0	2	10,5	0	0,0	19
2	Tejuco; Barro Preto; São José Operário; Vila São Bento	18	78,3	0	0,0	2	8,7	1	4,4	4	17,4	0	0,0	1	4,4	23
3	Gameleira; Águas Férreas; Águas Gerais	3	30,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0	10
4	Alto das Mercês; Senhor dos Montes	30	93,7	0	0,0	0	0,0	4	12,5	1	3,1	4	12,5	2	6,3	32
5	Dom Bosco; Araçá; Bela Vista; São Geraldo	16	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,3	0	0,0	0	0,0	16
	TOTAL	84	84,0	0	0,0	5	5,0	5	5,0	10	10,0	8	8,0	4	4,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa Sócio-Econômica.

QUADRO 4.22

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

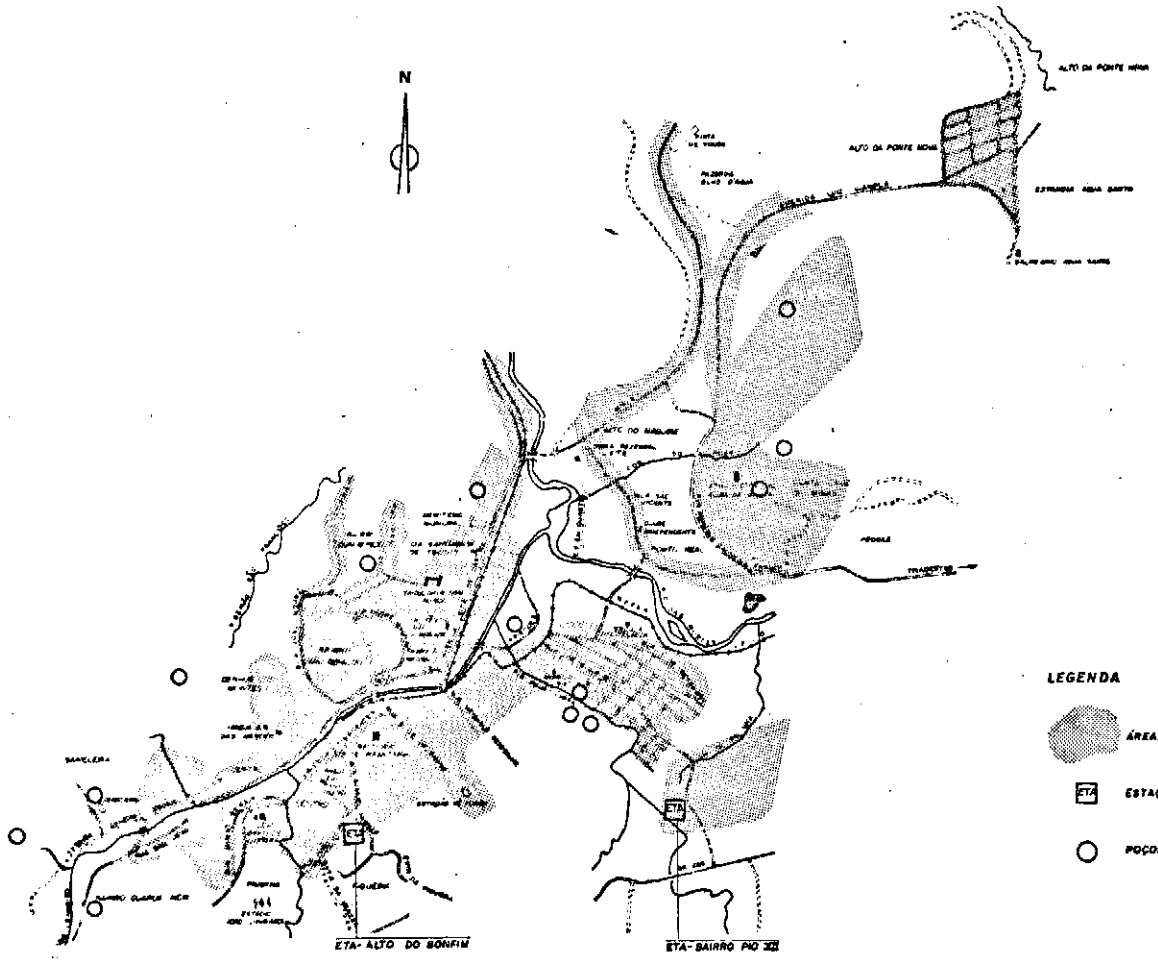
ABASTECIMENTO DE ÁGUA - VALORES DISCRIMINADOS POR SITUAÇÃO

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/SETOR	BAIRRO	TIPO DE SUPRIMENTO/SITUAÇÃO OCORRENTE																						TOTAL DE CASAS PESQUISADAS
		REDE GERAL		CISTERNA		CHAFARIZ		COLETA DIRETA EM CÓRREGO		COLETA EM CASA VIZINHA		OUTROS		REDE GERAL E CISTERNA		REDE GERAL E CHAFARIZ		REDE GERAL E VIZINHO		REDE GERAL E CÓRREGO		REDE GERAL E OUTROS		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	14	73,7	2	10,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,3	0	0,0	2	10,5	0	0,0	0	0,0	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	15	65,2	2	8,7	1	4,4	2	8,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	8,7	1	4,4	23
3	Gameleiras, Águas Férreas, Águas Gerais	3	30,0	0	0,0	0	0,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	21	65,6	0	0,0	1	3,1	0	0,0	1	3,1	0	0,0	0	0,0	3	9,4	3	9,4	1	3,1	2	6,3	32
5	Dom Bosco, Araçã, Bela Vista, São Geraldo	15	93,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,2	0	0,0	16
	TOTAL	68	68,0	4	4,0	2	2,0	6	6,0	3	3,0	1	1,0	1	1,0	3	3,0	5	5,0	4	4,0	3	3,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.



LEGENDA

ÁREAS ATENDIDAS PELO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

ETA ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA

POÇOS PROFUNDOS E OUTRAS FONTES

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL- REI

Abastecimento de Água

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - setembro / 84

ESCALA: 1 : 20.000

0 200 400 1000 m

SETOR DE DESENHO

MAPA 4.2

A situação apresenta-se razoavelmente boa nos bairros Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento (78,3%). Apenas três bairros - Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais - apresentaram índice muito baixo (30%). Essa área é composta por bairros afastados, um dos quais isolado e pouco denso (Águas Gerais), com atendimento precário de abastecimento de água, constituído por uma mangueira que traz água procedente do pé da serra e por algumas ligações domiciliares.

O percentual de moradias que têm redes públicas nas ruas e que não utilizam o sistema foi nulo. Isso demonstra que o problema do abastecimento de água em São João del-Rei não está relacionado a acesso ao sistema.

A utilização de cisternas não é muito acentuada, correspondendo a 5,0% do total de moradias pesquisadas. Esses casos ocorrem nos bairros Santa Cruz de Minas (15,8%), Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento (8,7%) (quadro 4.21).

O recolhimento direto de água em córregos, minas ou outras fontes acontece em uma parcela de 10,0% do total pesquisado, valor que merece atenção. Esses casos ocorrem, principalmente, nos bairros Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento, em 17,4% das moradias, e nos bairros Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais, em 40,0% das moradias. Essa situação ocorre também, em menor grau, nas áreas 4 e 5.

A utilização de chafarizes públicos e o recolhimento de água em casas vizinhas apresentam resultados de 5% e 8%. Somandos, passam a representar percentuais significativos. Esses problemas ocorrem principalmente nas áreas 1, 3 e 4. O sistema público de abastecimento deve, então, ser melhorado, de modo a reduzir esses valores.

Considerando-se o total de moradias que utilizam outras fontes de água que não a do serviço público - colunas, cisternas, córregos e outras (quadro 4.21) -, e, portanto, de qualidade não - controlada, obtém-se um valor de 19%, que, embora não seja por demais elevado, já é significativo. Todavia, observando-se que uma parte desses 19% corresponde a moradores que coletam água de boa qualidade, como, por exemplo, em nascentes puras localizadas na serra ou em cisternas adequadas, pode-se concluir que, apesar dos pesares, a parcela da população de São João del-Rei que se serve de água de qualidade sanitária duvidosa não é elevada, em comparação com a situação de outras cidades do Estado. Esse certamente é um fator que contribui para a ocorrência de um quadro nosológico em que as doenças de veiculação hídrica são pouco freqüentes em relação a outros locais. Confirmando esses fatos, tem-se o quadro sobre doenças ocorrentes, onde a gripe é a de maior incidência (71% das famílias).

O principal problema do atendimento nas áreas pobres está na qualidade dele, em termos de quantidade de água fornecida e alimentação contínua das moradias. Conforme foi verificado, o percentual de ligações ao sistema é muito alto (84%). No entanto, a utilização de outras fontes de água também é expressiva. Assim, somando-se os casos de suprimento através de cisternas, coleta direta em cursos d'água, chafarizes, coleta de água em vizinhos, etc. (quadro 4.22) obtém-se um percentual de 32% das moradias pesquisadas. Essa questão necessita, portanto, de atenção, e o problema da falta de água nas moradias deve ser solucionado.

Os quadros 4.23 e 4.24 contêm os dados relativos a esgotamento sanitário nas áreas pobres de São João del-Rei. Verifica-se inicialmente que uma parcela já significativa da população, correspondendo a 32,0%, é atendida pelo sistema público de coleta. Esse dado vem confirmar a existência na cidade de uma rede coletora

QUADRO 4.23

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

ESGOTAMENTO SANITÁRIO - VALORES AGREGADOS POR SITUAÇÃO

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA	BAIRRO	SITUAÇÃO OCORRENTE DAS MORADIAS												TOTAL DE CASAS PESQUISADAS
		LIGAÇÕES À REDE PÚBLICA		COM FOSSAS SÉCAS		COM FOSSAS LÍQUEFATORAS		LANÇAMENTOS EM CÓRREGOS		LANÇAMENTOS NA RUA OU OUTRAS ÁREAS		SEM RESPOSTA		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	4	21,1	9	47,4	4	21,1	0	0,0	9	47,4	1	5,3	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	9	39,1	2	8,7	1	4,4	7	30,4	5	21,7	0	0,0	23
3	Gameleira, Águas Férreas, Águas Gerais	2	20,0	0	0,0	0	0,0	3	30,0	1	10,0	4	40,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	9	28,1	12	37,5	4	12,5	0	0,0	9	28,1	4	12,4	32
5	Dom Bosco, Araçá, Bela Vista, São Geraldo	8	50,0	5	31,3	1	6,3	1	6,3	4	25,0	0	0,0	16
	TOTAL	32	32,0	28	28,0	10	10,0	11	11,0	28	28,0	9	9,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

QUADRO 4.24

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

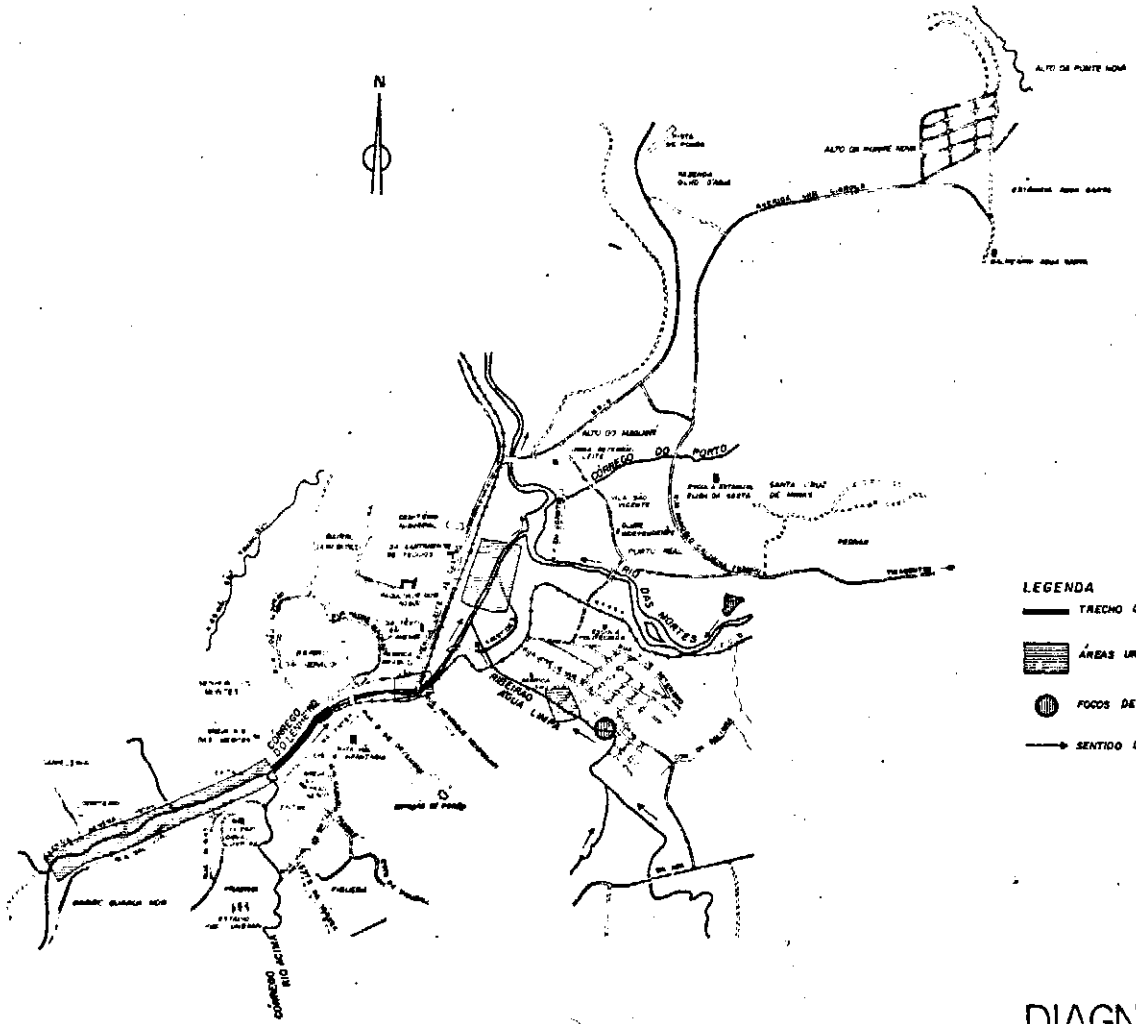
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - VALORES DISCRIMINADOS

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/ SETOR	BAIRRO.	SITUAÇÃO DAS MORADIAS																				TOTAL DE MORADIAS PESQUISADAS
		UTILIZAM REDE PÚBLICA		FOSSA SECA		FOSSA LIQUEFATORA		LANÇAMENTO EM CÓRREGOS		LANÇAMENTO TERRENOS VIZINHOS		FOSSA SECA E LANÇAMENTO EM RUA		FOSSA LIQUEFATORA E LANÇAMENTO EM RUA		FOSSA SECA E LANÇAMENTO EM QUINTAL		FOSSA LIQUEFATORA E LANÇAMENTO EM QUINTAL		SEM RESPOSTA		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	4	21,1	4	21,1	1	5,3	0	0,0	1	5,3	4	21,1	3	15,5	1	5,3	0	0,0	1	5,3	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	9	39,1	2	8,7	0	0,0	7	30,4	4	17,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,4	0	0,0	23
3	Gameleira, Águas Férreas, Águas Gerais	2	20,0	0	0,0	0	0,0	3	30,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	40,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	9	28,1	8	25,0	2	6,3	0	0,0	3	9,4	3	9,4	0	0,0	1	3,1	2	6,3	4	12,4	32
5	Dom Bosco, Araçá, Bela Vista, São Geraldo	8	50,0	3	18,6	0	0,0	1	6,3	1	6,3	0	0,0	1	6,3	2	12,5	0	0,0	0	0,0	16
	TOTAL	32	32,0	17	17,0	3	3,0	11	11,0	10	10,0	7	7,0	4	4,0	4	4,0	3	3,0	9	9,0	100

onte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.



LEGENDA

- TRECHO CANALIZADO DO CÓRREGO DO LENHEIRO
- ÁREAS URBANAS OCUPADAS SUJEITAS A TRANSBORDAMENTOS DE CURSOS D'ÁGUA
- FOCOS DE CARAMUJOS (TRANSMISSÃO DA SCHISTOSOMOSE)
- SENTIDO DE ESCOAMENTO

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

Cursos D'água Principais na Área Urbana
Áreas Urbanizadas sujeitas a Alagamentos

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - setembro / 84

ESCALA 1 : 20.000 | SETOR DE DESENHO chico | MAPA 4.3

relativamente extensa, em comparação com outras cidades do Estado. As áreas onde a situação encontra-se mais precária nesse serviço são a 1 (bairro Santa Cruz de Minas, vinculada ao Município de Tiradentes), com 21,1%; a 3 (bairros Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais) com 20,0%; e a 4 (bairros Alto das Mercês e Senhor dos Montes), com 28,1% (quadro 4.23 e mapa 4.3).

A ocorrência de fossas é significativa nesses bairros pobres, com incidência de 38% do total pesquisado. São predominantes as fossas secas, com ocorrência de 28,0% (quadro 4.23). O restante são em geral fossas negras. Essas fossas são equipamentos que podem resolver o problema de esgotos sanitários, mas observa-se que são comuns as deficiências decorrentes da construção inadequada ou da má utilização. Assim, esse aspecto merece atenção do poder público e deve ser mais bem equacionado.

As áreas de estudo que apresentam incidências relevantes de fossas são a 1, (Santa Cruz de Minas), com 68,5%, a 4 (bairros Alto das Mercês e Senhor dos Montes), com 50,0%, e a 5 (bairros Dom Bosco, Araçá, Belo Vista e São Geraldo), com 37,6% (quadro 4.23).

Existem em São João del-Rei casos de moradias que utilizam as fossas para lançamento das águas utilizadas nos vasos sanitários, ou usam outros meios, como o lançamento na rua, terrenos vizinhos e outros, para despejo das águas servidas em cozinhas e outros equipamentos. A ocorrência desses casos, correspondentes a situações que devem ser mais bem equacionadas, atinge um percentual de 18,0% do total pesquisado, e se dá principalmente em Santa Cruz de Minas e no Alto das Mercês e Senhor dos Montes (quadro 4.24).

A população, sem qualquer solução para o problema dos esgotos sanitários, em geral os lança em córregos ou áreas próximas, principalmente em terreno vizinhos. O toral desses casos acarretou o percentual de 21,0% da amostra pesquisada, sendo que 11% correspondem ao lançamento direto em córregos. Essas são situações inadequadas, que precisam ser equacionadas por provocarem a poluição dos cursos d'água e do meio-ambiente. As principais áreas em que ocorrem esses casos são a 2 - bairros Tejuco, Barro Preto, São José Operário e Vila São Bento (área onde localiza-se ocupação na margem do córrego do Lenheiro) - com 47,8%, e a 3 - bairros Gameleira, Águas Férreas e Águas GErais (quadro 4.24).

Considerando-se todos os casos de lançamento em córregos, na rua, áreas vizinhas, etc. (inclusive as moradias que dispõem, simultaneamente, de fossas), obtém-se o elevado percentual de 39,0% da amostra (quadro 4.24).

A parcela de moradias pobres sujeitas a transbordamentos de cursos d'água ou alagamentos por águas pluviais em São João del-Rei é de 16,0% (quadro 4.25). A maior parte desses alagamentos corresponde aos casos em que as habitações são atingidas, mas sem ocorrer a destruição das mesmas, e aos casos em que apenas os quintais ou áreas próximas são atingidos. A destruição das moradias aconteceu com baixa freqüência: 2% (mapa 4.4).

Os problemas verificados acontecem principalmente nas áreas 2 e 3. Nas áreas 1 e 4 a incidência é bem menor.

A área 2 corresponde à região onde se situa o Córrego do Lenheiro, no seu segmento a montante, dentro da área urbana (imediações do bairro Tejuco). Nesse caso, a porcentagem de casas atingidas em relação ao total da área é bastante acentuada: 43,4%. Verifica-se, portanto, que os transbordamentos do Córrego do Lenheiro

QUADRO 4.25

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

PROBLEMAS PROVOCADOS POR TRANSBORDAMENTOS DE CURSOS D'ÁGUA E ALAGAMENTOS

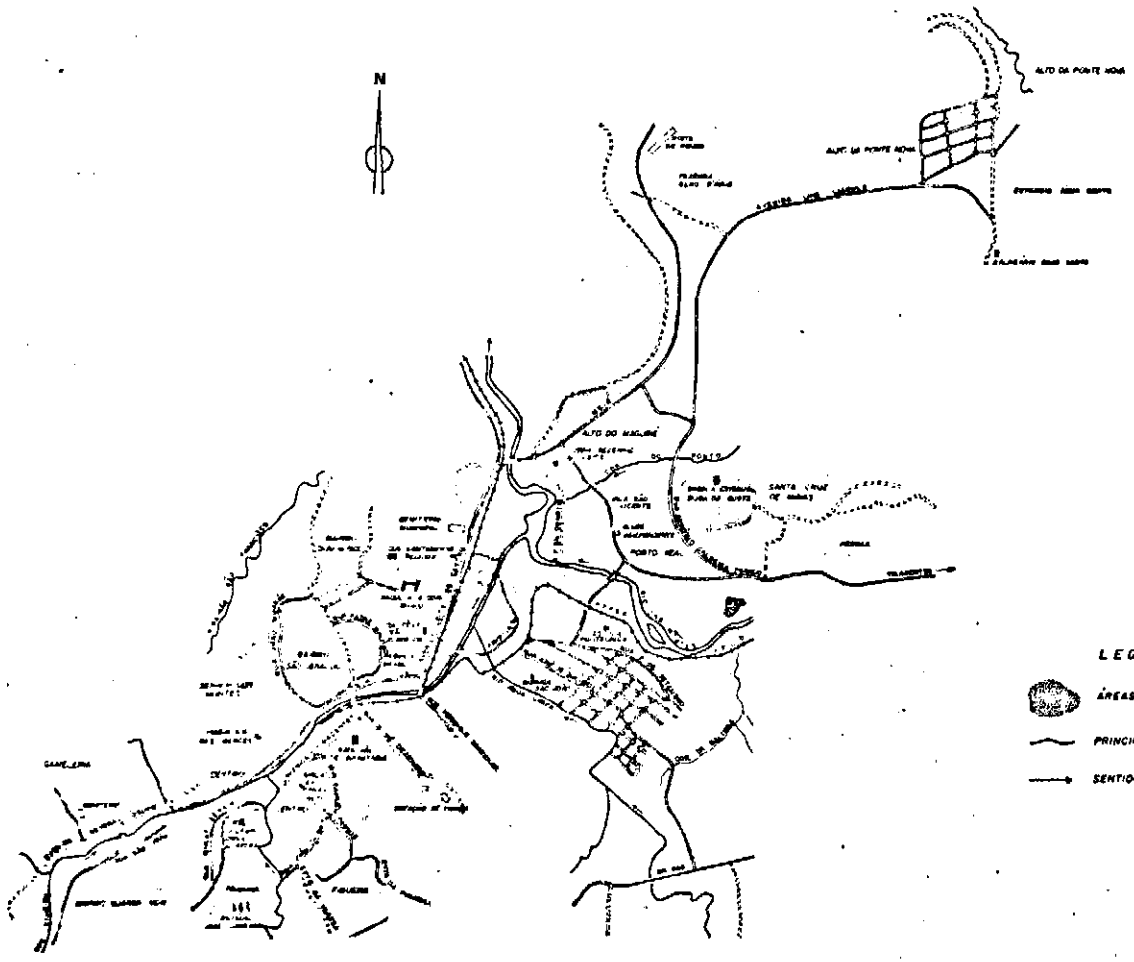
SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/SETOR	BAIRRO	CARACTERÍSTICAS DOS PROBLEMAS OCORRENTES										TOTAL DE CASAS PESQUISADAS
		DESTRUIÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA MORADIA		ALAGAMENTO DA MORADIA SEM DESTRUIÇÃO		ALAGAMENTOS DE QUINTAIS E TERRENOS PRÓXIMOS		SEM PROBLEMAS		SEM INFORMAÇÕES		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	0	0,0	1	5,3	1	5,3	7	36,8	10	52,6	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	2	8,7	5	21,7	3	13,0	6	26,1	7	30,4	23
3	Gameleira, Águas Férreas, Águas Gerais	0	0,0	2	20,0	1	10,0	3	30,0	4	40,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	0	0,0	1	3,1	0	0,0	10	31,3	21	65,6	32
5	Dom Bosco, Araçá, Bela Vista, São Geraldo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	31,3	11	68,8	16
	TOTAL	2	2,0	9	9,0	5	5,0	31	31,0	53	53,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral



LEGENDA

ÁREAS ATENDIDAS PELAS REDES DE ESGOTOS

PRINCIPAIS CURSOS D'ÁGUA NA ÁREA URBANA

SENTIDO DE ESCOAMENTO

DIAGNÓSTICO DE SÃO JOÃO DEL- REI

Esgotamento Sanitário — Áreas Atendidas

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - setembro / 84

ESCALA 1 : 20 000 | SETOR DE ESGOTO | MAPA 4.4.

QUADRO 4.26

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

PROBLEMAS DE TRANSBORDAMENTOS OU ALAGAMENTOS

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/ SETOR	BAIRRO	SITUAÇÃO DA MORADIA/PROBLEMAS OCORRENTES										TOTAL DE MORADIAS PESQUISADAS
		ÁREA SUJEITA A ALAGAMENTOS ANUAIS		ÁREA SUJEITA A ALAGAMENTOS EVENTUAIS		ÁREA PRÓXIMA A OCORRENCIAIS DE ÁGUAS POLUÍDAS		ÁREA SEM PROBLEMAS		SEM INFORMAÇÕES		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	79,0	4	21,1	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	5	21,7	5	21,7	2	8,7	7	30,4	4	17,4	23
3	Gameleira, Águas Férreas, Águas Gerais	2	20,0	1	10,0	1	10,0	6	60,0	0	0,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	1	3,1	0	0,0	1	3,1	23	71,9	7	21,9	32
5	Dom Bosco, Araçá, Bela Vista, São Geraldo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	56,3	7	43,8	16
	TOTAL	8	8,0	6	6,0	4	4,0	60	60,0	22	22,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

atingem muitas moradias e constituem problemas que necessitam ser resolvidos.

Na área 3, correspondente aos bairros Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais, os problemas estão mais relacionados a enxurradas e águas pluviais do que a transbordamentos de cursos d'água.

O quadro 4.26 apresenta dados quanto à freqüência de ocorrência dos alagamentos ou transbordamentos e quanto à presença de águas poluídas nas proximidades das moradias. Observa-se, no mesmo, que a área 2 apresenta proporções iguais, de 21,7%, de alagamentos anuais e ocasionais. Na área 3 predominam os alagamentos anuais, ocorrentes em 20% das moradias, enquanto os alagamentos eventuais atingem o percentual de 10%.

Casas não-sujeitas a alagamentos, mas com presença de águas poluídas nas proximidades, aparecem em menores proporções, mas ainda significativamente (8,7% na área 2 e 10,0% na área 3). As possibilidades de contato com as águas poluídas ocorrem, portanto, cumulativamente em todas as situações apontadas acima, atingindo valores elevados de 52,1% na área 2 e de 40,0% na área 3 (quadro 4.26).

A partir desses dados, pode-se concluir que além do problema relacionado ao Córrego do Lenheiro, outros problemas de drenagem pluvial vêm afetando a população pobre da cidade e necessitam ser resolvidos.

Os serviços de limpeza urbana na cidade de São João del-Rei atendem a 32,0% da população pobre, sendo 21,0% por coleta alternada (duas a três vezes por semana) e 11,0% por coleta esporádica (uma vez por semana ou menos) (quadro 4.27). Constata-se, então, que 68% dessa população não dispõem de qualquer serviço de coleta domiciliar de lixo. Apesar da dificuldade represen

QUADRO 4.27

RESULTADOS DA PESQUISA NAS ÁREAS POBRES

COLETA DE LIXO DOMICILIAR

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO/1984

ÁREA/ SETOR	BAIRRO	FREQÜÊNCIA DO ATENDIMENTO								TOTAL DE MORADIAS PESQUISADAS
		COLETA		2 OU 3 VEZES POR SEMANA		EVENTUAL (1 VEZ POR SEMANA OU MENOS)		SEM ATENDIMENTO		
		N	%	N	%	N	%	N	%	
1	Santa Cruz	0	0,0	9	47,4	3	15,8	7	36,8	19
2	Tejuco, Barro Preto, São José Operário, Vila São Bento	0	0,0	7	30,4	3	13,0	13	56,5	23
3	Gameleira, Águas Férreas, Águas Gerais	0	0,0	1	10,0	2	20,0	7	70,0	10
4	Alto das Mercês, Senhor dos Montes	0	0,0	0	0,0	2	6,3	30	93,7	32
5	Dom Bosco, Araçá, Bela Vista, São Geraldo	0	0,0	4	25,0	1	6,3	11	68,7	16
	TOTAL	0	0,0	21	21,0	11	11,0	68	68,0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Projetos III (DP-III) - Pesquisa sócio-econômica.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

tada pelas condições de acesso inadequadas, há que se estudar meios de proporcionar a extensão dos serviços a essa população não - atendida. Todas as áreas pesquisadas apresentam carências nesse aspecto. As mais acentuadas ocorrem, entretanto, na área 3 (bairros Gameleira, Águas Férreas e Águas Gerais) e, principalmente, na área 4 (bairros Alto das Mercês e Senhor dos Montes), que se localiza em região de encosta bastante inclinada e topografia acidentada e onde praticamente não existe coleta de lixo.

4.4 Organização da população e participação

São João del-Rei possui obras sociais bem organizadas e atuantes. Dentre elas se destacam as Obras Sociais Fé e Alegria, as Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Pilar e a Sociedade São Vicente de Paulo.

As Obras Sociais Fé e Alegria são de origem holandesa e ligadas à igreja protestante. Seu administrador é o pastor da igreja. Assistem a cerca de 500 crianças com alimentação, reforço escolar e assistência médica.

Próximo a essa Obra foi doado ao Estado, pela Prefeitura, um terreno para construção de um Centro Social Urbano. Esse CSU não foi implantado e o terreno está ocioso.

As Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Pilar atendem a várias faixas etárias da população de baixa renda com atividades de lazer, assistência a menores, com distribuição de roupas, medicamentos e assistência médica, asilo para velhos, cursos de alfabetização, formação de mão-de-obra e pré-primário.

O Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo também desenvolve várias atividades voltadas para atendimento a velhos e menores carentes.

Há em São João del-Rei outras obras sociais de menor porte que também prestam assistência à população de baixa renda.

Recentemente foi criado e encontra-se em fase de implantação o Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social (CEAPS), que congregará todas as entidades sociais e associações de moradores da microrregião. O CEAPS conta com dois técnicos e recursos financeiros da Secretaria do Trabalho e Ação Social. Segundo Proposta de Trabalho elaborada por seu coordenador técnico, o objetivo geral do CEAPS é constituir-se "no espaço de participação dos trabalhadores, marginalizados e movimentos populares no governo, como forma de atuar no processo de transformação da realidade brasileira". Seu contato maior tem sido com associação de artesãs de Resende Costa. As associações do meio urbano são pouco conhecidas.

O município tem, também, três sindicatos: o dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico; o dos trabalhadores das indústrias de fiação e tecelagem; o dos trabalhadores das indústrias da construção e mobiliário. Segundo o coordenador técnico do CEAPS, esses sindicatos centram sua atuação na prestação de serviços médicos, odontológicos e jurídicos a seus associados.

Há, ainda, seis associações comunitárias. Muitas delas são incentivadas pela Igreja através de um grupo de jovens que participa de atividades junto com os associados dessas entidades. Parece que as mais atuantes são as do conjunto da COHAB e do bairro Águas Gerais. Esta última tem em sua diretoria um membro do grupo de jovens. Seus associados, em mutirão, canalizaram água para o bairro, precariamente, de um córrego; montaram, em convênio com o MOBRAL, um pré-primário; e estão abrindo via de acesso ao bairro, que deverá ser comple

mentada pela Prefeitura. Este bairro é o mais carente e isolado de São João del-Rei. Possui cerca de 40 moradias e as reivindicações dos moradores são: acesso a ponte do bairro Águas Gerais; energia elétrica; escola de 1º grau; centro comunitário para reuniões, cursos e ambulatório; lavanderia comunitária; caixa d'água e reparos na rede distribuidora; rede de esgoto; condições de trabalho para a população.

Outra associação atuante é a do conjunto da COHAB. Seus membros mantêm uma horta comunitária, e a associação possui um terreno onde pretende construir uma praça de esportes. Seu presidente faz parte da diretoria do CEAPS.

Outro tipo de associação encontrada em São João del-Rei são as escolas de samba. Elas, entretanto, não se envolvem em atividades paralelas, de natureza social ou reivindicativa.

Apesar da existência de obras sociais e de prática de mutirão para construção ou reforma de residências, as atividades comunitárias não parecem articular-se através de organizações atuantes e conhecidas. Cerca de metade dos entrevistados (48%) declarou desconhecer a existência de qualquer tipo de associação nos bairros onde residem. Os demais afirmaram saber que existem principalmente entidades religiosas (48%), sobretudo católicas (38%). Apenas 3% declararam conhecer alguma associação de moradores. Sobre o trabalho desempenhado por essas associações, predomina a percepção de que é do tipo assistencial (43%, contra 7% de entrevistados que citam também atividades de melhorias urbanas). O percentual de famílias em que pelo menos uma pessoa participa das atividades dessas organizações, como associado, contribuinte ou beneficiário, é de 16%. Perguntados sobre se havia, no bairro, alguma liderança que se destacasse na solução de problemas dos moradores, 58% dos entrevistados responderam negativamente, 32% de forma afirmativa e 10% declararam não saber.

Não há no município canais institucionais através dos quais a população possa manifestar-se e encami

nhar demandas. A prefeitura possui uma Secretaria de Bem-Estar Social, voltada somente para a promoção de eventos que gerem recursos para obras sociais. O Prefeito não tem planos de trabalhar em conjunto com a população ou de abrir espaço para que as reivindicações das associações comunitárias sejam encaminhadas.

Como se observa, o associativismo merece maior atenção dos órgãos públicos, principalmente do SETAS, através do CEAPS local. Este foi implantado recentemente e diz não ter, ainda, conhecimento do movimento associativo do município por falta de condições para tal. Essas condições seriam, segundo seu próprio coordenador, no mínimo, um carro para percorrer a cidade e os distritos.

4.5 Conclusões

Um dos aspectos que mais chamam a atenção nos resultados da pesquisa é a baixa proporção de chefes de família que conseguem acesso ao mercado formal de trabalho, somada ao fato de que o ingresso nesse mercado mostra-se como a única alternativa possível de melhoria das condições de vida da população entrevistada.

A remuneração irrisória e a extrema ocasionalidade das atividades informais restringem drasticamente as oportunidades da grande massa de desempregados e biscateiros que buscam sobreviver por qualquer meio que a imaginação possa inventar: o garimpo em betas abandonadas, a mendicância, a produção artesanal de objetos de baixo custo, a prestação de serviços pessoais a uma classe média empobrecida, o trabalho eventual ou transitório, contratado de forma quase sempre irregular por pequenas e médias empresas.

Essa população se mantém, não pela vitalidade da base produtiva local, nem por qualquer milagre da economia submersa, mas pela presença do setor público e

de suas precárias políticas sociais. Mais de um terço dos chefes de família entrevistados são aposentados, recebem pensão ou auxílio-doença do INPS.[12] Somados aos que estão empregados na Prefeitura, abragem 43% da amostra, e o montante dos rendimentos que recebem corresponde a 47% da totalidade da renda dos chefes de família.

Além dos pagamentos em dinheiro efetuados diretamente pelos cofres públicos, há algumas políticas de cunho social que têm sido extremamente relevantes para garantir, pelo menos, a sobrevivência física da população carente. A principal delas, em São João del-Rei, situa-se na área habitacional e consiste na prática de aforamento de terrenos tradicionalmente desenvolvida pela prefeitura local. A disponibilidade de lotes a custos praticamente simbólicos, a autoconstrução e a possibilidade de receber gratuitamente uma parte do material têm permitido manter um padrão de habitação "stricto sensu" muito superior ao que se costuma encontrar entre populações pobres de outros municípios.

A relativa proximidade das áreas aforadas em relação ao centro da cidade, apesar dos acessos físicos precários, possibilita economizar gastos com transporte: os deslocamentos são feitos quase sempre "no casco", como se depreende de algumas entrevistas. A escola cumpre também um papel importante na estratégia de sobrevivência da população pesquisada, talvez mais pela alimentação escolar que por qualquer outro fator. É ilustrati

---

[12] *Essa informação foi confrontada com dados do INPS que indicam existirem 10 805 pessoas recebendo da agência de São João del-Rei aposentadorias, pensões, renda mensal vitalícia, auxílio-reclusão, abono de permanência em serviço. Somam-se a elas 1 763 que recebem auxílio-doença. Como as que constituem o último grupo, embora tenham o benefício em caráter provisório, serão provavelmente em grande parte substituídas por outras, pode-se estimar entre 12 mil e 13 mil o número de pessoas na condição de aposentados, pensionistas ou "enconstados".*

va, nesse aspecto, a família de Dona Elza, mãe de quatro filhos, desempregada, abandonada pelo marido. A filha mais velha trabalha como doméstica e recebe, além da alimentação, Cr$ 15 mil mensais, única renda do domicílio. Os outros três comem na escola - mesmo um que, por "sofrer da idéia", não está matriculado. Dona Elza, epiléptica, às vezes lava roupa em troca de comida, às vezes pede esmola. Seus problemas de saúde são de algum modo resolvidos pelo posto de saúde, ou através do "cartão de pobre" da Santa Casa. O Gardenal que toma, juntamente com o filho, é obtido gratuitamente. O barraco onde moram foi construído através de mutirão, em terreno aforado, com material doado por amigos e vizinhos. Suas vidas, segundo conta a entrevistada, melhoraram ultimamente, porque a escola também está dando merenda durante as férias. Esse é certamente um caso extremo, mas a habitação barata, a ausência de gastos com transporte, e a existência de uma rede de serviços médicos e educacionais relativamente acessível são dados cuja influência nas condições de vida da população estudada não se deve subestimar.

Isso não implica, evidentemente, uma visão onírica do papel desempenhado pelo Estado junto à pobreza urbana. A política tributária implementada falta eqüidade. As taxas de serviços públicos - sobretudo a de energia elétrica e água - são muito elevadas e injustas. Cobra-se mensalmente água onde seu fornecimento é muito esporádico, e deixa-se de cobrá-la adequadamente onde é consumida em grandes proporções. A assistência à saúde é precária. A alta incidência de pessoas recebendo auxílio-doença por epilepsia, somada à falta de condições para um diagnóstico segura, sugere que a moléstia esteja sendo em parte "produzida". O INAMPS, embora atenda a uma parecela relativamente ampla da população, o faz com as deficiências habituais. Apesar disso, o descontentamento com os serviços não parece alto. Um bom exemplo do estado de ânimo predominante pode ser encontrado

na entrevista de um senhor idoso, que, precisando consultar, aguardava que terminasse o inverno, pois não podia passar a noite na rua para marcar consulta. Mesmo assim, considerava-se satisfeito com o atendimento prestado pela Previdência.

Esse aparente conformismo está presumilvemente ligado ao fato de que a distribuição de bens e serviços através das políticas sociais é, apesar de tudo, uma das poucas tábuas de salvação de que pode se valer a pobreza urbana, num quadro social mercado estruturalmente pela exclusão e agravado conjunturalmente pela crise.

5 BIBLIOGRAFIA

1 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano. Micro-Região dos Campos das Vertentes. /Belo Horizonte, 1977/ 2v.

2 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte, 1982. 2v.

3 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Planejamento. Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais. /Belo Horizonte/1977. 260p. (Relatório de Pesquisa, 1).

4 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, SEPLAN/SEI, v.4, 1982.

5 INDICADORES DE CONJUNTURA DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, SEPLAN/SEI, v.6, n.2, abr. 1984.

6 ANUÁRIO MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, IGA, v.2, 1982.

7 CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.33, n.11, nov. 1979.

8 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Projetos III. Programa estadual de pólos microrregionais; versão preliminar. Belo Horizonte, 1984.

9 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Prados. Belo Horizonte, 1980. 5v.

10 ____. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte, 1980, 7v.

11 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1981. 2v.

12 CONJUNTURA; a análise da atualidade econômica. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 1947- .

13 SÃO JOÃO DEL-REI. Prefeitura Municipal. Planta cadastral da cidade de São João del-Rei/São João del-Rei/1968. Escala: 1:5.000.

14 IBGE, Rio de Janeiro. Censo demográfico: dados distritais - Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1982. 869p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.1, t.3, n.14).

15 ____. Censo agropecuário: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1975 2v. (VIII Recenseamento Geral do Brasil-1970. Série Regional, v.3, t.14).

16 ____. Censo agropecuário: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1984. 4v. (IX Recenseamento Geral do Brasil-1980, v.2, t.3, n.16).

17 ____. Estado de Minas Gerais: censo demográfico. Rio de Janeiro, 1954. 283p. (Recenseamento Geral-1950. Série Regional, v.21).

18 ____. Censo democrágico de 1960; Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1967, 177p. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v,1, t.9).

19 ____. Censo demográfico: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1973. 3v. (VIII Recenseamento Geral do Brasil-1970, v.1, t.14).

20 ____. Censo demográfico: dados gerais - migração - instruçao - fecundidade - mortalidade, Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1983. 747p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.1, t.4, n.16).

21 ____. Censo demográfico: mão-de-obra - Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1983. p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.1, t.5, n.16).

22 ____. Censo demográfico - dados distritais: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1982. 869p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.1, t.3, n.14.

23 ____. Censo demográfico - famílias e domicílios: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1983. 291p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.1, t.6, n. 16).

24 ____. Censo comercial: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1975. 381p. (VIII Recenseamento Geral-1970. Série Regional, v.6, t.14).

25 IBGE. Rio de Janeiro. Censo comercial: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1980. 480p. (Censos Econômicos de 1975. Série Regional, v. 3, n. 14).

26 ____. Censo comercial: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1984. 609p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.4, n. 16).

27 ____. Censo dos serviços: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1975. 189p. (VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional, v. 7, t. 14).

28 ____. Censo dos serviços: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1981. 195p. (Censos Econômicos de 1975. Série Regional, v.4, t.14).

29 ____. Censo dos serviços: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1984. 368p. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.5, n.16).

30 ____. Censo industrial - dados gerais: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1984. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v.3, t.2, n. 16).